

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE
RACIAL



UFJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 03/2025 (UFJ/MIR)**

**EMILENE LEITE SOUSA
CASSI LADI REIS COUTINHO
CICERA SUÊNIA SOARES MANGUEIRA
(COORDS.)**

RELATÓRIO TÉCNICO

**MAPEAMENTO E REGISTRO DE FAMÍLIAS CIGANAS E ETNIAS
CALON, ROM E SINTI, DE TERRITÓRIOS E ROTAS DOS POVOS
CIGANOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS POR ESTE
PÚBLICO NA REGIÃO NORDESTE**

MARANHÃO

2025



EMILENE LEITE SOUSA
CASSI LADI REIS COUTINHO
CICERA SUÊNIA SOARES MANGUEIRA
(COORDS.)

RELATÓRIO TÉCNICO

MAPEAMENTO E REGISTRO DE FAMÍLIAS CIGANAS E ETNIAS CALON, ROM E SINTI, DE TERRITÓRIOS E ROTAS DOS POVOS CIGANOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS POR ESTE PÚBLICO NA REGIÃO NORDESTE

Relatório técnico apresentado ao Ministério da Igualdade Racial em cumprimento o objeto TED 05/2023.

Coords.: Dr^a Emilene Leite de Sousa, Dr^a Cassi Ladi Reis Coutinho e Me^a Cicera Suênia Soares Mangueira.

Pesquisadores (as): Me Lenilson Rocha Portela, Edvalda Bispo Santos, Jean Queiroz, Watila Cirqueira.

MARANHÃO

2025

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1 – Tabela municípios de Alagoas com a presença de ciganos
- Tabela 2 – Tabela municípios da Bahia com a presença de ciganos
- Tabela 3 – Tabela municípios do Ceará com a presença de ciganos
- Tabela 4 – Tabela municípios da Maranhão com a presença de ciganos
- Tabela 5 – Tabela municípios da Paraíba com a presença de ciganos
- Tabela 6 – Tabela municípios de Pernambuco com a presença de ciganos
- Tabela 7 – Tabela municípios do Piauí com a presença de ciganos
- Tabela 8 – Tabela municípios do Rio Grande do Norte com a presença de ciganos
- Tabela 9 – Tabela municípios de Sergipe com a presença de ciganos
- Tabela 10 – Estados que compõe a Região Nordeste
- Tabela 11 – Municípios do estado de Alagoas
- Tabela 12 - Municípios do estado da Bahia
- Tabela 13 - Municípios do estado do Ceará
- Tabela 14 - Municípios do estado do Maranhão
- Tabela 15 - Municípios do estado de Paraíba
- Tabela 16 - Municípios do estado de Pernambuco
- Tabela 17 - Municípios do estado do Piauí
- Tabela 18 - Municípios do estado do Rio Grande do Norte
- Tabela 19 - Municípios do estado de Sergipe

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES – MAPAS

Imagem 1- Mapa indicando os municípios da região Nordeste coma presença cigana

Imagem 2 – Mapa da presença cigana no estado de Alagoas

Imagem 3 – Mapa da presença cigana no estado da Bahia

Imagem 4 – Mapa da presença cigana no estado do Ceará

Imagem 5 – Mapa da presença cigana no estado do Maranhão

Imagem 6 – Mapa da presença cigana no estado de Paraíba

Imagem 7 – Mapa da presença cigana no estado de Pernambuco

Imagem 8 – Mapa da presença cigana no estado de Piauí

Imagem 9 – Mapa da presença cigana no estado de Rio Grande do Norte

Imagem 10 – Mapa da presença cigana no estado de Sergipe

ÍNDICE DE SIGLAS

ANMC - Associação Nacional das Mulheres Ciganas
APS - Atenção Primária à Saúde
ASPRECCEC - Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará
BPC-LOAS - Benefício de Prestação Continuada
CECAD - Cadastro Único
CESPCT - Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais
CONEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
DIDH - Diretoria de Inclusão e Direitos Humanos
EJA – Educação para Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB - Instituto Cigano do Brasil
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FPI - Fiscalização Preventiva Integrada
LAB - Lei Aldir Blanc
LPG - Lei Paulo Gustavo
MPF - Ministério Público Federal
PNAB - Plano Nacional Aldir Blanc
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais
SECULT - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEMUDH - Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos
SJDH - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SUS - Sistema Único de Saúde
TRE - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB - Universidade Estadual da Bahia
UNILAB - Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO

CAPÍTULO 3: ITINERÁRIO METODOLÓGICO: AS ROTAS DA PESQUISA

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

4.1 ALAGOAS

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 3 –Mapa da presença cigana no estado
- 4 - Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições
 - 4.5 Educação
 - 4.6 Saúde
 - 4.7 Falta de políticas públicas específicas
 - 4.8 Organização política e representação
 - 4.9 Rotas e mobilização
 - 4.10 Tabela municípios de Alagoas com a presença de ciganos
 - 4.11 Mapa da presença cigana no estado

4.2. BAHIA

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 3 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições

- 4.5 Educação
- 4.6 Saúde
- 4.7 Falta de políticas públicas específicas
- 4.8 Organização política e representação
- 4.9 Rotas e mobilização
- 4.10 Tabela municípios da Bahia com a presença de ciganos
- 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.3. CEARÁ

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 4 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições
 - 4.5 Educação
 - 4.6 Saúde
 - 4.7 Falta de políticas públicas específicas
 - 4.8 Organização política e representação
 - 4.9 Rotas e mobilização
 - 4.10 Tabela municípios da Bahia com a presença de ciganos
 - 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.4. MARANHÃO

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 5 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições

- 4.5 Educação
- 4.6 Saúde
- 4.7 Falta de políticas públicas específicas
- 4.8 Organização política e representação
- 4.9 Rotas e mobilização
- 4.10 Tabela municípios do Maranhão com a presença de ciganos
- 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.5. PARAÍBA

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 6 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições
 - 4.5 Educação
 - 4.6 Saúde
 - 4.7 Falta de políticas públicas específicas
 - 4.8 Organização política e representação
 - 4.9 Rotas e mobilização
 - 4.10 Tabela municípios da Paraíba com a presença de ciganos
 - 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.6. PERNAMBUCO

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 7 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições

- 4.5 Educação
- 4.6 Saúde
- 4.7 Falta de políticas públicas específicas
- 4.8 Organização política e representação
- 4.9 Rotas e mobilização
- 4.10 Tabela municípios de Pernambuco com a presença de ciganos
- 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.7. PIAUÍ

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 8 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.12 Discriminação e preconceito
 - 4.13 Condições econômicas
 - 4.14 Moradia e infraestrutura
 - 4.15 Preservação das tradições
 - 4.16 Educação
 - 4.17 Saúde
 - 4.18 Falta de políticas públicas específicas
 - 4.19 Organização política e representação
 - 4.20 Rotas e mobilização
 - 4.21 Tabela municípios de Piauí o com a presença de ciganos
 - 4.22 Mapa da presença cigana no estado

3.8. RIO GRANDE DO NORTE

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 9 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições

- 4.5 Educação
- 4.6 Saúde
- 4.7 Falta de políticas públicas específicas
- 4.8 Organização política e representação
- 4.9 Rotas e mobilização
- 4.10 Tabela municípios do Rio Grande do Norte com a presença de ciganos
- 4.11 Mapa da presença cigana no estado

3.9. SERGIPE

- 1 - Introdução
- 2 - Itinerário metodológico
- 10 –Mapa da presença cigana no estado
- 4- Principais dificuldades e demandas
 - 4.1 Discriminação e preconceito
 - 4.2 Condições econômicas
 - 4.3 Moradia e infraestrutura
 - 4.4 Preservação das tradições
 - 4.5 Educação
 - 4.6 Saúde
 - 4.7 Falta de políticas públicas específicas
 - 4.8 Organização política e representação
 - 4.9 Rotas e mobilização
 - 4.10 Tabela municípios do Sergipe com a presença de ciganos
 - 4.11 Mapa da presença cigana no estado

Propostas:

1. Acesso à terra
2. Apoio (inclusão) social
3. Geração de emprego e renda

CAPÍTULO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 5: ROTAS CIGANAS

CAPÍTULO 6: AUDIOVISUAL

CAPÍTULO 7: ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Este relatório é produto do acordo técnico entre o Ministério da Igualdade Racial/MIR e a Universidade Federal de Jataí/UFJ celebrado por meio do Termo de Execução Descentralizada/TED de número 05/2023 que diz respeito ao *Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil*.

Neste sentido, o relatório apresentado é referente às atividades realizadas no âmbito do Acordo Técnico realizado entre a Universidade Federal de Jataí/UFJ e a Universidade Federal do Maranhão/UFMA, cuja equipe de pesquisadores que atuaram nesta região esteve sob coordenação regional da Professora Dra. Emilene Leite de Sousa.

Com uma equipe formada por uma coordenadora regional, duas coordenadoras de trabalho de campo - uma delas cigana -, dois pesquisadores mestres - um deles ciganos -, duas lideranças ciganas e um graduando na função de técnico em informática, o relatório aqui apresentado reúne as atividades realizadas pela Equipe Nordeste.

Este produto apresenta, sob a forma de dados qualitativos e quantitativos, um mapeamento inicial dos povos ciganos das etnias Calon, Rom e Sinti encontrados em diversos municípios dos nove estados da região Nordeste.

Além de apresentar este mapeamento por meio de dados quantitativos e de uma etnografia, aqui entendida nos termos de Geertz (1989) como descrição densa, este relatório apresenta o quantitativo de pessoas ciganas encontradas em toda a região Nordeste (onde nos foi acessível), bem como revela um panorama geral dos territórios ciganos nesta região, das rotas traçadas por este povo em suas itinerâncias e um levantamento das políticas públicas acessadas por eles.

É nosso intuito, ao longo deste relatório, uma apresentação ampla e contextual dos modos de vida ciganos, a partir de elementos que se apresentaram no contexto da pesquisa, como: condições de moradia - acesso ao saneamento básico, à água; políticas públicas - segurança pública, acesso à escola, à saúde e à documentação civil; avaliação da insegurança alimentar; dos conflitos por terra; do potencial produtivo, entre outras informações obtidas por meio da produção dos dados durante a pesquisa de campo.

Com o intuito de torná-lo didático, organizamos este relatório da seguinte maneira. A primeira seção, esta Apresentação, busca informar ao leitor o que esperar deste relatório.

A segunda seção diz respeito a Introdução, ela apresenta a Equipe Nordeste e os modos como nos organizamos para realizar o trabalho de produção de dados que aqui se revela.

A terceira seção trata da Contextualização Geral da região Nordeste, com as informações gerais da região e os registros que encontramos sobre a presença cigana nela.

A quarta seção se dedica ao Itinerário metodológico que percorremos para tornar a produção de dados possível. Nesta seção, nos dedicamos a revelar os meios pelos quais aliamos os dados quantitativos e qualitativos para uma visão acurada da presença cigana na Região Nordeste. Por meio da etnografia buscamos revelar não apenas onde vivem os ciganos, mas como vivem, a que etnias pertencem, que territórios ocupam, em que condições de moradia, qual o acesso às políticas públicas, se praticam a itinerância e que rotas percorrem para tal.

Para isso, buscaremos apresentar os dados qualitativos - dados sensíveis - obtidos pelo trabalho de campo, uma pesquisa duradoura, realizada durante dez meses, que percorreu os territórios da região Nordeste, em seus vários municípios, em busca da presença cigana.

Esse movimento só foi possível graças ao cruzamento de dados obtidos por meio das plataformas do Governo Federal, como o CadÚnico, e da articulação desta equipe junto às Associações Ciganas do Nordeste, Lideranças Ciganas, Ministério Público, Secretarias de Estado diversas, em busca de indícios dos lugares com presença cigana para onde deveríamos nos dirigir.

A quinta seção, consta dos Resultados da pesquisa. Aqui optamos por apresentá-los por estados da região Nordeste, organizados por ordem alfabética. Para cada um dos estados deste capítulo, abriremos subcapítulos a partir dos elementos centrais encontrados em campo que mereçam ser apresentados neste relatório.

A sexta seção consta das Rotas ciganas traçadas a partir de entrevistas, uma vez que o projeto maior não previu uma pesquisa itinerante no sentido de acompanhá-los em suas itinerâncias.

A sétima seção diz respeito aos Gráficos, tabelas, croquis e imagens em geral produzidas ao longo da pesquisa.

O oitavo capítulo apresenta os Relatórios individuais dos pesquisadores. Seguido do quinto capítulo intitulado Audiovisual que contém fotografias e vídeos produzidos em campo dos pesquisadores junto aos ciganos.

Este relatório se encerra com a apresentação dos Anexos.

A Equipe Nordeste deseja uma boa leitura!

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta uma visão geral das atividades e observações preliminares do projeto "Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas Acessadas por Esse Público no Brasil" referente à região Nordeste. A pesquisa está sendo coordenada pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA, em colaboração com uma rede de universidades federais, com o objetivo de identificar, mapear e registrar comunidades ciganas, seus territórios e as políticas públicas acessadas por essas populações no Brasil.

Objetivo Geral

O objetivo é realizar um mapeamento detalhado das comunidades ciganas e analisar o acesso dessas populações a direitos fundamentais, considerando as especificidades das diferentes etnias (Calon, Rom e Sinti) bem como seus territórios e rotas.

Composição da Equipe Nordeste:

Cassi Ladi Reis Coutinho

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (14)	Dias de campo
Doutora/UNB, Mestra/UNEB e Graduada/UCSAL em História. Especialista em Arte Educação e Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade	Salvador-Bahia	Pesquisadora do tema desde 2009, com livro publicado em 2024. Gestora pública com atuação na SEPPIR/PR, MDA/PR, SEPROMI/BA e SECULT/BA	Coordenadora de campo	Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe	Alagoas: Carneiros e Penedo Bahia: Correntina, Camaçari, Itabuna, Feira de Santana, Jacobina e Tancredo Neves. Rio Grande do Norte: Serra Caiada, Equador, Cruzeta, Florânia, Serra Negra do Norte e Tangará Piauí: Altos, Cocal da Telha, José de Freitas e Piripiri Sergipe: Nossa Senhora do Socorro	

Cícera Suênia

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Mestre em Saúde coletiva/enfermeira	Sousa		Coordenadora de campo	Paraíba	Sousa

Emilene Leite de Sousa

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Graduação em Ciências Sociais/UF CG; Mestrado em Sociologia/ UFPB; Doutorado em Antropologia Social/UFS C	Imperatriz, Maranhão.	Experiência com etnografias em contextos diversos: rural, urbano e em aldeias.	Coordenadora da região Nordeste.	Supervisão da pesquisa nos nove estados da região; seleção de bolsistas; contatos com associações ciganas; envios de ofício para MP e Secretarias; gerenciamento de recursos para trabalho de campo.	Supervisão geral

Edvalda Bispo

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Pedagogia	Porto Seguro – BA	Liderança cigana amplamente reconhecida e conselheira do CNPIR.	Liderança cigana.	Bahia	Camacã Porto Seguro Eunapólis Itamaraju Medeiros Neto Teixeira de Freitas Guaratinga Itapetinga Camaçari Itambé Vitória da Conquista Jacobina

Edu Gomes da Silva e Sá

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Graduado em Artes Visuais pela UFMA	Estreito/Maranhão		Realizou pesquisa sobre as vestimentas ciganas, no Sul do Maranhão..	Maranhão	Municípios do Sul do Maranhão

Jean Queiroz dos Santos Silva

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Jornalista	Governador Edson Lobão/MA		Suporte técnico, análise de dados e organização de dados	Análise de dados dos 9 Estados de Nordeste pelo site GOV	Todos os municípios do Nordeste em banco de dados

José Willamis

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Ensino Médio	Penedo – Alagoas	Liderança cigana: representante desde 2004 da maior comunidade cigana do Estado de Alagoas com mais de 518 famílias	Pesquisador cigano	Indicou municípios e estados com presença cigana e teceu as pontes de contato	

Lenilson Portela

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
<p>Graduação em História pela UFPI e Mestrado em História do Brasil pelo PPGHB-UFPI. Discente do curso de Direito (UFPI). Professor da UESPI e do PARFOR-UFPI.</p>	<p>José de Freitas - PI.</p>	<p>Cigano Calon, com experiência de pesquisa sobre o tema desde 2018, com livros e artigos publicados, tanto em português como em inglês.</p>	<p>Pesquisador de campo.</p>	<p>Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba.</p>	<p>Ceará: Caucaia, Sobral, Tianguá.</p> <p>Maranhão: São Luís, Timon, Rosário, Vargem Grande.</p> <p>Pernambuco: Recife, Olinda, Paulista, Arcoverde.</p> <p>Paraíba: João Pessoa, Sousa.</p>

Watilla Cirqueira Leite

Formação	Residência	Experiência com o tema	Atuação junto a equipe	Estados pesquisados	Municípios (?)
Graduação em Ciências Sociais pela UFNT; Mestrado em Sociologia pela UFGD; Doutoranda em Ciências Sociais pela UFMA; Professora da Educação Básica do Maranhão.	Estreito – Maranhão	Pesquisadora dos povos ciganos do Maranhão desde 2016.	Pesquisadora de campo	Ceará e Maranhão	<p>Ceará: Caucaia - Sobral</p> <p>Maranhão: Estreito São Pedro dos Crentes São João do Paraíso Riachão Montes Altos Porto Franco Imperatriz Balsas Carolina Miranda do Norte Campestre</p>

CAPÍTULO 2:

CONTEXTUALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO NORDESTE, CONFORME DADOS DO IBGE

A Região Nordeste é composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Na tabela 1 é possível observar a quantidade de municípios que compõem cada estado.

Tabela 1: Estados que compõem a Região Nordeste

REGIÃO NORDESTE	
Estados	Quantidade de Municípios
Alagoas	102
Bahia	417
Ceará	184
Maranhão	217
Paraíba	223
Pernambuco	185
Piauí	224
Rio Grande do Norte	167
Sergipe	75
TOTAL	1794

Elaborada pelos autores. Fonte: IBGE, 2024

Políticas públicas e ações de governo desenvolvidas pelas secretarias de estado para as famílias e comunidades ciganas dos nove estados Nordeste

Foram encaminhados 18 (dezoito) ofícios para todas as secretarias de estado dos estados que compõem a região Nordeste com o objetivo de solicitar informações sobre quais as ações de governo e as políticas públicas das Secretarias de estado vêm sendo desenvolvidas, de forma específica, para as famílias e comunidades ciganas. Foram solicitadas ainda, a existência de informações oficiais sobre quais os municípios que cada estado tem conhecimento sobre a presença de famílias e comunidades ciganas que vivem, permanentemente ou de forma temporária.

Foi recebido apenas 1 ofício com resposta da Secretaria de Estado do Maranhão.

A região Nordeste do Brasil é a terceira maior em extensão territorial do país, com uma área de aproximadamente 1.558.196 km², correspondendo a cerca de 18% do território nacional. Conforme dados do IBGE, a região é composta por nove estados: Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA).

Demografia

População: O Nordeste é a segunda região mais populosa do Brasil, com mais de 57 milhões de habitantes (dados de 2022), representando cerca de 27% da população brasileira.

Distribuição populacional: A população está concentrada principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, como Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE). No entanto, há uma significativa população rural, especialmente no interior.

Densidade demográfica: A densidade populacional é de aproximadamente 34,1 hab/km², variando entre áreas litorâneas mais densas e o interior semiárido, menos povoado.

Clima

Diversidade climática: O Nordeste apresenta uma grande variedade de climas, incluindo:

Semiárido: Predomina no interior da região, conhecido como o "Polígono das Secas", com chuvas escassas e irregulares.

Tropical úmido: Presente no litoral, com chuvas mais frequentes e temperaturas elevadas.

Tropical semiúmido: Encontrado em áreas de transição entre o litoral e o sertão.

Temperaturas: As médias anuais variam entre 20°C e 28°C, com picos mais altos no sertão.

Relevo

Planícies litorâneas: Extensas faixas de terra ao longo do litoral, onde se localizam importantes cidades e atividades turísticas.

Planalto da Borborema: Localizado no interior, é uma área de transição entre o litoral úmido e o sertão semiárido.

Depressão Sertaneja: Caracteriza o interior semiárido, com relevo mais plano e altitudes modestas.

Chapadas: Como a Chapada Diamantina (BA) e a Chapada do Araripe (CE), que apresentam formações rochosas e cachoeiras.

Hidrografia

Rios intermitentes: Comuns no sertão, secam durante a estiagem.

Rios perenes: Encontrados principalmente no litoral e em áreas úmidas, como o Rio São Francisco, um dos mais importantes da região e do país.

Açudes e barragens: Construídos para armazenar água e mitigar os efeitos da seca.

Vegetação

Caatinga: Bioma predominante no interior, adaptado ao clima semiárido, com vegetação xerófila (resistente à seca).

Mata Atlântica: Presente no litoral, especialmente em áreas de preservação.

Manguezais: Comuns em áreas costeiras, especialmente em estuários.

Cerrado: Encontrado em partes do Maranhão e Piauí.

Restingas e dunas: Presentes ao longo do litoral.

Economia

Agricultura: Destaque para a produção de frutas (manga, uva, melão) no Vale do São Francisco, cana-de-açúcar em Pernambuco e Alagoas, e cultivos de subsistência no sertão.

Pecuária: Principalmente de caprinos e ovinos no semiárido, e bovinos em áreas mais úmidas.

Indústria: Concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, com destaque para o polo petroquímico em Salvador (BA) e o polo têxtil em Fortaleza (CE).

Turismo: Uma das principais atividades econômicas, com destaque para as praias (como Porto de Galinhas-PE e Jericoacoara-CE), ecoturismo (Chapada Diamantina-BA) e turismo cultural (Pelourinho-BA e Olinda-PE).

Cultura

Festas populares: O Nordeste é conhecido por suas festas tradicionais, como o Carnaval (Salvador e Recife), São João (Campina Grande-PB e Caruaru-PE) e Bumba Meu Boi (Maranhão).

Música e dança: Destaque para o forró, axé, frevo e maracatu.

Culinária: Rica e diversificada, com pratos típicos como acarajé (BA), baião de dois (CE), cuscuz, tapioca e carne de sol.

Desafios

Secas: O semiárido enfrenta períodos prolongados de estiagem, impactando a agricultura e o abastecimento de água.

Desigualdades sociais: A região possui alguns dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, com desafios em educação, saúde e infraestrutura.

Migração: Historicamente, a região tem sido marcada por fluxos migratórios internos, com muitas pessoas deixando o sertão em busca de melhores condições de vida nas cidades ou em outras regiões do país.

Infraestrutura

Transportes: A malha rodoviária é a principal forma de transporte, mas ainda há deficiências em estradas e ferrovias. Os portos, como o de Suape (PE) e Pecém (CE), são importantes para o comércio exterior.

Energia: A região é rica em fontes de energia renovável, como eólica (especialmente no Rio Grande do Norte e Ceará) e solar.

Potencialidades

Energias renováveis: O Nordeste é líder na produção de energia eólica e solar no Brasil.

Turismo sustentável: O ecoturismo e o turismo cultural têm grande potencial de crescimento.

Agronegócio: A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco é um exemplo de sucesso.

Perfil étnico-racial

A região Nordeste do Brasil possui uma rica diversidade étnico-racial, refletindo séculos de alianças/relações entre indígenas, africanos e europeus, além de contribuições de outros grupos que foram degredados ou migraram para a região. Entre os degredados podemos citar ciganos, judeus e árabes, entretanto, tais grupos étnicos não constam nos dados recentes do IBGE, assim, a composição étnico-racial da região pode ser detalhada da seguinte forma:

Composição Étnico-Racial

Pardos: A maioria da população nordestina se autodeclara parda (termo usado no Brasil para designar mestiços), representando cerca de 62% da população da região. Esse grupo é resultado da miscigenação entre indígenas, africanos e europeus.

Branco: Cerca de 27% da população se autodeclara branca, com maior concentração em áreas urbanas e em estados como Rio Grande do Norte e Ceará. A presença de descendentes de portugueses e outros europeus é marcante.

Pretos: Aproximadamente 9% da população se autodeclara preta, com forte presença em estados como Bahia e Maranhão, onde a herança africana é mais evidente.

Indígenas: Cerca de 1% da população se identifica como indígena, com comunidades significativas em estados como Bahia, Maranhão e Ceará. Muitas dessas comunidades preservam suas línguas, costumes e tradições.

Amarelos e Outros: Menos de 1% da população se autodeclara amarela (termo usado no Brasil para designar asiáticos) ou de outras origens, incluindo descendentes de imigrantes árabes, japoneses e outros grupos.

Influências Históricas

Indígenas: Os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região, com grupos como os Tupinambás, Potiguaras, Kariri e muitos outros. Sua influência é visível na culinária, no vocabulário e em práticas culturais.

Africanas: A escravidão trouxe milhões de africanos para o Nordeste, especialmente para a Bahia, Pernambuco e Maranhão. Sua influência é marcante na música, dança, religião (como o Candomblé e a Umbanda) e na culinária.

Europeias: A colonização portuguesa deixou um legado profundo na arquitetura, língua e religião (predominantemente católica). Além disso, houve imigração de outros europeus, como italianos e holandeses, em menor escala.

Outras Influências: A região também recebeu imigrantes árabes (sírios e libaneses), que influenciaram o comércio e a culinária, e pequenos grupos de asiáticos.

Distribuição Geográfica

Bahia: O estado com a maior população negra do Brasil, onde a cultura afro-brasileira é especialmente forte. Salvador, a capital, é conhecida como a "Roma Negra" devido à sua herança africana.

Maranhão: Possui uma significativa população negra e indígena, com forte influência da cultura afro-indígena, especialmente no Tambor de Crioula e no Bumba Meu Boi.

Ceará e Rio Grande do Norte: Apresentam maior proporção de população branca e parda, com influência europeia mais acentuada.

Pernambuco: Mistura de influências africanas, indígenas e europeias, com destaque para o frevo e o maracatu, expressões culturais de origem afro-brasileira.

Identidade Cultural

Religiões de Matriz Africana: O Nordeste é um dos principais centros das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, especialmente na Bahia.

Festas e Tradições: Muitas festas populares, como o Carnaval de Salvador e o São João, têm raízes africanas e indígenas, mescladas com elementos europeus.

Culinária: A culinária nordestina reflete a diversidade étnica, com pratos como acarajé (de origem africana), baião de dois (com influência indígena e europeia), cuscuz, e tapioca (indígena).

Desigualdades Raciais

Indicadores Socioeconômicos: A população preta e parda no Nordeste enfrenta maiores desafios em termos de acesso à educação, saúde e emprego, refletindo desigualdades históricas.

Representação Política: Apesar de serem a maioria da população, pretos e pardos têm menor representação em cargos políticos e de liderança.

Reconhecimento e Valorização

Políticas de Ação Afirmativa: Nos últimos anos, houve avanços em políticas de cotas raciais em universidades e concursos públicos, visando reduzir as desigualdades.

Movimentos Sociais: Movimentos negros e indígenas têm ganhado visibilidade, lutando por direitos e reconhecimento cultural.

Dados Recentes do IBGE (2022)

População Total: ~57 milhões de habitantes.

Autodeclaração Racial:

Pardos: ~62%

Branco: ~27%

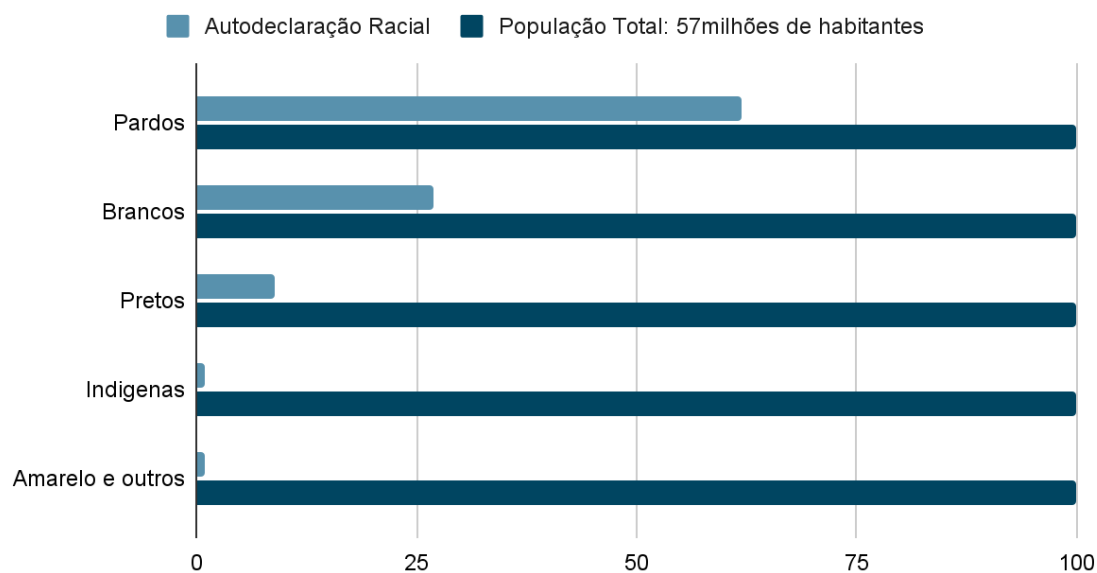
Pretos: ~9%

Indígenas: ~1%

Amarelos e Outros: <1%

Ilustração gráfica 1 – Dados recentes do IBGE

Dados Recentes do IBGE



CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESTADOS

Alagoas

Estado: Alagoas

Capital: Maceió

Governador: Paulo Suruagy do Amaral Dantas

População

População no último censo (2022): 3.127.683 pessoas

População estimada (2024): 3.220.104 pessoas

Densidade demográfica (2022): 112,38 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 1.095.144 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,7

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,8

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 439.014 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 120.878 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 21.340 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 7.619 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 2.105 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 404 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.331 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 1.134 pessoas (x1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 52,2 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 48,2%

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.219 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 157.356 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,684

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 20.927.817.222,51 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 17.963.587.096,92 R\$

Número de agências [2023]: 151 agências

Depósitos a prazo [2023]: 9.571.869.481,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 2.262.419.289,00 R\$

Território

Número de municípios: 102 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 27.830,661 km²

Área urbanizada [2019]: 588,41 km²

Perfil Étnico-Racial da População de Alagoas (Censo 2022)

Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população de Alagoas tem uma composição étnico-racial variada. Vamos detalhar as informações apresentadas:

Pardos: 60,4% (aproximadamente 1.887.865 pessoas)

Branco: 29,3% (aproximadamente 915.400 pessoas)

Pretos: 9,6% (aproximadamente 298.709 pessoas)

Indígenas: 0,8% (aproximadamente 25.725 pessoas)

Amarelos: 0,2% (aproximadamente 5.505 pessoas)

Diversidade e Influência Histórica

A população de Alagoas é composta majoritariamente por pessoas de origem parda e negra, com a soma dessas duas categorias chegando a 70% da população do estado. Isso reflete o longo processo de miscigenação entre povos indígenas, africanos e europeus, iniciado com a colonização portuguesa e o tráfico de escravizados africanos.

A Influência Africana

A influência africana é uma das mais significativas em Alagoas. Durante o período colonial, o estado foi um importante centro de plantação de cana-de-açúcar, e mais tarde, com a produção de algodão no século XIX, recebeu um grande número de escravizados africanos, especialmente oriundos das regiões da África Ocidental e Central. A população negra e parda, majoritária, tem uma forte marca de raízes africanas, refletida em diversas manifestações culturais e religiosas do estado.

Música: O frevo, o maracatu, o coco de roda e o samba de roda são danças e gêneros musicais com raízes africanas, presentes nas festas populares e no Carnaval alagoano, especialmente em Maceió e em cidades do interior.

Culinária: A cozinha alagoana reflete essa miscigenação, com pratos típicos como a feijoada, o sarapatel, a carne de sol, e o bolo de rolo, que têm influências da culinária africana, portuguesa e indígena.

A Influência Indígena

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes do que hoje é Alagoas. Embora as populações indígenas tenham sido significativamente reduzidas após a colonização, algumas etnias como os Xokó e os Tukano ainda são identificadas na região, principalmente no interior do estado. A presença indígena, embora pequena em termos de população autodeclarada (0,8%), contribui para a formação de uma cultura rica em tradições, especialmente na linguagem e nos costumes locais.

Língua: Embora a língua portuguesa seja a predominante, existem resquícios da língua indígena, especialmente em nomes de lugares e em algumas práticas culturais.

Cultura: O uso de plantas medicinais, rituais religiosos e algumas danças tradicionais têm uma origem indígena e estão preservadas, embora de maneira limitada.

A Influência Europeia

A influência portuguesa é marcante na formação da sociedade colonial de Alagoas. Desde o início da colonização, os portugueses estabeleceram o sistema latifundiário, com a exploração da cana-de-açúcar, o que trouxe os brancos como a camada dominante na sociedade. A religião católica foi imposta, e a arquitetura colonial pode ser vista em várias cidades históricas de Alagoas, como Maceió e Penedo.

Arquitetura: A cidade de Penedo, por exemplo, possui um centro histórico com construções datadas do período colonial, que evidenciam a influência portuguesa na urbanização e no estilo arquitetônico.

Religião: O catolicismo é a principal religião no estado, embora o número de praticantes de religiões afro-brasileiras (como o Candomblé e a Umbanda) esteja crescendo, refletindo a herança africana e a pluralidade religiosa da região.

Aspectos Regionais e Sociais

Distribuição Geográfica da População

A distribuição da população parda em Alagoas é praticamente uniforme em todo o estado, com 60,4% da população se identificando como parda. Esse número é consistente tanto em áreas urbanas como rurais.

A cidade de Maceió, a capital do estado, tem 54,37% de sua população se autodeclarando parda, um reflexo da miscigenação histórica que caracteriza a região. Já em cidades como Água Branca, o percentual de pardos chega a 78,18%, o que reflete uma maior diversidade de etnias no interior do estado.

Desafios Sociais e Econômicos

Como no resto do Brasil, a população negra e parda de Alagoas enfrenta desafios em termos de desigualdade social, racismo estrutural e acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia.

Desigualdade Social: Embora a economia de Alagoas tenha mostrado crescimento nas últimas décadas, a distribuição de renda ainda é desigual. A população negra e parda sofre com maior taxa de desemprego, baixa escolaridade e violência policial, refletindo um quadro de racismo estrutural.

Educação: A taxa de evasão escolar é mais alta entre os estudantes negros e pardos em comparação com os brancos, o que limita as oportunidades futuras dessas populações.

Acesso à Saúde: Apesar dos avanços, as populações negras e pardas ainda enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde, com uma maior incidência de doenças crônicas e uma menor expectativa de vida quando comparadas às populações brancas.

Manifestações Culturais e Religiosas

Carnaval e Festividades

O Carnaval de Alagoas é uma das maiores manifestações culturais do estado, e o frevo, o maracatu e o coco de roda são algumas das expressões culturais que marcam essa festividade. Esses gêneros musicais, com forte influência africana, se misturam com outros elementos da cultura local, como a dança do cavalo-marinho e o batuque.

Religiões de Matriz Africana

O Candomblé e a Umbanda têm uma presença significativa, especialmente em áreas urbanas como Maceió, e em cidades do interior com grandes populações afro-brasileiras. Os terreiros dessas religiões são espaços importantes para a preservação de tradições africanas e para a criação de um ambiente de acolhimento e apoio social.

Artesanato e Tradições

O artesanato em Alagoas também reflete a mistura de influências culturais, com a produção de artesanato indígena e afro-brasileiro, como o bordado, o cesto de palha e as peças de cerâmica. Esses produtos são encontrados principalmente nas feiras e mercados de Maceió e nas cidades do interior, como Maragogi e Penedo.

O perfil étnico-racial de Alagoas é predominantemente pardo e negro, com uma forte herança africana, indígena e europeia. Essa diversidade étnica reflete-se em uma rica cultura, culinária, religiosidade e música, que são expressões visíveis nas festas populares e nas manifestações culturais do estado.

No entanto, a população negra e parda de Alagoas ainda enfrenta desafios significativos em termos de desigualdade social, racismo estrutural e falta de acesso a oportunidades. É

importante destacar que, apesar dessas dificuldades, a identidade cultural de Alagoas continua sendo moldada por suas origens diversas e por uma forte luta por reconhecimento e igualdade.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Bahia

Estado: Bahia

Capital: Salvador

Governador: Jerônimo Rodrigues Souza

População

População no último censo (2022): 14.141.626 pessoas

População estimada (2024): 14.850.513 pessoas

Densidade demográfica (2022): 25,04 habitantes por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 5.120.353 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,9

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 3,9

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 1.864.574 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 517.073 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 102.040 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 30.622 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 12.355 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 1.551 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.366 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 6.638 pessoas (x1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 40,1 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 43,9 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.177 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 557.886 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,691

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 80.290.524.858,16 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 77.868.037.416,52 R\$

Número de agências [2023]: 825 agências

Depósitos a prazo [2023]: 51.302.336.652,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 9.552.068.592,00 R\$

Território

Número de municípios: 417 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 564.760,429 km²

Área urbanizada [2019]: 2.814,29 km²

Perfil Étnico-Racial da População da Bahia (Censo 2022)

A Bahia é o estado com a maior população de pessoas negras no Brasil, com uma composição étnico-racial bastante diversa. Segundo os dados mais recentes do Censo 2022 do IBGE, a população baiana tem a seguinte distribuição:

Pretos: 23,9% (aproximadamente 5,4 milhões de pessoas)

Pardos: 56,9% (aproximadamente 12,8 milhões de pessoas)

Branco: 18,0% (aproximadamente 4 milhões de pessoas)

Indígenas, Amarelos e Não Declarados: 1,2%

A soma de pretos e pardos representa 80,8% da população da Bahia, o que a torna o estado com a maior proporção de população negra no Brasil.

História da Formação Étnica da Bahia:

A formação étnico-racial da Bahia está intimamente ligada à história da colonização portuguesa, ao tráfico de escravizados africanos e à resistência das populações indígenas. A Bahia foi o primeiro ponto de entrada dos escravizados africanos no Brasil e, ao longo de mais de três séculos de escravidão, tornou-se um importante centro de cultura e resistência afro-brasileira.

Influência Africana

A influência africana é extremamente forte na Bahia, seja em sua música, danças, religião, culinária ou até em aspectos de linguagem. O tráfico negreiro trouxe, principalmente, pessoas das regiões da África Ocidental, como Nagôs, Bantos, Jejes e Fon, que ajudaram a formar uma base étnica de grande impacto na cultura local.

Cultura e Música:

Axé, samba-reggae, coco, frevo, samba de roda e outros estilos musicais têm raízes profundas na cultura afro-brasileira, com manifestações visíveis especialmente no Carnaval da Bahia.

O Candomblé e a Umbanda são as principais religiões de matriz africana no estado, sendo que Salvador é considerada a capital religiosa dessas práticas no Brasil. O santo guerreiro Ogum, o orixá Iemanjá e outros orixás representam parte da espiritualidade baiana e da identidade de muitos baianos.

Culinária:

A comida baiana é marcada pela utilização de ingredientes como dendê, peixe, camarão, acarajé, caruru e feijão-fradinho, com forte influência africana na criação de pratos típicos como a moqueca e a feijoada.

Influência Indígena

Embora a população indígena tenha sido muito reduzida após a colonização, ainda existem comunidades indígenas na Bahia, principalmente no interior do estado. A presença de índios Tupinambás, Pataxós, Tuxás e Kiriris contribui para a diversidade étnica, com algumas comunidades preservando sua língua e tradições culturais.

Línguas e Nomes Geográficos: Embora a língua portuguesa seja predominante, muitos nomes de localidades baianas (como Itapuã, Boca do Rio e Canavieiras) têm origem indígena. Além disso, práticas de medicina tradicional e o uso de plantas medicinais também preservam elementos indígenas na região.

Influência Europeia

A presença dos colonizadores portugueses foi fundamental na estruturação da sociedade baiana, desde a organização da cultura urbana, com a construção de igrejas e conventos, até a imposição da religião católica.

Distribuição Geográfica e Demográfica

Municípios com Maior Proporção de Negros

A Bahia não só possui uma população predominantemente negra como também abriga vários dos municípios com maior proporção de pessoas negras no Brasil. Esses municípios refletem a herança africana no estado.

Entre os destaques, temos:

Salvador, a capital baiana, com cerca de 80% da sua população se declarando como negra (preta ou parda).

Municípios do interior, como Ilhéus, Cachoeira e Santo Amaro, também possuem altas taxas de população negra.

A maior concentração de negros e pardos está nas regiões metropolitana e do Recôncavo Baiano, que possuem uma grande tradição de manifestações culturais afro-brasileiras.

Interior do Estado

A predominância da população negra na Bahia não é apenas um fenômeno urbano. O interior do estado apresenta uma grande concentração de comunidades negras, especialmente na zona rural, onde as práticas culturais afro-brasileiras são mais evidentes. Cidades como Candeal, Santo Amaro, Cachoeira e São Félix são importantes centros culturais que preservam as tradições afro-brasileiras, como o samba de roda, o coco de roda e o maculelê.

Aspectos Sociais e Desafios

Embora a Bahia seja um importante centro de cultura afro-brasileira, desigualdades sociais e racismo estrutural ainda afetam as populações negras e pardas. Apesar de sua grande contribuição para a cultura nacional, a população negra da Bahia enfrenta desafios relacionados ao acesso à educação, saúde e mercado de trabalho.

Desigualdade de Renda

A taxa de pobreza é mais alta entre as pessoas negras na Bahia, com uma clara disparidade em relação à população branca. A desigualdade de renda entre brancos e negros é um reflexo das estruturas sociais ainda presentes, e o mercado de trabalho reflete essa disparidade, com uma taxa de desemprego mais alta entre os negros.

Educação

A população negra baiana também enfrenta dificuldades no acesso à educação de qualidade. As taxas de analfabetismo são mais altas entre os negros e pardos, e a inclusão desses grupos nas universidades ainda é um desafio. A criação de políticas de cotas raciais tem sido uma das tentativas de combater a exclusão histórica dessa população.

Violência e Racismo

A violência policial e o racismo estrutural têm sido problemas persistentes, especialmente nas áreas mais empobrecidas de Salvador e do interior da Bahia. A polícia baiana tem sido frequentemente acusada de abuso de poder e de perseguição racial, especialmente contra jovens negros.

Cultura e Identidade Baiana

Manifestações Culturais

A Bahia é o berço de várias manifestações culturais que são centrais para a identidade do estado. O Carnaval da Bahia é uma das maiores festas populares do mundo, e a presença de blocos afro, como o Ilê Aiyê, o Olodum e o Filhos de Gandhi, é uma prova do poder da cultura afro-brasileira na formação da identidade baiana.

Além disso, o Candomblé tem forte presença em Salvador, com inúmeros terreiros, como o Terreiro de Mãe Stella de Oxóssi e o Ilé Axé Opó Afonjá, sendo espaços de resistência cultural e espiritual.

Religião e Crenças

Além do catolicismo, o Candomblé e a Umbanda são as principais religiões de matriz africana praticadas na Bahia, com uma forte influência nas práticas culturais do estado, desde as festividades até a música e danças. O sincretismo religioso entre orixás e santos católicos é um exemplo da fusão das religiões africanas e portuguesas.

A Bahia é um estado cuja identidade é profundamente afro-brasileira. Com a maior população de negros e pardos do Brasil, o estado tem um legado cultural único que é refletido na música, dança, religião, culinária e no modo de vida de seu povo. Embora haja avanços no reconhecimento da cultura negra, a população negra baiana ainda enfrenta desafios significativos em relação à desigualdade social, ao racismo estrutural e ao acesso a direitos básicos.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Ceará

Estado: Ceará

Capital: Fortaleza

Governador: Elmano de Freitas da Costa

População

População no último censo (2022): 8.794.957 pessoas

População estimada (2024): 8.794.957 pessoas

Densidade demográfica (2022): 59,07 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 3.753.826 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 6,5

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,4

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 1.134.636 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 358.735 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 59.808 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 20.716 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 5.211 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 981 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.225 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 3.630 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 40,1 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 44,3 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.407 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 337.403 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,734

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 46.124.793.433,02 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 37.423.640.356,93 R\$

Número de agências [2023]: 420 agências

Depósitos a prazo [2023]: 33.903.091.671,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 5.549.782.938,00 R\$

Território

Número de municípios: 184 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 148.894,447 km²

Área urbanizada [2019]: 1.594,42 km²

Perfil Étnico-Racial da População do Ceará (Censo 2022)

A composição étnica da população cearense é a seguinte:

Pardos (Multirraciais): 64,7%

Branco: 27,9%

Pretos: 6,8%

Indígenas: 0,6%

Amarelos: 0,1%

Esses dados mostram que a população cearense é predominantemente parda, o que reflete a forte miscigenação da população, formada principalmente por indígenas, africanos e europeus. A elevada proporção de pardos no estado é um reflexo de séculos de convivência e fusão entre esses diferentes grupos. Vamos explorar um pouco mais o significado e a relevância dessas categorias.

1. Pardos (64,7%)

A maior parte da população cearense se identifica como parda. O termo "pardo" no Brasil abrange pessoas com ascendência indígena, africana e europeia, o que reflete a história de miscigenação no estado. Durante a colonização, o Ceará foi palco de grande mistura de culturas, começando com os povos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos portugueses, e depois com a chegada de africanos trazidos como escravizados.

Essa miscigenação resultou em uma identidade cearense que é ao mesmo tempo indígena, africana e europeia. As influências africanas, especialmente no campo das religiões, músicas, danças e culinária, são muito marcantes, como veremos mais adiante.

2. Branco (27,9%)

A população branca no Ceará é a segunda maior em termos percentuais. A presença dos colonizadores portugueses desde o início da colonização do Brasil teve um grande impacto na formação da sociedade cearense, especialmente no contexto urbano de Fortaleza e em algumas cidades litorâneas. Ao longo do tempo, o Ceará também recebeu imigrantes de outras partes do mundo, como sírios, libaneses e italianos, que se estabeleceram principalmente nas áreas comerciais e urbanas.

3. Pretos (6,8%)

Embora a população preta seja menor em termos percentuais no Ceará, a contribuição dos africanos na formação cultural e social do estado é fundamental. O Ceará foi um dos estados

que mais recebeu africanos escravizados, especialmente para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, nas fazendas de gado e nas minas.

Com a abolição da escravidão, a população negra continuou a desempenhar um papel significativo na formação da cultura cearense, principalmente nas manifestações religiosas, culturais e musicais, como o coco de roda, o maracatu, o baião e o xaxado.

4. Indígenas (0,6%)

Embora a presença indígena no Ceará seja menor em termos numéricos, os povos originários tiveram uma influência importante na formação da cultura local. Os Tremembé, Tapeba, Kariri, Potiguara e Guajajara são alguns dos grupos indígenas que habitam o estado até hoje, preservando suas tradições e culturas. O Ceará, como muitos estados do Nordeste, é um espaço de resistência indígena, com as comunidades lutando pela preservação de suas terras e culturas. No município de Monsenhor Tabosa, o percentual de indígenas é de 28,3%, refletindo uma população maior de descendentes de povos originários. Algumas dessas comunidades indígenas ainda preservam a língua e as práticas culturais, sendo fundamentais na preservação do patrimônio imaterial do Ceará.

5. Amarelos (0,1%)

A população amarela (descendentes de asiáticos, especialmente japoneses e chineses) é muito pequena no Ceará, representando apenas 0,1% da população total. Os imigrantes asiáticos chegaram ao Brasil de forma mais significativa no século XX, mas sua presença no Ceará é bem limitada. Existem pequenas comunidades que têm alguma influência, principalmente no comércio e na culinária.

Aspectos Culturais e Históricos do Ceará:

O Ceará é um estado com uma rica diversidade cultural, que reflete diretamente a composição de sua população. Essa diversidade étnica é visível nas manifestações culturais, nas religiões, na música, na culinária e até na arquitetura. Vamos destacar algumas dessas influências:

Influência Africana:

Música e Dança: O Ceará tem uma forte tradição de ritmos e danças de origem africana. O coco de roda, o maracatu, o baião e o xaxado são exemplos de estilos musicais que têm raízes africanas, embora também tenham se misturado com influências indígenas e europeias.

Religiões de Matriz Africana: A religião tem um papel central na vida cultural do Ceará, com destaque para o Candomblé e o Xangô. A prática de religiões de matriz africana também é um reflexo da herança dos escravizados.

Culinária: A culinária cearense tem muitos pratos influenciados por tradições africanas, como o carneiro guisado, o sarapatel e o feijão verde, além do famoso cuscuz.

Influência Indígena:

A influência indígena é visível nas linguagens e nas práticas culturais do Ceará, como a preservação de línguas indígenas e o uso de plantas medicinais. Alguns pratos típicos cearenses, como o peixe com tucupi, têm influência indígena.

Influência Europeia:

A presença dos portugueses, e posteriormente de outros imigrantes europeus, como sírios e libaneses, também deixou sua marca na arquitetura de cidades como Fortaleza, além da introdução de novas práticas agrícolas e culturais.

A culinária do Ceará também recebe influências de diversas culturas europeias, especialmente na produção de queijos e pães.

Desafios e Questões Étnico-Raciais no Ceará:

Apesar da diversidade cultural, o Ceará, como muitos outros estados, enfrenta desafios relacionados à desigualdade social e étnico-racial. A população negra, por exemplo, ainda enfrenta barreiras no acesso a direitos e oportunidades, especialmente em áreas mais periféricas das grandes cidades. A pobreza e a falta de acesso a serviços públicos, como educação e saúde, são problemas que afetam desproporcionalmente as populações negra e indígena.

O Ceará é um exemplo claro de miscigenação e diversidade cultural, com uma população que carrega as influências de diferentes grupos étnicos ao longo de sua história. A presença de indígenas, africanos e europeus, embora variada em termos percentuais, é fundamental para a formação de sua identidade cultural e social. A convivência desses povos moldou o estado em suas manifestações artísticas, religiosas, culinárias e sociais, criando um ambiente de grande riqueza cultural.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Maranhão

Estado: Maranhão

Capital: São Luís

Governador: Carlos Orleans Brandão Júnior

População

População no último censo (2022): 6.776.699 pessoas

População estimada (2024): 7.010.960 pessoas

Densidade demográfica (2022): 20,56 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 2.132.527 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,1

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,3

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 1.045.700 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 283.486 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 66.292 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 18.397 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 8.906 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 1.082 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.077 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 2.893 pessoas (x1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 26,8%

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 35,7%

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.250 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 304.171 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,676

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 31.379.701.580,17 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 24.496.014.978,83 R\$

Número de agências [2023]: 298 agências

Depósitos a prazo [2023]: 9.160.708.044,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 3.877.726.675,00 R\$

Território

Número de municípios: 217 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 329.651,495 km²

Área urbanizada [2019]: 1.544,71 km²

O Maranhão é um estado brasileiro com uma enorme diversidade étnica e cultural, resultado de um processo histórico de colonização, miscigenação e intercâmbio de diferentes grupos sociais. Vamos aprofundar em alguns aspectos para entender melhor essa diversidade.

Perfil Étnico-Racial do Maranhão (de acordo com o Censo de 2022)

O Censo de 2022 do IBGE traz os seguintes dados sobre a composição étnico-racial da população do Maranhão:

Pardos (Multirraciais): 66,4%

Branços: 20,1%

Pretos: 12,6%

Indígenas: 0,8%

Amarelos: 0,1%

1. A Predominância de Pardos:

O Maranhão tem uma alta porcentagem de pessoas que se identificam como pardas (66,4%), refletindo uma forte miscigenação entre as populações indígenas, africanas e europeias ao longo da história. A miscigenação foi um fator marcante na formação da população maranhense, resultado de séculos de intercâmbio cultural, principalmente durante o período colonial e a escravidão. A cor de pele "parda" é usada no Brasil para designar pessoas com ascendência indígena, africana e europeia, o que ajuda a explicar a alta representação de indivíduos nesta categoria.

2. A Influência dos Povos Indígenas:

O Maranhão tem uma presença significativa de povos indígenas, como os Guajajara, Krenyê, Krikati, Awá-Guajá, Tembê, Gavião, Urubu-Kaapor, entre outros. Embora representem apenas 0,8% da população, os indígenas têm uma grande influência cultural no estado, especialmente em áreas rurais e nas regiões mais afastadas.

A língua e as tradições indígenas ainda são preservadas em algumas comunidades, e a cultura indígena se reflete em práticas como artesanato, danças e rituais.

O Maranhão é também o lar de uma das populações mais isoladas do mundo: os Awá-Guajá, que vivem em áreas florestais e têm pouco contato com a sociedade urbana.

3. Influência Africana no Maranhão:

A presença africana no Maranhão é bastante marcante, com uma significativa população descendente de africanos trazidos como escravizados. Durante os séculos XVIII e XIX, muitos africanos de diversas regiões do continente, como da atual Angola, Congo, Benim e Togo, foram trazidos para trabalhar nas plantações de açúcar, arroz e nas minas.

O Maranhão preservou muitas manifestações culturais afro-brasileiras, como o Tambor de Mina, uma religião afro-brasileira que combina elementos do Candomblé e da tradição dos povos da região do Congo.

O Bumba-meu-boi é uma das festas mais tradicionais e populares do Maranhão, e sua origem tem raízes tanto africanas quanto indígenas, com uma forte contribuição das religiões e danças de origem africana.

A culinária maranhense também é profundamente influenciada pelos africanos, com pratos como o Arroz de Cuxá (feito com vinagreira, um tipo de planta local), que tem forte presença de raízes africanas.

4. A Influência Europeia no Maranhão:

O Maranhão foi uma das primeiras capitânicas hereditárias do Brasil a ser colonizada por portugueses. Desde o século XVII, os colonos portugueses e seus descendentes formaram a base da sociedade maranhense, especialmente em áreas urbanas como São Luís.

Além disso, durante o século XIX, a imigração de açorianos (portugueses) contribuiu para a população branca do estado.

A cultura europeia, especialmente a portuguesa, deixou uma marca significativa na arquitetura, na culinária e nas tradições locais.

Também houve a presença de outros grupos de imigrantes, como sírios e libaneses, que vieram para o Maranhão no século XX, sobretudo em busca de oportunidades comerciais.

5. Aspectos Socioculturais e Culturais:

O Maranhão é um dos estados mais ricos em tradições culturais no Brasil, resultado da combinação dessas diversas influências étnicas. Algumas das manifestações culturais mais importantes incluem:

Bumba-meu-boi: Uma das festas mais conhecidas, o Bumba-meu-boi é uma celebração que mistura elementos indígenas, africanos e portugueses. A festa acontece durante o período junino, e é marcada por danças, músicas e encenações folclóricas que contam a história de um boi que morre e ressuscita.

Tambor de Crioula: Uma dança e manifestação cultural de origem africana, especialmente do povo banto, que celebra a ancestralidade e a conexão com a terra. O Tambor de Crioula é uma expressão de resistência cultural e religiosa.

Artesanato e Culinária: O Maranhão é famoso por seus produtos artesanais, como as redes de dormer, cerâmicas e bordados. Na culinária, o uso de peixes, arroz, farinha de mandioca e frutas típicas é comum. O arroz de cuxá, como mencionado, é um prato típico de influência africana.

6. Desafios e Questões Étnico-Raciais no Maranhão:

Assim como em outras regiões do Brasil, o Maranhão enfrenta desafios significativos relacionados a desigualdades sociais e raciais. Embora a população parda seja predominante, muitas pessoas ainda enfrentam discriminação racial, especialmente as populações negras e indígenas. O acesso à educação, saúde e outras oportunidades sociais ainda é desigual, com as populações mais pobres e marginalizadas frequentemente sendo mais afetadas pela pobreza e exclusão social.

O Maranhão é um exemplo clássico da diversidade cultural e étnica do Brasil, resultado de um processo histórico de colonização, resistência e mestiçagem. A combinação das tradições indígenas, africanas e europeias formou uma sociedade rica e multifacetada, com manifestações culturais vibrantes e um forte senso de identidade regional.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Paraíba

Estado: Paraíba

Capital: João Pessoa

Governador: João Azevedo Lins Filho

População

População no último censo (2022): 3.974.687 pessoas

População estimada (2024): 4.145.040 pessoas

Densidade demográfica (2022): 70,39 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 1.593.744 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,3

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,2

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 523.996 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 140.067 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 28.963 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 11.611 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 3.614 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 683 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.401 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 1.744 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 39,3 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 45,5 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.587 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 225.409 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,698

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 23.462.797.714,09 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 17.883.420.827,99 R\$

Número de agências [2023]: 210 agências

Depósitos a prazo [2023]: 9.811.080.343,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 2.399.526.425,00 R\$

Território

Número de municípios: 223 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 56.467,242 km²

Área urbanizada [2019]: 680,32 km²

Perfil Étnico-Racial da População da Paraíba (Censo 2022)

O perfil étnico-racial da população paraibana, conforme o Censo Demográfico de 2022 é o seguinte:

Pardos (55,54%): Aproximadamente 2.207.880 pessoas.

Branco (35,72%): Cerca de 1.419.778 pessoas.

Pretos (7,96%): Aproximadamente 316.572 pessoas.

Indígenas (0,75%): Cerca de 30.140 pessoas.

Amarelos (0,12%): Aproximadamente 4.912 pessoas.

Esses dados revelam que a maioria da população paraibana se identifica como parda (55,54%), seguida por brancos (35,72%) e pretos (7,96%). A soma das populações parda e preta resulta em 63,5%, o que reflete a forte presença de influências africanas e indígenas na composição étnica do estado.

1. Pardos (55,54%)

A categoria parda abrange pessoas com ascendência tanto africana quanto indígena (e, em alguns casos, europeia). Esse grupo é, de longe, o mais numeroso na Paraíba, o que reflete um padrão de forte miscigenação racial no estado. Historicamente, a formação do povo paraibano passou pela fusão de três grandes grupos étnicos:

Indígenas: Os primeiros habitantes do território paraibano, com destaque para os Potiguaras e Tabajaras, entre outros povos.

Europeus: A colonização portuguesa foi a principal responsável pela estruturação inicial da sociedade paraibana, com forte impacto na formação de cidades e estruturas econômicas, principalmente nas regiões de cultivo de cana-de-açúcar.

Africanos: A escravidão teve um papel central na formação étnica do estado. Os africanos trazidos como escravizados para trabalhar nas plantações de açúcar e em outras atividades também contribuíram de maneira significativa para a cultura e identidade da população.

A alta porcentagem de pardos no estado indica como essa miscigenação entre indígenas, africanos e europeus foi fundamental na construção da identidade paraibana, refletindo uma forte cultura mestiça. Nos centros urbanos, como a capital João Pessoa, e também nas áreas rurais, é comum a presença de pessoas que se identificam com essa categoria, evidenciando a convivência entre essas diferentes origens.

2. Brancos (35,72%)

A população branca na Paraíba representa uma parte importante da sociedade, embora em menor proporção do que as populações parda e preta. A colonização portuguesa teve um impacto direto na formação das estruturas sociais e econômicas do estado, com a implantação do sistema de plantation (principalmente com a cana-de-açúcar) e a introdução da cultura europeia.

Além disso, a Paraíba recebeu imigrantes de diferentes partes da Europa, especialmente no período da expansão cafeeira e no século XIX. Esse grupo, embora em minoria, tem um papel

importante na sociedade e cultura local, com muitos descendentes de portugueses, espanhóis e italianos, por exemplo.

É interessante notar que, na Paraíba, como em outros estados do Brasil, a identidade branca pode ser associada a uma classe social mais alta, especialmente em áreas urbanas, onde as populações brancas foram, historicamente, mais beneficiadas em termos de acesso a educação e oportunidades econômicas.

3. Pretos (7,96%)

A população preta na Paraíba, embora representando uma porcentagem menor em comparação aos pardos e brancos, é parte fundamental da formação cultural do estado. Como em muitos outros estados do Nordeste, o legado africano é profundo e se reflete em várias áreas da vida social, cultural e religiosa.

Durante a escravidão, a Paraíba recebeu um grande número de africanos, especialmente provenientes de áreas da África Ocidental. Estes africanos foram trazidos para trabalhar nas plantações de açúcar e nas minas, e muitos descendentes desses povos ainda mantêm vivas as tradições culturais africanas. A herança africana se manifesta, por exemplo, em:

Religiões afro-brasileiras: O Candomblé, a Umbanda, e o Xangô têm presença no estado, especialmente nas cidades de interior, onde práticas religiosas africanas ainda são preservadas.

Música e Dança: O frevo, o maracatu e o coco de roda são manifestações culturais que possuem raízes africanas e continuam a ser praticadas em várias festas e celebrações populares.

Embora a população negra na Paraíba enfrente desafios sociais relacionados à discriminação racial e desigualdade econômica, há um movimento crescente de afirmação e valorização da identidade negra, com ações afirmativas em educação e cultura.

4. Indígenas (0,75%)

A presença indígena na Paraíba representa uma pequena porcentagem da população, mas os povos indígenas continuam a ser uma parte fundamental da história e da cultura do estado. O povo Potiguara é um dos mais conhecidos e reside nas regiões do litoral norte, nos municípios de Baía da Traição e Marcação, além de outras áreas do interior.

Além dos Potiguaras, existem outras etnias, como os Tabajaras, que ocupam regiões do litoral sul e em áreas próximas à cidade de João Pessoa. Embora os indígenas representem uma fração pequena da população, eles mantêm suas tradições, línguas e culturas vivas, com destaque para:

Línguas indígenas: Algumas comunidades ainda falam línguas nativas, como o Potiguara.

Rituais e festas tradicionais: Manutenção de práticas culturais, como o uso de vestimentas típicas e rituais religiosos indígenas, que são partes importantes da identidade cultural dessas comunidades.

5. Amarelos (0,12%)

A população amarela, composta por descendentes de imigrantes asiáticos, é muito pequena na Paraíba. Embora o estado tenha recebido imigrantes de diversas partes do mundo, como italianos, sírios e libaneses, a presença de descendentes de imigrantes asiáticos é relativamente insignificante. A maioria dos imigrantes asiáticos no Brasil se concentrou em estados como São Paulo e Paraná, mas há pequenas comunidades em cidades maiores, como João Pessoa.

Aspectos Culturais e Históricos da Paraíba

A Paraíba tem uma cultura rica e diversificada, que reflete a fusão de diferentes heranças étnicas:

Música e Dança: As festas populares da Paraíba, como o São João, o frevo, o maracatu e o coco de roda, têm forte influência africana. O forró, por exemplo, tem raízes no Nordeste e reflete a miscigenação cultural da região.

Culinária: A feijoada, o cuscuz, a carne de sol e a cachaça são alguns exemplos de pratos tradicionais da culinária paraibana, com influências de diversas culturas, especialmente africanas e portuguesas.

Religião: A maioria da população é católica, mas também há uma crescente presença de religiões evangélicas e afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, que continuam a desempenhar um papel central nas festividades culturais e religiosas.

Desafios Sociais e Étnico-Raciais

A Paraíba enfrenta desafios relacionados à discriminação racial, especialmente contra a população negra e indígena. Embora haja uma forte valorização da identidade negra nas últimas décadas, a população preta e parda continua a enfrentar desigualdades em termos de acesso à educação, emprego e saúde. O racismo estrutural e a falta de acesso a oportunidades são questões que impactam de forma mais significativa as populações negra e indígena.

O perfil étnico-racial da Paraíba é um reflexo da sua história de colonização, escravidão e miscigenação. A população é predominantemente parda, com uma significativa presença de influências africanas e indígenas, o que molda a cultura e identidade do estado. A convivência de diferentes grupos étnicos ao longo dos séculos resultou em uma sociedade plural, mas também em desafios sociais relacionados à desigualdade racial que precisam ser enfrentados. A preservação e promoção da diversidade cultural são essenciais para o futuro do estado.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Pernambuco

Estado: Pernambuco

Capital: Recife

Governador: Raquel Teixeira Lyra Lucena

População

População no último censo (2022): 9.058.931 pessoas

População estimada (2024): 9.539.029 pessoas

Densidade demográfica (2022): 92,37 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 3.568.386 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,3

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,7

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 1.229.419 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 338.436 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 55.288 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 19.699 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 6.311 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 1.133 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.453 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 3.726 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 45,3 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 46,6 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.667 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 297.309 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,719

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 53.294.049.711,50 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 48.872.197.159,80 R\$

Número de agências [2023]: 470 agências

Depósitos a prazo [2023]: 45.514.749.215,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 5.961.028.725,00 R\$

Território

Número de municípios: 185 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 98.067,877 km²

Área urbanizada [2019]: 1.415,19 km²

Perfil Étnico-Racial da População de Pernambuco (Censo 2022)

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o perfil étnico-racial da população de Pernambuco é:

Pardos (55,27%): Aproximadamente 5.006.802 pessoas.

Branco (33,6%): Cerca de 3.043.916 pessoas.

Pretos (10,4%): Aproximadamente 909.557 pessoas.

Indígenas (0,92%): Cerca de 106.646 pessoas.

Amarelos (0,15%): Aproximadamente 13.225 pessoas.

Esses dados revelam que a maioria da população pernambucana se identifica como parda (55,27%), seguida pelos brancos (33,6%) e pretos (10,4%). A soma dos pardos e pretos resulta em 65,67% da população, o que indica a forte presença de influências africanas e indígenas na composição étnica do estado.

1. A Origem da Diversidade Étnica de Pernambuco

Pernambuco, como muitos estados do Nordeste do Brasil, tem uma formação étnica que resulta de séculos de miscigenação entre três grupos principais: indígenas, africanos e europeus (principalmente portugueses). A contribuição desses três grupos é essencial para a construção da identidade racial do estado.

A Influência Indígena

A presença indígena em Pernambuco é um dos pilares dessa miscigenação. Embora a população indígena no estado seja pequena hoje, com cerca de 0,92% da população total, os povos indígenas tiveram um impacto cultural profundo na formação do estado. Entre os principais grupos indígenas de Pernambuco estão os Tremembé, os Pankararu e os Atikum,

que historicamente habitavam a região. Eles foram, em grande parte, subjugados pela colonização portuguesa, mas suas tradições culturais e suas línguas ainda resistem.

A influência indígena é mais evidente nas práticas agrícolas, nas plantas e na culinária, como a mandioca, que é fundamental para a alimentação local, e nas influências linguísticas, que resultam em nomes de cidades e rios em Pernambuco, como o Igarassu (da língua tupi).

A Influência Africana

A influência africana em Pernambuco é talvez a mais marcante na formação da identidade do estado. Durante o período colonial, Pernambuco foi um dos principais centros de produção de açúcar, sendo um dos maiores receptores de escravizados africanos trazidos para o Brasil. Esses africanos, vindos principalmente das regiões da África Ocidental e Central, deram contribuições culturais imensas, especialmente nas artes, religião e culinária.

A cidade de Recife e seu entorno, com o Armazém do Porto e o Centro Histórico, foram pontos centrais de tráfico de escravizados, e a população afrodescendente tem presença marcante nessas áreas. A contribuição africana pode ser observada principalmente em:

Religiões afro-brasileiras: O Candomblé, a Umbanda e as festas populares de samba de roda e maracatu são exemplos de como a cultura africana está enraizada em Pernambuco. O maracatu e o frevo são ritmos e danças que têm forte origem africana e continuam a ser elementos centrais do Carnaval pernambucano.

Música: O frevo é um dos principais símbolos culturais de Pernambuco, com raízes na dança africana e em outras influências do Nordeste. O samba de roda também é muito presente, além de manifestações como o batuque.

Culinária: A cozinha pernambucana é rica em influências africanas, com pratos como o sarapatel, a feijoada, o acarajé e o bobó de camarão, entre outros. Ingredientes como o dendê e a pimenta são usados de forma tradicional.

A Influência Europeia

A influência europeia em Pernambuco vem principalmente da colonização portuguesa, que estruturou as bases da sociedade no estado, e também da imigração de outros europeus, especialmente no século XIX e XX. No entanto, a contribuição europeia se mistura de forma profunda com as influências africanas e indígenas, criando uma cultura mestiça.

2. Aspectos Regionais e Culturais

Pernambuco possui uma diversidade regional marcada pela divisão entre o litoral, o Agreste e o Sertão. Cada uma dessas regiões tem características culturais distintas, mas todas refletem a forte miscigenação e as influências de diferentes grupos étnicos.

Litoral e Zona da Mata

O Litoral de Pernambuco, especialmente a capital Recife, tem uma grande concentração de pessoas com ascendência africana e europeia, refletindo a história do tráfico de escravizados e da colonização. O Carnaval de Recife e Olinda, por exemplo, é um dos mais tradicionais do Brasil, com expressiva presença de maracatu e frevo.

As cidades do Agreste e do Sertão têm uma maior presença de pessoas com ascendência indígena, devido à maior interação com as populações nativas no passado, mas também com a forte presença de africanos trazidos para o interior para trabalhar na agricultura.

Agreste e Sertão

No Agreste, região de transição entre o litoral e o Sertão, a mistura étnica é muito visível. A cultura local mistura as tradições indígenas e africanas, além das influências europeias trazidas pelo ciclo do açúcar e pela imigração. Nos sertões de Pernambuco, a cultura nordestina é mais enraizada, com destaque para o cavalo-marinho e as danças folclóricas.

3. A Diversidade Cultural e Religiosa

Pernambuco é um estado com uma diversidade religiosa significativa. Embora o catolicismo seja a religião predominante, especialmente entre os brancos e pardos, as religiões afro-brasileiras são de grande importância, tanto nas áreas urbanas como rurais. Além disso, há uma forte presença de igrejas evangélicas.

Religiões afro-brasileiras: O Candomblé, a Umbanda, o Xangô e outras religiões de matriz africana são muito praticadas, especialmente nas festas populares como o maracatu e o frevo.

Catolicismo: O catolicismo permanece muito influente em Pernambuco, com suas tradicionais festividades, como a festa de Nossa Senhora da Conceição e o Círio de Nazaré.

Protestantismo: O crescimento das igrejas evangélicas também é significativo no estado, especialmente nas áreas urbanas.

4. Desafios Sociais e Étnico-Raciais

Embora a cultura pernambucana seja extremamente rica em termos de diversidade étnica e cultural, o estado ainda enfrenta desigualdades sociais e raciais. A população negra e parda enfrenta desafios relacionados à discriminação racial e ao acesso desigual a oportunidades em áreas como educação, saúde e mercado de trabalho.

O racismo estrutural também se reflete nas disparidades socioeconômicas, com a população preta e parda, que representa mais de 65% da população total, sendo a mais afetada pela falta de acesso a direitos básicos.

Pernambuco é um estado com uma história rica e uma cultura diversa, marcada pela miscelânea de influências africanas, indígenas e europeias. A formação étnica e cultural do estado resulta de séculos de interação entre esses três grupos, criando uma identidade mestiça única que

permeia arte, música, culinária e religião. Contudo, ainda há desafios relacionados à desigualdade racial e social, que exigem políticas públicas mais eficazes para garantir igualdade de oportunidades para todas as suas populações.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Piauí

Estado: Piauí

Capital: Teresina

Governador: Rafael Tajra Fonteles

População

População no último censo (2022): 3.271.199 pessoas

População estimada (2024): 3.375.646 pessoas

Densidade demográfica (2022): 12,99 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 1.449.658 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 5,7

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,9

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 439.111 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 128.628 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 27.167 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 11.331 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 2.862 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 652 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.350 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 1.561 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 31,4 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 36,7 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.316 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 119.545 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,69

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 22.928.941.802,89 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 20.000.924.386,53 R\$

Número de agências [2023]: 153 agências

Depósitos a prazo [2023]: 5.214.196.803,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 2.540.506.998,00 R\$

Território

Número de municípios: 224 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 251.755,481 km²

Área urbanizada [2019]: 900,03 km²

Perfil Étnico-Racial da População do Piauí (Censo 2022)

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, a população do Piauí é composta por:

Pardos (Multirraciais): 64,8% (aproximadamente 2.120.880 pessoas)

Branco: 22,6% (cerca de 740.322 pessoas)

Pretos: 12,2% (aproximadamente 400.662 pessoas)

Amarelos e Indígenas: 0,4% (cerca de 13.335 pessoas)

Esses dados revelam que a maioria da população piauiense se identifica como parda, seguida pelos brancos e pretos. A presença de pessoas identificadas como amarelas e indígenas é menor, representando uma parcela reduzida da população total do estado.

O Censo de 2022 do IBGE traz um panorama detalhado das características étnicas e raciais da população de cada estado brasileiro, incluindo o Piauí. A distribuição da população piauiense, com base nas categorias étnico-raciais, ajuda a compreender melhor a diversidade cultural e social do estado. Vamos detalhar um pouco mais:

1. Pardos (Multirraciais) – 64,8%

A maioria da população do Piauí se identifica como parda. A categoria "pardo" é uma classificação que abrange pessoas com características fenotípicas variadas, geralmente uma combinação de ascendência indígena, africana e europeia. A maior presença de pessoas que se identificam como pardas é uma característica comum em várias regiões do Brasil, devido ao histórico de miscigenação, especialmente no período colonial e pós-colonial. Esse fenômeno é mais forte em estados do Nordeste, como o Piauí.

2. Brancos – 22,6%

A população branca no Piauí é representativa, mas não chega a ser majoritária. Os brancos no estado são em sua maioria descendentes de imigrantes europeus, especialmente portugueses, italianos, alemães e outros grupos que se estabeleceram no Brasil durante os períodos de colonização e no século XIX. Embora o Piauí tenha uma forte presença de mestiços, a população branca também tem sua relevância histórica e cultural.

3. Pretos – 12,2%

A população preta no Piauí, como em outros estados do Brasil, tem uma forte conexão com a herança africana, devido ao grande número de pessoas trazidas como escravizadas durante o período colonial. Após a abolição da escravidão, a população negra no estado continuou a enfrentar desigualdades raciais, mas também desempenhou um papel significativo na formação cultural do Piauí, especialmente nas manifestações culturais, religiosas e artísticas ligadas à herança africana, como o candomblé, maracatu, entre outros.

4. Amarelos e Indígenas – 0,4%

A população amarela (descendentes de asiáticos, especialmente japoneses e chineses) e indígena no Piauí é muito pequena, representando apenas 0,4% da população total do estado. A presença indígena no Piauí é menor em comparação com outros estados da região Norte e Centro-Oeste, onde a população indígena é mais expressiva. No entanto, algumas comunidades indígenas ainda preservam suas culturas tradicionais no estado, com destaque para os povos da etnia Krahô, que vivem principalmente no município de São João do Piauí.

Aspectos Históricos e Culturais:

Formação Étnica do Piauí: O Piauí, como o restante do Brasil, tem uma forte herança indígena, africana e europeia. Durante o período colonial, os portugueses ocuparam a região, mas a interação com povos indígenas e a chegada de africanos escravizados formaram a base da diversidade racial do estado.

Cultura e Identidade: A miscigenação no Piauí tem uma influência muito forte na música, nas danças e nas manifestações culturais do estado. Ritmos como o baião, o forró e a dança do

bumba-meu-boi têm suas raízes nas tradições indígenas e africanas, além da influência de imigrantes europeus.

Esses dados ajudam a visualizar como a composição étnica e racial do estado é fruto de um longo processo histórico de colonização, escravidão e intercâmbio cultural, criando uma sociedade plural e diversa.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/22#sec-demografia>

Rio Grande do Norte

Estado: Rio Grande do Norte

Capital: Natal

Governadora: Maria de Fatima Bezerra

População

População no último censo (2022): 3.302.729 pessoas

População estimada (2024): 3.446.071 pessoas

Densidade demográfica (2022): 62,54 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 1.554.064 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,8

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 3,7

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 437.133 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 127.507 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 21.725 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 7.813 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 2.482 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 477 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.616 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 1.418 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 49,5 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 52,5 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.875 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 186.840 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,728

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 22.703.397.803,27 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 19.486.967.053,93 R\$

Número de agências [2023]: 168 agências

Depósitos a prazo [2023]: 8.814.359.383,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 2.702.840.071,00 R\$

Território

Número de municípios: 167 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 52.809,599 km²

Área urbanizada [2019]: 815,53 km²

Perfil Étnico-Racial da População do Rio Grande do Norte (Censo 2022)

A composição racial da população do Rio Grande do Norte, conforme os dados do IBGE de 2022 é a seguinte:

Pardos (50,9%): Cerca de 1.680.960 pessoas.

Branços (39,5%): Aproximadamente 1.304.317 pessoas.

Pretos (9,2%): Em torno de 302.749 pessoas.

Indígenas (0,3%): Aproximadamente 9.385 pessoas.

Amarelos (0,16%): Cerca de 5.237 pessoas.

Esses dados destacam a predominância de pessoas pardas (50,9%), seguidas por brancos (39,5%). A soma das populações parda e preta resulta em 60,1% da população total do estado, refletindo a forte presença de influências africanas e indígenas na formação do povo potiguar.

1. A Predominância de Pardos (50,9%)

A maior parte da população do Rio Grande do Norte se identifica como parda. Esse dado reflete a forte miscigenação que caracteriza o estado, resultado de séculos de interação entre os povos indígenas, africanos e europeus. A identidade parda no Brasil, e especialmente no Rio Grande do Norte, inclui aqueles que têm ancestralidade tanto indígena quanto africana, além da herança europeia. A mistura de etnias ao longo da história é visível nas características físicas, costumes e manifestações culturais do estado.

2. A População Branca (39,5%)

A população branca no Rio Grande do Norte, composta principalmente por descendentes de colonizadores portugueses, representa uma parte significativa da sociedade. A presença portuguesa e europeia no estado remonta ao período colonial, quando os portugueses foram os primeiros a estabelecerem assentamentos na região. Além disso, durante os séculos XIX e XX, o Rio Grande do Norte recebeu imigrantes, principalmente de origem portuguesa, espanhola e italiana.

Apesar de a população branca representar uma porcentagem considerável, a influência das culturas indígenas e africanas continua a ser fundamental para a identidade cultural do estado. A miscigenação com essas populações contribuiu para a formação da população potiguar moderna.

3. A População Preta (9,2%)

Embora a população preta seja menor em termos percentuais, a herança africana no Rio Grande do Norte é extremamente relevante. O estado foi um importante ponto de chegada de africanos escravizados, que foram trazidos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, nas minas e em várias atividades econômicas. A presença de negros foi marcante na formação das cidades e no desenvolvimento econômico do estado.

A herança africana também se reflete em várias manifestações culturais do estado, como:

O Coco de Roda: Uma dança e música tradicional de origem africana que ainda é praticada em várias cidades do estado.

O Maracatu: Embora com raízes mais profundas no Pernambuco, o Maracatu também tem presença no Rio Grande do Norte, especialmente em festividades populares.

4. A Presença Indígena (0,3%)

A presença indígena no Rio Grande do Norte é muito reduzida em termos percentuais, mas ainda existe e exerce influência nas tradições locais. O estado foi originalmente habitado por diversos povos indígenas, como os Potiguaras, Tremembés e Cariris, que foram parcialmente dizimados ou deslocados durante o processo de colonização.

Hoje, a população indígena no estado é muito pequena, mas ainda existem algumas comunidades que resistem ao processo de aculturação, mantendo suas línguas, tradições e culturas vivas. A contribuição indígena é visível em algumas práticas culturais, como o uso de plantas medicinais e alguns elementos culinários.

5. A População Amarela (0,16%)

A população amarela no Rio Grande do Norte é composta por descendentes de imigrantes asiáticos, especialmente japoneses, embora em número reduzido. A presença asiática no estado é pequena, mas no Brasil como um todo, a imigração japonesa, em particular, teve um impacto significativo na agricultura e no comércio.

Contexto Histórico e Cultural do Rio Grande do Norte

A formação étnico-racial do Rio Grande do Norte reflete a história de colonização, escravidão e migração que o estado viveu ao longo dos séculos. Como parte do Nordeste do Brasil, o estado compartilha muitas características culturais com outros estados da região, mas também possui elementos únicos.

Colonização e Influências Portuguesas:

A colonização portuguesa foi determinante para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, com a chegada de europeus que estabeleceram o comércio de açúcar. As relações de trabalho e as tentativas de dominação dos povos indígenas moldaram a base da sociedade potiguar.

Escravidão Africana:

Como em outras partes do Brasil, o Rio Grande do Norte foi um importante destino para os escravizados africanos. Eles desempenharam papéis fundamentais nas plantações de cana-de-açúcar e no desenvolvimento das primeiras cidades do estado. A contribuição africana é visível na culinária, nas danças e nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda.

Cultura Potiguar:

A cultura do Rio Grande do Norte é um mosaico de influências indígenas, africanas e europeias. As festas populares, as músicas e as danças potiguares revelam essa diversidade:

Festa de São João: Com forte presença do forró, que tem suas raízes no Nordeste, mas com elementos africanos e indígenas.

Bumba-meu-boi e Danças de Origem Africana: O Bumba-meu-boi e o Coco de Roda são exemplos de manifestações culturais de forte presença africana no estado.

Culinária: Pratos como o cuscuz de milho, a carne de sol e o feijão verde têm influências africanas, indígenas e portuguesas.

Identidade Cultural e Diversidade:

A mistura de raças e culturas resultou em uma identidade única para o estado. As influências africanas, em particular, continuam a se manifestar nas celebrações culturais, como o maracatu, o coco de roda e as festas religiosas. Além disso, a culinária e a religião desempenham um papel fundamental no cotidiano dos potiguares, com a forte presença de manifestações culturais afro-brasileiras, como a feira de Santana e a dança de São Gonçalo.

Desafios Étnico-Raciais no Rio Grande do Norte

Como em muitos estados brasileiros, o Rio Grande do Norte enfrenta desafios sociais e econômicos relacionados à desigualdade racial. A população negra e parda frequentemente enfrenta discriminação e barreiras no acesso a educação, emprego e serviços de saúde. A luta por equidade racial continua a ser uma pauta importante no estado, com movimentos de empoderamento negro e ações afirmativas sendo cada vez mais discutidos.

O Rio Grande do Norte é um estado com uma rica herança étnica e cultural, resultante de séculos de miscigenação entre indígenas, africanos e europeus. A identidade potiguar reflete essa diversidade, com uma cultura vibrante que mistura influências indígenas, africanas e portuguesas. No entanto, o estado também enfrenta desafios em termos de desigualdade social e racial, que continuam a ser questões importantes a serem abordadas. A convivência dessas múltiplas culturas fez do Rio Grande do Norte um exemplo de resistência cultural e de preservação da identidade no Brasil.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Sergipe

Estado: Sergipe

Capital: Aracaju

Governador: Fábio Cruz Mitidieri

População

População no último censo (2022): 2.210.004 pessoas

População estimada (2024): 2.291.077 pessoas

Densidade demográfica (2022): 100,74 habitante por quilômetro quadrado

Total de veículos (2023): 951.523 veículos

Educação

IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,9

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (rede pública) [2023]: 4,0

Matrículas no ensino fundamental [2023]: 305.930 matrículas

Matrículas no ensino médio [2023]: 83.603 matrículas

Docentes no ensino fundamental [2023]: 15.887 docentes

Docentes no ensino médio [2023]: 5.488 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: 1.612 escolas

Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: 317 escolas

Trabalho e Rendimento

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]: 1.473 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]: 1.000 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]: 41,7 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 45,9 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]: 2.548 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]: 79.299 pessoas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]: 0,702

Total de receitas brutas realizadas [2023]: 17.151.927.623,32 R\$

Total de despesas brutas empenhadas [2023]: 13.470.989.190,76 R\$

Número de agências [2023]: 175 agências

Depósitos a prazo [2023]: 8.391.780.897,00 R\$

Depósitos à vista [2023]: 2.505.383.886,00 R\$

Território

Número de municípios: 75 municípios

Área de unidade territorial [2023]: 21.938,188 km²

Área urbanizada [2019]: 461,84 km²

Perfil Étnico-Racial de Sergipe (Censo 2022)

O perfil étnico-racial da população sergipana é composto de:

Pardos (61,6%): Aproximadamente 1.361.504 pessoas.

Branços (25,2%): Cerca de 556.908 pessoas.

Pretos (12,9%): Aproximadamente 284.000 pessoas.

Indígenas (0,2%): Cerca de 4.580 pessoas.

Amarelos (0,1%): Aproximadamente 2.978 pessoas.

Esses dados revelam que a maioria da população sergipana (aproximadamente 61,6%) se identifica como parda, seguida pelos brancos (25,2%) e pretos (12,9%). A soma das populações parda e preta resulta em 74,5% da população, destacando uma significativa presença de influências africanas e indígenas.

A miscigenação de povos indígenas, africanos e europeus ao longo dos séculos contribuiu para uma população marcada por uma forte identidade mestiça, típica do Brasil. Vamos aprofundar como esses diferentes grupos influenciaram a formação étnica e cultural de Sergipe.

1. A Formação Histórica e Étnica de Sergipe

A Influência Indígena

A presença indígena em Sergipe remonta ao período pré-colonial, com diversas etnias indígenas habitando o território sergipano. Os Tukano, Xokó e Santos, entre outros grupos indígenas, são exemplos de povos que habitaram e ainda habitam áreas do estado. Contudo, após a chegada dos portugueses, muitos desses povos foram dizimados ou incorporados aos processos de colonização e miscigenação com as populações africanas e europeias.

Embora a população indígena represente apenas 0,2% da população de Sergipe atualmente, o impacto cultural desses povos é profundo, refletido nas tradições locais, nomes de lugares e no patrimônio cultural, como a utilização da maracá e outras formas de expressão artística.

A Influência Africana

A influência africana foi a mais significativa na formação da população de Sergipe, especialmente durante o período da escravidão. Durante o ciclo do açúcar, Sergipe foi um dos estados nordestinos que mais recebeu escravizados africanos, que vieram principalmente das regiões da África Ocidental e Central. A população negra foi fundamental para o desenvolvimento da economia local, especialmente na agricultura, sendo responsável pelo trabalho nas plantations de cana-de-açúcar e também nas atividades portuárias.

Com a abolição da escravatura em 1888, muitos negros e seus descendentes permaneceram em condições precárias, mas com o tempo se tornaram a base cultural e econômica de Sergipe, sendo responsáveis pela construção de tradições culturais, como:

Música e Danças: A herança africana em Sergipe é evidente nas manifestações culturais como o frevo, o maracatu, o samba de roda e o coco de roda, que estão presentes em festividades como o Carnaval.

Religiões de Matriz Africana: O Candomblé, a Umbanda e outras religiões afro-brasileiras têm um impacto significativo em comunidades de Sergipe, especialmente em áreas urbanas como a capital Aracaju.

Culinária: Pratos como a feijoada, o sarapatel, o acarajé e o baião de dois refletem a fusão das tradições indígenas e africanas.

A Influência Europeia

A influência europeia, principalmente portuguesa, teve um papel determinante em Sergipe, especialmente no desenvolvimento da economia açucareira e na estruturação da sociedade colonial. Os portugueses introduziram o modelo feudal de exploração das terras e a religião católica. A maior parte da população branca em Sergipe tem suas raízes em descendentes de portugueses, italianos e outros europeus que se estabeleceram na região, principalmente após o fim do ciclo do açúcar.

A cultura europeia se reflete na arquitetura colonial das cidades históricas, no uso da língua portuguesa e em aspectos da culinária, como a carne de sol e o peixe frito.

2. Aspectos Regionais e Culturais de Sergipe

Sergipe é um estado pequeno, mas com grande diversidade regional e cultural. A distribuição da população e a identidade cultural variam entre o litoral, o Agreste e o Sertão.

Litoral e Zona da Mata

O Litoral de Sergipe, onde está a capital Aracaju, tem uma maior concentração de pessoas com ascendência africana e europeia, refletindo a história da escravidão e da colonização. Em Aracaju, o frevo e o maracatu são manifestações culturais importantes, especialmente no Carnaval.

A Zona da Mata e as cidades litorâneas possuem uma rica herança afro-brasileira, com destaque para a religião afro-brasileira e a música popular.

Agreste e Sertão

No Agreste, as influências indígenas e africanas são mais visíveis nas festividades locais, como o cavalo-marinho e o batalhão de samba. O sertão, por sua vez, é mais marcado pela presença de pessoas com ascendência indígena e africana, e sua cultura tem um caráter mais rural, com o forró e o xaxado se destacando como ritmos típicos.

3. A Diversidade Religiosa

Sergipe é um estado com uma rica diversidade religiosa. Embora o catolicismo seja a religião predominante, há uma forte presença de religiões afro-brasileiras e evangélicas. O Candomblé e a Umbanda são praticados principalmente por comunidades afro-brasileiras, enquanto o catolicismo ainda domina, com suas festividades como as festas de Nossa Senhora da Conceição e a Festa de São João.

Religiões de matriz africana: O Candomblé e a Umbanda têm grande influência cultural e são praticadas por boa parte da população afrodescendente, especialmente em Aracaju.

Catolicismo: Apesar da diversidade religiosa, o catolicismo continua sendo a religião principal de grande parte da população sergipana, com festividades e procissões religiosas.

Protestantismo: O número de evangélicos também tem crescido significativamente, especialmente no interior de Sergipe, refletindo as mudanças religiosas e sociais do estado.

4. Desafios Sociais e Étnico-Raciais

Embora Sergipe tenha uma grande riqueza cultural e uma mistura de etnias que formam sua população, o estado ainda enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade racial. A população negra e parda, que representa mais de 74% da população, enfrenta barreiras sociais, econômicas e educacionais.

Desigualdade Social e Racismo Estrutural

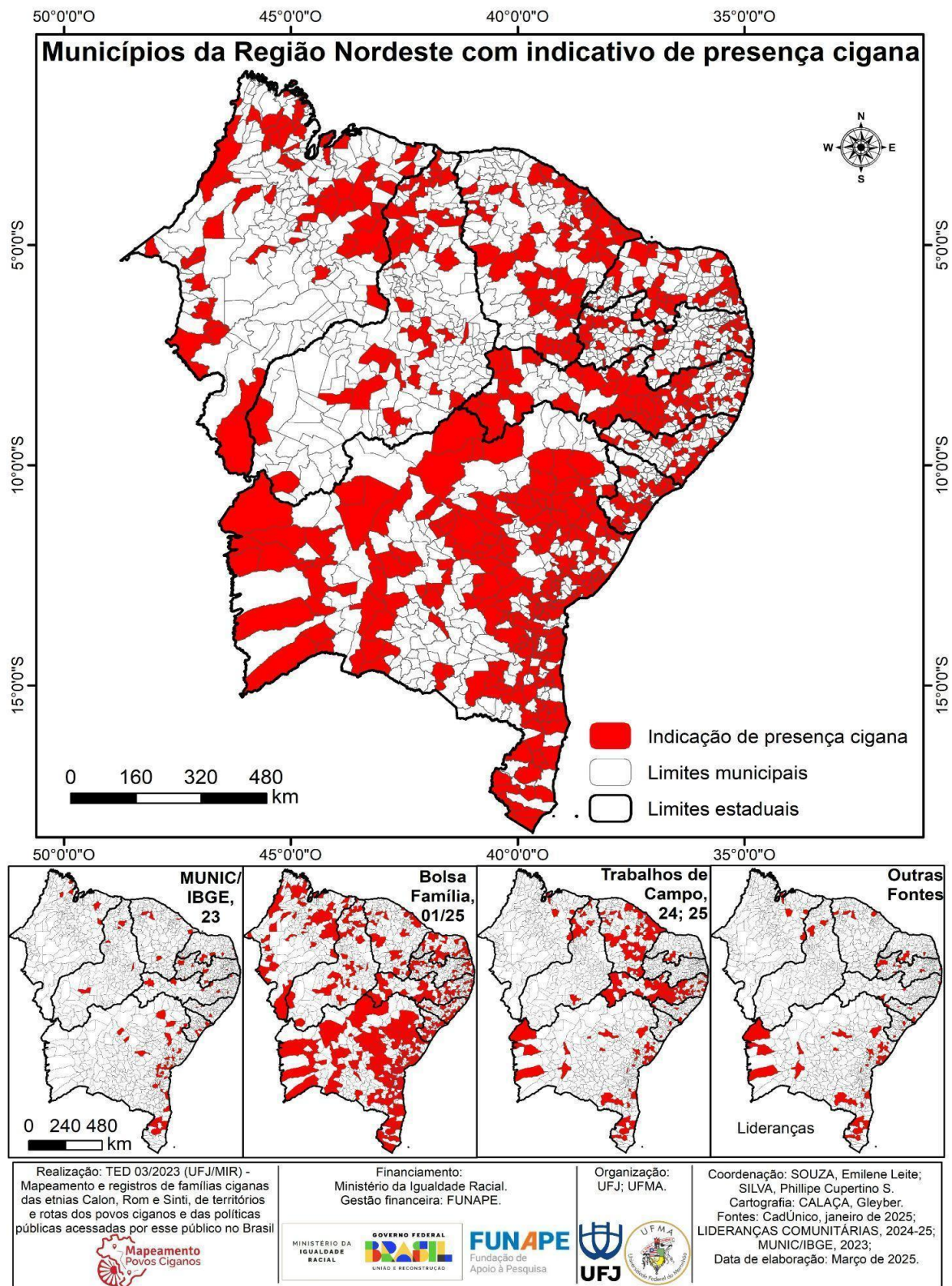
A desigualdade racial é uma realidade em Sergipe, com a população negra e parda enfrentando maiores dificuldades para acessar educação de qualidade, saúde e mercado de trabalho. O racismo estrutural persiste, com discriminação no mercado de trabalho e em diversas esferas da vida social.

Sergipe é um estado com uma rica diversidade étnica e cultural, fruto de um processo de miscelânea entre africanos, indígenas e europeus. A cultura sergipana reflete as influências de sua história colonial, com forte presença de manifestações afro-brasileiras, como a música, a dança e a culinária. Apesar dos desafios sociais e da persistência do racismo estrutural, Sergipe continua a celebrar sua diversidade e a riqueza de suas tradições culturais, enquanto busca avanços na igualdade racial e social.

Fontes: Censo do IBGE e IBGE Educa

Para mais informações: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Imagem 01: Mapa indicando os Municípios da Região Nordeste com a presença cigana.



CAPÍTULO 3: ITINERÁRIO METODOLÓGICO - AS ROTAS DA PESQUISA

Segundo o CadÚnico, existem 9.687 famílias ciganas na região Nordeste, que somam ao todo 17.700 pessoas ciganas. O trabalho de campo acessou 210 municípios com presença cigana. Destes 210 municípios, 91 deles foram indicados por lideranças ciganas do Brasil.

Esta investigação compôs uma etnografia nos termos de Geertz (1989) ancorada nas técnicas das ciências sociais: observação direta, conversas informais, entrevistas e registros em diários e cadernos de campo, além do preenchimento de um questionário. As entrevistas foram realizadas por meio de roteiros estruturados. A observação direta também seguiu um roteiro de observação previamente elaborado.

Com fins de alcançar o nosso objetivo, qual seja o mapear a presença cigana nos estados da região Nordeste, considerando as condições de moradias, os deslocamentos e suas rotas, as políticas públicas existentes, a primeira etapa desta pesquisa foram de cunho bibliográfico e documental. Nesta etapa foi feito um levantamento dos estudos sobre os ciganos no Brasil.

Em seguida foi feito um cuidadoso levantamento de políticas públicas existentes em todos os municípios da região Nordeste. Para tanto, fizemos uso das plataformas de governo que geraram uma extensa tabela que nomeia e enumera as políticas públicas municipais existentes.

Esta etapa trouxe informações valiosas por sintetizar a quantidade de políticas públicas e constatar a negligência dos municípios, estados e do governo federal em relação aos povos ciganos no Brasil. Estes têm sido negligenciados pela literatura das ciências sociais e pelo Estado.

Embora a primeira etapa seja exclusivamente de revisão bibliográfica, constituindo-se esse no primeiro passo da pesquisa, ressaltamos que ela perdurou todo o período de execução da pesquisa, nunca sendo completamente abandonada e sendo as nossas fontes revisitadas cada vez que julgamos necessário ou algum desafio teórico ou metodológico se impôs advindo da pesquisa.

Além do uso dos dados do CADÚnico para detectar a presença cigana e eleger os municípios passíveis de serem visitados, foram utilizadas ainda plataformas como o Infosanba, que informa sobre a presença de saneamento básico nos municípios considerados nesta pesquisa (em ANEXOS).

O segundo momento da pesquisa consistiu em pesquisa de campo intensiva. O método utilizado em campo foi o método etnográfico, que consta no descrever densamente (GEERTZ, 1989). Para compor uma descrição minuciosa do campo utilizamo-nos de várias técnicas das ciências sociais, especialmente a observação direta, indireta, conversas informais e entrevistas em torno de temas chaves.

Assim, esta pesquisa inspirou-se metodologicamente na proposta de Geertz (1989) em fazer etnografia, o que consiste no esforço intelectual do pesquisador em produzir uma descrição densa dos vários aspectos da situação tomada para objeto de estudo. Produzir uma descrição densa é a capacidade de seguir uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais o objeto de estudo é passível de interpretação e sentido.

Para tanto, optamos pelo uso da observação direta e do quadro conceitual da antropologia como guias teórico-metodológicos desta pesquisa. Na tentativa de apreender representações e práticas, a entrevista e a observação direta são essenciais, pois nos permitem associar o olhar e o ouvir, estes dois atos cognitivos que compõem o trabalho do antropólogo (OLIVEIRA, 2000) e, assim, entender os três níveis que compõem a vida cotidiana destas pessoas: o que dizem (discurso), o que fazem (ação), e o que pensam (representação) sobre o que fazem (MALINOWSKI, 1978).

É neste sentido que Malinowski, em sua construção dos “imponderáveis da vida real”, afirma que para dar conta dessas representações é preciso considerar os três níveis de observação em campo: o nível das normas, isto é, o que é normatizado, passível de ser colocado em quadros sinóticos; os imponderáveis da vida real, ou seja, como os atores agem na vida real, como manipulam a norma; e como interpretam o que dizem e o que fazem.

Para tornar esta etnografia possível adotamos a abordagem da etnografia em movimento, sugerida por Müller e Sousa (2023), que se baseia na observação flutuante proposta por Pétonnet (2008). Assim, colocamos métodos, técnicas e a nós mesmos em movimento, na busca de mapear os povos ciganos em seus ranchos pelos estados do Nordeste. Por outro lado, colocarmo-nos em movimento e atentar para o movimento dos nossos sujeitos tornou possível apropriarmo-nos das rotas de deslocamento dos nossos interlocutores, tentando entender não só os trajetos, percursos e itinerários mas as motivações que os levam a se

deslocar, além das origens e destinos. Neste sentido, esta etnografia poderia ser classificada de diversos modos, como uma pesquisa itinerante ou uma etnografia multisituada.

Os dados foram produzidos a partir das seguintes técnicas: conversas informais, entrevistas com uso de roteiros estruturados, observação direta, registro fotográfico e audiovisual, anotações em diários e cadernos de campo.

Como instrumentos da pesquisa utilizamos do roteiro de entrevistas (ANEXO), roteiro de observação (ANEXO) diário de campo, caderno de campo, gravador, máquina fotográfica, mp4, celular etc. A observação em campo é fundamental dentre estas várias técnicas de coleta de dados, com base nas quais construímos uma etnografia da presença cigana nos nove estados da região Nordeste.

Assim, apresentamos no capítulo específico deste relatório, vídeos, fotografias e imagens no geral que, para além de comprovar a presença dos pesquisadores no local, visam informar sobre os modos de vida ciganos ou de validar a aceitação, por parte da comunidade, de participar da investigação.

Os resultados alcançados nessa descrição densa, que é produto de uma análise exaustiva do fato social a ser investigado, nos conduziram as metas almejadas por esta pesquisa, dentre elas tornar-se um subsídio para a construção de uma política pública que considere os ciganos presentes na região Nordeste, bem como auxiliar e conduzir o IBGE para que no censo de 2030 possa incluir a categoria cigano como etnicidade possível de ser selecionada em seus instrumentos de pesquisa.

Em relação às questões éticas da pesquisa, este estudo seguiu a Convenção 169 da OIT no que diz respeito aos modos de autorização e a consulta livre, prévia e informada, conforme protocolo elaborado para esta pesquisa (em ANEXOS).

A Consulta Prévia, em conformidade com a Convenção 169 da OIT, é um dever do Estado brasileiro de perguntar, de forma adequada e respeitosa, aos povos ciganos da etnia Calon, Rom e Sinti sua posição sobre decisões administrativas e legislativas que tenham o potencial de afetar suas vidas e seus direitos, uma vez que os dados obtidos no mapeamento serão utilizados pelo Ministério da Igualdade Racial para a articulação, a elaboração e o fomento de políticas públicas. Neste sentido, é um direito dos povos ciganos de serem consultados e participarem das decisões do Estado brasileiro mediante o diálogo intercultural perpassado pela boa fé (Protocolo na íntegra em ANEXOS).

Logo, conduzimos a pesquisa conforme recomendado pelo protocolo. Os pesquisadores realizavam em cada localidade uma reunião de abertura com os integrantes da comunidade cigana que iriam participar da pesquisa. Esta reunião de abertura era ampla e previamente divulgada para que todas e todos que tenham interesse pudessem acompanhar os debates e participar da decisão para conceder anuência ou rejeição da participação da comunidade na pesquisa.

Na ocasião, os pesquisadores apresentaram de forma nítida e didática o que consiste e qual a finalidade do mapeamento realizado no âmbito do Termo de Execução Descentralizada 05/2023, celebrado entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí. Apresentavam didaticamente os instrumentos (formulários e caderno de campo) utilizados ao longo da pesquisa, reforçando que as informações obtidas têm única e exclusivamente a finalidade de serem utilizadas para a formulação de políticas públicas.

Era assegurado aos participantes que as informações registradas sobre a comunidade pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras serão posteriormente apresentadas ao grupo. Depois disso, ocorria uma rodada de negociação, em que os participantes da comunidade cigana expunham suas opiniões, condições e ponderações sobre o processo de consulta e sobre a pesquisa realizada. Uma vez ocorridos todos os esclarecimentos necessários, os pesquisadores procediam com a consulta da comunidade sobre a participação na pesquisa.

Nesta ocasião era dada oportunidade para que as pessoas que estivessem presentes pudessem fazer indagações, tirar dúvidas, apresentar suas condições e ponderações sobre todo o processo de consulta e também acerca do propósito do mapeamento. Os pesquisadores agiam com paciência sem pressionar as pessoas presentes para acelerar o processo de decisão. Quando necessário, as pessoas ciganas da comunidade faziam conversas internas, sem a presença dos(as) pesquisadores(as). Uma vez decidido por participar da pesquisa, o documento era assinado por um representante. Em se tratando das comunidades em que as lideranças responsáveis por responder a entrevista não eram alfabetizadas, não realizamos assinatura, então optamos por uma autorização gravada no início das entrevistas.

Após a realização da pesquisa na comunidade, caberão os(as) pesquisadores(as) novamente se reunir com o grupo e apresentar as anotações feitas no contexto da visita de campo.

Os contatos para constituir a rede de pesquisa se deram com base nas redes de contato devido as pesquisas já realizadas por alguns integrantes da equipe Nordeste, anteriormente ao mapeamento. Pesquisadores parceiros conduziram alguns de nossos pesquisadores da equipe a algumas comunidades.

A Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará/ASPRECCEC foi contratada e considerada como uma importante mediadora. Além de apontar a presença cigana em vários municípios, a associação estabelecia os contatos necessários com as lideranças locais intermediando o nosso acesso. Além disso, cedia documentos como relatórios que eram produtos de mapeamentos, recenseamentos e outras investigações prévias a esta pesquisa.

Como era de se esperar, os imponderáveis da pesquisa se sucederam continuamente. Para além dos mediadores formais da pesquisa, não negligenciamos as populações locais como informantes. Algumas cidades foram apontadas por indicação de mototaxistas, moradores e pessoas em geral que afirmavam existir a presença de famílias ciganas em determinados municípios. Quando finalmente chegávamos a alguns destes eles já haviam partido. Em outros, ao serem encontradas finalmente as famílias apontadas por toda a cidade como cigana, ela negara a etnicidade. Em Balsas, no Maranhão, uma destas famílias abriu uma pequena janelinha no portão e recusou a ciganicidade e a conversa. Em Porto Franco, também no Maranhão, a família resvalou como que em dúvida, mas após fazerem uma série de perguntas sobre a pesquisa negaram o pertencimento étnico.

Em relação aos obstáculos, a região Nordeste apresentou obstáculos em relação ao acesso. Estados como o Maranhão tiveram as pesquisas de campo dificultadas devido às rodovias estaduais, estas deterioradas dificultavam o acesso aos municípios e seus ranchos mais remotos.

Quanto aos meios de transportes utilizados, de maneira geral fizemos uso de aviões para trechos a serem percorridos entre as capitais dos estados, de modo a situar-nos em lugares estratégicos para que de lá percorrêssemos as rodovias estaduais em busca dos municípios cuja presença cigana tenha sido assinalada pelo Cadúnico, as demais plataformas do governo federal, pela associação contratada como mediadora ou pelos líderes ciganos presentes na equipe Nordeste.

Algumas cidades tinham acesso por estrada de terra, muitas delas consideradas perigosas. A violência generalizada ou específica aos grupos ciganos também foi um agravante

da pesquisa de campo. Esta violência colocava os pesquisadores em situação de vulnerabilidade e perigo, fazendo com que tomássemos precauções para chegar a determinado povo ou município. De maneira geral, a pesquisa foi inteiramente conduzida com extrema cautela.

Esta violência, se generalizada, ameaçava os pesquisadores. Em se tratando da violência contra os ciganos, os modos de chegar à cidade, aos ranchos e de conversar com os ciganos eram cuidadosamente pensados. Por outro lado, grupos envolvidos em disputas por territórios, vítimas de ações criminosas, algumas vezes policiais, desejavam denunciar a perseguição e violência que sofriam. Mas, nestes casos, era o pesquisador que se tornava vulnerável junto às autoridades daquele lugar.

Mais do que dados quantitativos, concepções sobre políticas públicas, expressões de desejos por melhorias, os ciganos confessavam sua vulnerabilidade, medo, insegurança e as injustiças sociais pelas quais passavam cotidianamente. Pesquisadores tornaram-se confidentes e se sentiram impotentes ante a tantos problemas.

Metodologia de Coleta de Dados

A coleta de dados seguiu uma abordagem padronizada para os municípios, mas flexível, considerando as especificidades de cada comunidade, utilizando um Instrumento de Coleta de Dados desenvolvido para garantir a abrangência e a uniformidade das informações obtidas em diferentes regiões e comunidades. Este instrumento incluiu seções detalhadas que cobrem aspectos essenciais das comunidades ciganas, incluindo: localização geográfica, identificação comunitária, mobilidade, condições de vida, acesso a serviços básicos, condições de trabalho, previdência, educação, saúde, políticas públicas e direitos, práticas culturais e tradições, e percepções gerais de direitos humanos.

Procedimentos de Coleta

Para assegurar o acesso à comunidade e garantir a relevância dos dados coletados, foram realizados contatos prévios com as lideranças ciganas. Essas lideranças foram informadas sobre os objetivos e procedimentos do projeto, permitindo uma compreensão clara das finalidades e da abordagem da pesquisa. Somente após o consentimento das lideranças e o interesse demonstrado em participar, foram organizadas visitas às comunidades, realizadas de setembro de 2024 a maio de 2025.

Organização e Análise dos Dados

Os dados coletados foram organizados por município, garantindo uma visão detalhada das particularidades e das necessidades de cada comunidade. A organização do relatório segue a estrutura do instrumento de coleta de dados, respeitando as categorias estabelecidas. Esse processo garantiu uma análise comparativa entre os estados, permitindo identificar pontos comuns e específicos entre as comunidades.

A pesquisa inicial deste estudo foi qualitativa, descritiva e exploratória, centrando-se no levantamento de políticas públicas em níveis municipal, estadual e federal acessadas pelos povos ciganos na região Nordeste. A investigação documental exploratória começou com a identificação de todos os municípios dos estados da Região Nordeste, criando-se um banco de dados no programa Microsoft Excel. Com a listagem dos municípios em mãos, estes foram distribuídos entre os pesquisadores da equipe, e cada um ficou encarregado de uma busca sistemática.

A busca foi conduzida nos sites oficiais de todos os municípios da Região Nordeste, utilizando as palavras-chave: "cigano", "cigana", "ciganos", "ciganas", focando em instrumentos normativos, como Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Decretos-Leis, Medidas Provisórias, Portarias e Resoluções, até o ano de 2024. Dos documentos obtidos, foram extraídas para o banco de dados informações sobre: Área, Nome da política/programa, Número da lei/MP, Data de início da vigência, Data de fim da vigência (quando aplicável), Objetivos, Público alvo, Distribuição geográfica e demais observações.

Além disso, ofícios foram enviados a todas as secretarias de todos os Estados da região Nordeste solicitando informações sobre políticas públicas e ações de governo implementadas. Para além dos dados documentais, a equipe encontra-se em fase de articulação das comunidades e famílias ciganas que participarão das visitas de campo realizadas pelos pesquisadores, identificando os municípios onde verifica-se a presença cigana e contatos das lideranças.

OBS: A metodologia foi elaborada com base nas notas metodológicas de construção do catálogo de políticas públicas do IPEA, versão 2022.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

4.1. ALAGOAS

O estado de Alagoas possui 102 municípios e segundo informações do Cadastro Único, foram identificadas a presença dos ciganos em 32 municípios do Estado, totalizando 1054 pessoas ciganas em um total de 536 (quinhentos e trinta e seis) famílias.

No processo de mapeamento das comunidades a serem visitadas a liderança José Wilamis Alves, membro da nossa equipe, indicou os municípios de Igaci, Carneiros, Delmiro Gouveia, Penedo, Jequié da Praia e Piaçabuçu, porém não conseguimos estabelecer contato com todas as lideranças dos municípios indicados e por isso a visita somente aconteceu nos municípios de Carneiros e Penedo. Antes de agendar as visitas e programar o deslocamento para o Estado, eram feitas conversas com as lideranças onde explicávamos os objetivos e motivos que levavam a pesquisa a ser realizada, em alguns casos, enviávamos o formulário para que eles tivessem conhecimento prévio do que seria perguntado. A confirmação da viagem dependia do aval da liderança para nos receber.

Desta forma, após alguns diálogos realizamos a pesquisa no município de Penedo, na comunidade da liderança José Willamis Alves e em duas famílias da comunidade de Carneiros, liderada por Batista Ferraz de Alencar, que não se encontrava na comunidade no dia da visita, mas deixou o cigano Erasmo Ferraz de Alencar para me receber. Infelizmente, mesmo depois de diversas conversas e de ter acordado a data da visita com a liderança, ao chegar à capital a liderança cigana da comunidade de Igaci, Sr. Joaquim, cancelou minha visita com a justificativa que “todos os ciganos tinham viajado” e parou de responder as mensagens. Consideramos que, mesmo após uma longa negociação e explicação do nosso trabalho, ele não se sentiu seguro para me receber. Este comportamento já era previsto, visto que alguns ciganos ficaram desconfiados sobre os objetivos do mapeamento, mesmo após longas explicações sobre a importância deste trabalho.

Durante a entrevista José Willamis me passou o contato de um primo que morava em Maceió. Conversamos e ele ficou de marcar um encontro. Enviei o formulário, conforme solicitado, mas depois ele não me respondeu mais.

O Governo de Alagoas vem desenvolvendo discussões e ações para os ciganos da região através da Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH. Na estrutura da Secretaria existe a Superintendência de Políticas para Igualdade Racial que articula e acompanha as políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais, dentre elas, os

povos ciganos. A superintendência acompanha as reuniões do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONEPIR – AL, o qual os povos ciganos têm direito a um acento. No último biênio foram representados pelo Instituto Cigano do Brasil (2022-2024), porém não localizamos o nome da representação do novo biênio.

Isto garantiu que em 2021, a Secretária Maria José da Silva, fosse homenageada em alusão ao Dia Nacional dos Povos Ciganos devido a sua atuação e gestão de suporte social as comunidades ciganas em território nacional.¹

Em 2024, o Governo do Estado através do programa Vida Nova na Sua Casa entregou 18 unidades das 62 unidades habitacionais disponibilizadas para os ciganos da etnia calon que vivem no estado². Além disto, a Equipe de Comunidades Tradicionais e Patrimônio Cultural da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) realizaram visita a comunidade de Penedo, juntamente com representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh), do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), da Polícia Federal e da Rede de Mulheres de Comunidades Tradicionais. Além dos procuradores da República Eliabe Soares, titular do Ofício de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em Alagoas, e Érico Gomes, membro do Núcleo de Meio Ambiente e um dos coordenadores da FPI no estado.

Com base nas informações divulgadas pela pesquisa do IBGE³, existem somente 3 acampamentos de ciganos no estado de Alagoas o que difere das informações do CADÚNICO que demonstra um número muito maior da presença cigana no estado.

Município de Penedo - AL (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Alagoas (AL)

Região: Nordeste do Brasil

Microrregião:

¹Secretária Maria Silva recebe homenagem em alusão ao Dia Nacional do Cigano. Disponível em: [semudh - Secretária Maria Silva recebe homenagem em alusão ao Dia Nacional do Cigano](#). Acesso em 20 de julho de 2024

²Governo de AL entrega casas aos povos ciganos: “Meu sonho era ter uma casa”, diz beneficiada Disponível em: [Governo de AL entrega casas aos povos ciganos: "Meu sonho era ter uma casa", diz beneficiada - Eufemea](#), Acesso em 20 de julho de 2024.

³Fonte: Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Tabela 174, in: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Área Territorial: 689,269 km² (IBGE, 2023)

Altitude: 27 m

Clima: Tropical úmido

População Estimada: 64.005 habitantes (IBGE, 2021)

Densidade Demográfica (2022): 92,9hab/km²

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,63

Economia:

PIB (2016): R\$ 848.811,03 mil

PIB per Capita (2010):R\$ 13.202,44 (IBGE/2016)

OBS: Possui a Lei Municipal nº 1.650/2019 – “Dia Municipal da Etnia Cigana”

Município de Carneiros - AL (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Alagoas (AL)

Região: Nordeste do Brasil

Área Territorial: 113,058 km² (IBGE, 2023)

Clima: Temperado

População Estimada: 9.000 habitantes (IBGE, 2018)

Densidade Demográfica (2022): 79,6,9 hab/km²

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,57

Economia:

PIB (2008): R\$ 22.620,891 mil

PIB per Capita (2008): R\$ 2.727,05 (IBGE/2016)

2. Itinerário metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Cassi Coutinho
- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

Municípios visitados:

As atividades de campo ocorreram entre novembro de 2024 (Carneiros: 06/11; Penedo: 08/11), com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Carneiros – AL:** Entrevista com Taise dos Santos Oliveira, cigana Calon, residente local, Erasmo Ferraz Alencar, cigano Calon, residente local.
- **Penedo – AL:** Entrevista com José Willamis Alves da Silva, cigano Calon residente há 55 anos na cidade.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo e levantamento de dados públicos, sem uso de gravações formais. Em Carneiros, dialogamos também com Kelly Coordenadora da Igualdade Racial de Carneiros e Lucinha Vilela, da Secretaria Municipal da Mulher. A obtenção de dados diretamente com lideranças se deu apenas em Carneiros e Penedo.

Para garantir o deslocamento para Penedo e Carneiros, visto que estava hospedada em Maceió, foi feita articulação com a Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH, Maria José da Silva, que deu todo apoio, disponibilizando um carro com motorista possibilitando o deslocamento aos municípios. Além disto, a Secretária articulou com a Coordenação de Igualdade Racial do município de Carneiros que me recebeu e me acompanhou na visita ao acampamento e casas das duas famílias.

3. Mapa da presença cigana no estado de Alagoas

Carneiros – AL

- **Famílias localizadas:** 40 (200 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 52 família.

- **Localização:** bairro Santo Antônio
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada, com registros de vulnerabilidade social. Comunidade estabelecida há 15 anos na cidade.

Penedo – AL

- **Famílias localizadas:** 520 pessoas ciganas.
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 316 famílias.
- **Origem:** andavam de comboio de animais pelos municípios de João Pessoa-PB, Natal-RN, Fortaleza - CE, Aracaju - SE e Santo Amaro das Brotas – SE.
- **Situação:** Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há 55 anos na cidade.

Outras localidades citadas por lideranças (sem pesquisa direta):

- **Coruripe, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Igaci, Jequiá da Praia, Maceió, Piaçabuçu.**

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- Os ciganos enfrentam preconceito, mas a violência contra o grupo de Penedo foi reduzida devido à intervenção do Ministério Público.
- Em Carneiro, quando chegaram à cidade às pessoas os discriminavam, mas atualmente o tratamento ficou mais respeitoso.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, quiromancia.
- Em ambos os municípios, o Programa Bolsa Família é fonte relevante de sustento. Alguns ciganos são beneficiados com o BPC-LOAS (benefício social pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS).
- Prefeitura em Carneiros possui projeto de distribuição de cestas básicas e bujão de gás.

- Penedo: Casos pontuais de inserção em cargos públicos ou formais. O entrevistado atua na Secretaria de Transportes do município, uma cigana da comunidade atua como técnica de enfermagem, e um cigano é motorista terceirizado.

4.3 Moradia e infraestrutura

- Carneiros: moradias são precárias, comunidade reside em barracas de lona, muitas desgastadas pelo tempo, algumas rasgadas, muitas em pau a pique. Enfrentam problemas de saneamento básico e esgotamento sanitário. Os banheiros são improvisados. A Prefeitura disponibilizou um encanamento onde possui água potável e quando falta água, carros pipas são enviados. A eletricidade foi puxada de um poste cedido pela Prefeitura e o acesso à internet é através de rede móvel.
- Carneiros: rua não é asfaltada.
- Penedo: casas próprias de alvenaria, alguns enfrentam dificuldades para pagar as contas básicas de água e luz, resultando em interrupções nos serviços.
- Penedo: contam com esgotamento sanitário, água potável, eletricidade e acesso à internet, além de estarem situadas em uma rua asfaltada que abriga outras famílias ciganas.

4.4 Preservação das tradições

- A comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos, batizados, dança e música. As mulheres confeccionam e usam vestidos tradicionais, e algumas vendem suas criações para outras ciganas.
- Os casamentos costumam ocorrer cedo, por volta dos 13 ou 14 anos, e em alguns casos são arranjados com ciganos de outros estados, como a Bahia.
- Penedo: Recentemente, começaram a comemorar o Dia Nacional dos Povos Ciganos, há apenas dois anos.
- A maioria da comunidade é evangélica.
- Carneiros: Quando as mulheres ficam viúvas usam inicialmente o vestido preto e depois passam a usar lilás. Elas não são obrigadas a cortar o cabelo.
- Carneiros: Não possuem o costume de comemoram o Dia Nacional dos Povos Ciganos. Fazem a Festa de São Cosme e São Damião, Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha.

- Carneiros: As mulheres alinhavavam os vestidos na mão, e pagam pelo serviço de uma costureira, mas possuem o sonho de aprenderem a costurar.

4.5 Políticas públicas específicas

- carece de políticas públicas integradas para ciganos.
- O governo realiza algumas ações para os povos ciganos.

4.6 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito e também pela tradição.
- Não há ciganos formados no ensino superior, em ambas as comunidades.
- Carneiros: a Secretaria de Educação da Prefeitura disponibilizou professores para ensinar na comunidade, mas com a pandemia o projeto foi suspenso e depois não retornou. Existe um projeto do EJA designado para acontecer na comunidade, já que as mulheres não podem sair para ir à escola.
- Carneiros: Prefeitura fez algumas palestras falando sobre violência doméstica.

4.7 Saúde

- Acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS) com visitas de agentes e assistentes sociais, mas falta acompanhamento especializado.
- Penedo: existem muitas crianças com deficiência na comunidade, embora não tenha conseguido quantificar ou especificar os tipos de doenças. Na família do entrevistado existem cinco crianças com doenças mentais.

4.8 Falta de políticas públicas específicas

- Carneiros: não existem políticas públicas específicas para os povos ciganos. A Prefeitura deixa um carro à disposição da comunidade para caso haja alguma emergência. Enfrentam problemas na questão da segurança.
- Penedo: entrevistado realiza ações como entrega de cestas básicas para a comunidade.

- **4.9 Organização política e representação**

- Carneiros: não possui uma associação ou organização formal que represente seus interesses, o que dificulta a articulação para reivindicar direitos e políticas públicas específicas.
- Penedo: possui a Associação Cultural, Estadual do Direito e Defesa do Povo Cigano de Alagoas, que inclui ciganos de Maceió, Penedo e Igaci.

4.10 Rotas e mobilidade

- Em ambos os municípios, os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

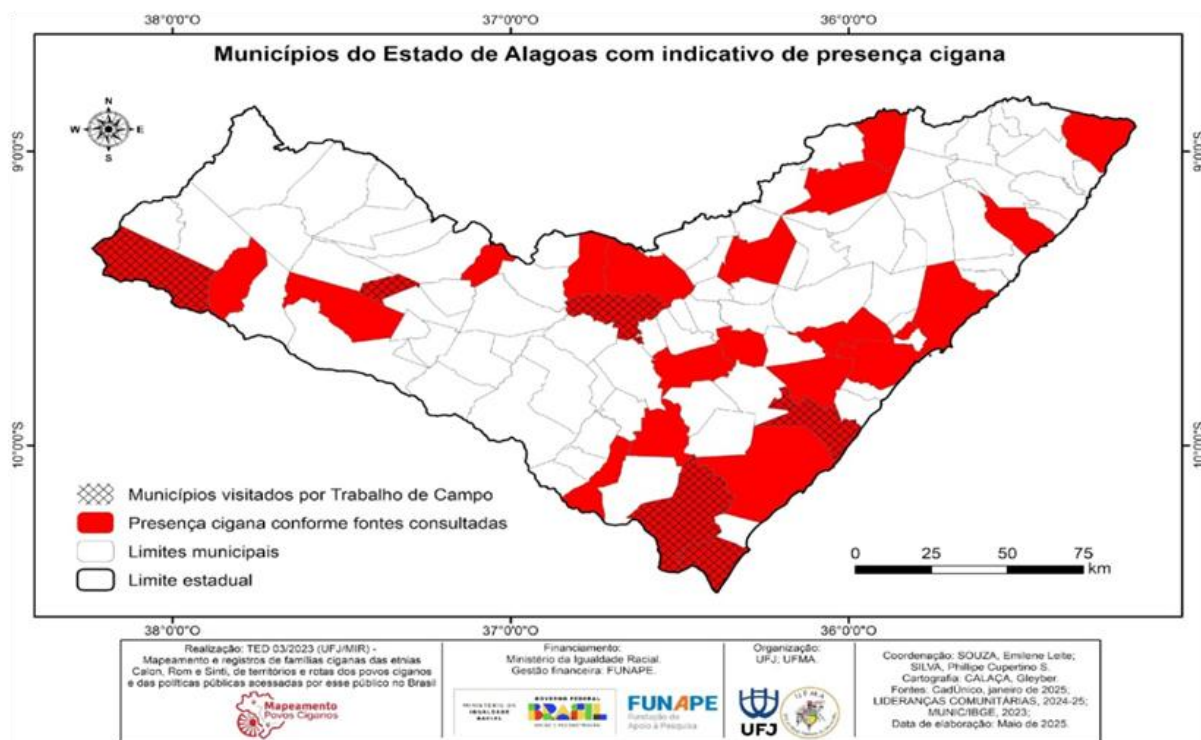
Tabela 02: Municípios de Alagoas com a presença de ciganos.⁴

Município	Nº de famílias ciganas
Anadia	1
Atalaia	1
Canapi	1
Carneiros	43
Coruripe	4
Delmiro Gouveia	21
Dois Riachos	1
Feliz Deserto	2
Ibateguara	1
Igaci	1
Jequiá da Praia	40
Limoeiro de Anadia	2
Maceió	5
Maragogi	2
Marechal Deodoro	1
Olho d'Água do Casado	4
Palmeira dos Índios	4
Pariconha	1
Passo de Camaragibe	13
Penedo	313
Piaçabuçu	11
Pilar	1
Porto Real do Colégio	10
Quebrangulo	1
Rio Largo	4
Santa Luzia do Norte	2
Santana do Ipanema	1
São José da Tapera	2
São Miguel dos Campos	5
São Miguel dos Milagres	3
São Sebastião	2
União dos Palmares	1
Viçosa	9
TOTAL	513

Observação: Os dados cadastrados na CECAD divergem dos dados da entrevista, o que demonstra que o número de ciganos é muito maior do que o relatado pelo entrevistado.

⁴ **Fonte:** Dados da consulta, seleção e extração de informações do cadastro único – CECAD - referência: fevereiro 2025

· **Imagem 02:** Mapa da presença cigana no estado de Alagoas



3.2. BAHIA

O estado da Bahia possui 417 municípios, organizados em 27 Territórios de Identidade. De acordo com informações do Cadastro Único, foi registrada a presença de comunidades ciganas em 245 municípios, totalizando 9.068 pessoas pertencentes a 4.857 famílias. No entanto, durante as entrevistas, lideranças ciganas destacaram que esses números estão subestimados, pois a população cigana estaria presente em praticamente todos os municípios baianos.

No processo de mapeamento das comunidades a serem visitadas, dividi com Edvalda Bispo (Dinha) a definição dos locais prioritários, considerando que ambas somos baianas e que, diante das grandes distâncias e da quantidade de municípios, seria impossível realizar visitas a todo o estado. Os contatos estabelecidos foram facilitados pela minha experiência prévia na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e na Secretaria de Cultura (SECULT) do Estado da Bahia. Dinha realizou a pesquisa nos municípios de Porto Seguro, Eunapólis, Itamaraju, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas, Guaratinga, Itapetinga, Itambé, Vitória da Conquista e Camacan.

Antes de confirmar as visitas e organizar os deslocamentos, realizávamos conversas com as lideranças locais para explicar os objetivos da pesquisa. Em alguns casos, encaminhávamos previamente o formulário de entrevistas, para que pudessem conhecer as perguntas. A viagem só era confirmada mediante o aval das lideranças em nos receber.

A pesquisa foi efetivamente realizada nos municípios de Camaçari, Correntina, Itabuna, Feira de Santana, Jacobina e Tancredo Neves. Também estavam previstas entrevistas em Dias D'Ávila, Cruz das Almas, Ilhéus e Buerarema; entretanto, nesses casos, os contatos foram suspensos e as visitas canceladas, o que interpretei como falta de segurança das comunidades em nos acolher — situação já prevista no planejamento inicial.

A Bahia possui o Dia Estadual dos Povos de Etnia Cigana, celebrado em 24 de maio, instituído por iniciativa do deputado estadual Osni Cardoso (PT). No âmbito institucional, o Governo da Bahia mantém a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI), que abriga o Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT). Os povos ciganos contam com representação no colegiado, por meio de Edvalda Bispo dos Santos Viana (titular) e Jucelho Dantas da Cruz (suplente).

Entre as ações da secretaria, destaca-se o acompanhamento da comunidade cigana instalada há 67 anos na Praia do Cajá, na Ilha de Itaparica. Atualmente, cerca de 60 pessoas da etnia Calon vivem em 16 barracas no bairro de Bom Despacho, área que será impactada pela construção da ponte Salvador–Itaparica. O laudo antropológico⁵ elaborado para a regularização fundiária da região aponta que os ciganos vivem em situação de instabilidade territorial, mas não pretendem deixar o local, já que, ao longo dos anos, conquistaram respeito da vizinhança e acesso a políticas públicas. Os homens atuam principalmente no comércio informal, enquanto as mulheres exercem a prática tradicional da leitura de mãos no terminal marítimo. A irregularidade do terreno, contudo, impede a construção de moradias permanentes e o acesso a serviços básicos, como água, energia e saneamento. O laudo foi produzido a pedido da própria comunidade, que se sentiu ameaçada diante das negociações sobre a ponte.

As lideranças ciganas também têm denunciado violências recorrentes praticadas pela Polícia Militar contra suas comunidades. Casos emblemáticos de perseguição e expulsão de famílias já sedentarizadas ocorreram em diversos municípios, como Santo Amaro (2012), Jeremoabo (2017), Ubatã (2019), Vitória da Conquista (2021) e Alagoinhas (2022), todos sem

⁵ **Memorial da comunidade cigana da Praia do Cajá – Itaparica (BA) para a solicitação de regularização fundiária de seu território tradicional.** Itaparica, 2021.

responsabilização efetiva. Tais episódios remetem ao histórico de criminalização e expulsão de ciganos registrado em outras regiões, conforme discutido no livro *Os ciganos nos registros policiais mineiros*.

Outra reivindicação recorrente das comunidades é a inclusão de cotas específicas para ciganos em universidades e concursos públicos, como forma de ampliar o acesso à educação e ao mercado de trabalho formal.

Por fim, é importante ressaltar que algumas comunidades optaram por não participar do mapeamento, devido ao alto número de casos de sequestros e extorsões contra ciganos no interior da Bahia. Também foram relatados conflitos internos entre famílias, o que reforça a escolha de não expor informações como localização, nomes e histórias, a fim de evitar desdobramentos de rixas já existentes.

2. Itinerário metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Cassi Coutinho
- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

Municípios visitados:

As atividades de campo ocorreram em novembro de 2024 a janeiro de 2025 com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Camaçari -BA:** Entrevista com Sr. Gilson Dantas, cigano Calon, residente local (31/01/2025 – bairro Nova Vitória) e com Sr^a Juciara dos Santos, cigana Calon, residente local (05/02/2025 – bairro Mangaba).
- **Correntina - BA** (26 e 27/08/2024): Entrevista com Sr^a Raquel Soares, cigana Calon, residente local.
- **Feira de Santana - BA** (15/01/2025): Entrevista com Sr. Jucelmo Dantas da Cruz (conselheiro suplente CESPCT, Doutor em Zoologia e professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana), cigano Calon, residente local. E Sr. Roque Albuquerque do Nascimento (reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, cigano Calon, residente em Fortaleza – CE (08/05/2025).
- **Itabuna - BA** (18/01/2025): Entrevista com Sr. Lindomar Rodrigues Almeida, cigano Calon, residente local.

- **Jacobina – BA** (06/12/2024): Entrevista com Sr. Aderino Dourado, cigano Calon, residente local.
- **Tancredo Neves - BA** (2025): Entrevista com Sr^a. Gleice Keren C. da S. de Almeida, cigana Calon, residente local.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo, levantamento de dados públicos e uso de gravações formais. Foram feitas entrevistas virtuais com dois dos ciganos. Apenas um deles enviou, posteriormente, o formulário de campo preenchido.

3. Mapa da presença cigana no estado da Bahia

Camaçari – BA

- **Famílias localizadas:** 17 (63 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 339 famílias.
- **Localização:** bairro Nova Vitória
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há mais de 30 anos na cidade.

Camaçari – BA

- **Famílias localizadas** 30 famílias.
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 339 famílias.
- **Localização:** bairro Mangaba
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada, com registros de vulnerabilidade social.

Correntina – BA

- **Famílias localizadas:** 3 (15 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 13 famílias.
- **Origem:** Bahia.

- **Situação:** Sedentarização consolidada, alguns possuem a posse das casas, outros não. Comunidade estabelecida há 40 anos na cidade.

Itabuna – BA

- **Famílias localizadas** 50 famílias (100 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 19 famílias.
- **Localização:** bairro Rua de Palha
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há 40 anos na cidade.

Jacobina – BA

- **Famílias localizadas:** 170 pessoas.
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 60 famílias.
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há mais de 24 anos na cidade.

Feira de Santana – BA

- **Famílias localizadas:** 1 (4 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 5 famílias.
- **Origem:** Bahia.
- **Situação:** Sedentarização consolidada.

Presidente Tancredo Neves – BA

- **Famílias localizadas:** 38 (122 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 40 famílias.
- **Origem:** Bahia.

Situação: Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há 40 anos na cidade

Outras localidades citadas por lideranças (sem pesquisa direta):

- **Euclides da Cunha, Alagoinhas, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Caldade Cipó, Mata de São João, Ribeira do Pombal, Jauá, Gandu, Amargosa, Maraú, Jequié, Camacam, Valença, Ilhéus, Buararema, Utinga, Ituberá, Ubatã, Irecê, Bicuera, Almadina, Barreiras, Camacan, Cicéro Dantas, Cipó, Dias D´Avila, Euclides da Cunha, Gandu, Ipiaú, Ituberá, Jaguaquara, Maraú, Mutuípe, Mata de São João, Ibirataia, Miguel Calmon, Valença, Ubatã, Salvador.**

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- Os ciganos relataram que ainda sofrem discriminação, alguns de forma mais direta, outros, por conhecerem seus direitos de maneira mais velada.
- Os piores momentos são quando acontece alguma situação envolvendo algum membro da comunidade, pois todos são penalizados e sofrem com expulsões, perseguições e morte. Além, das matérias discriminatórias e estigmatizadas criadas pelas coberturas jornalísticas.
- Os ciganos de Itabuna relataram que em 2021 sofreram muita discriminação quando o Rio Cachoeira encheu deixando vários desabrigados. Eles perderam tudo e quando foram solicitar ajudar os assistentes diziam que “os ciganos eram ricos e não precisavam de ajuda”.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, música, quiromancia, artesanato e agricultura. Oportunidades de trabalho são escassas.
- O Programa Bolsa Família é fonte relevante de sustento de alguns grupos. Além do BPC/INSS
- Casos pontuais de inserção em cargos públicos ou formais (ex: Feira de Santana, Presidente Tancredo Neves).
- Ciganas viajam para praticar a quiromancia/leitura das mãos/drabe, além de vender artesanato e crochê.

4.3 Moradia e infraestrutura

- As casas são de alvenaria, há infra-estrutura básica, como esgoto, água potável, eletricidade e internet. As ruas são asfaltadas e na sua grande maioria existe a concentração de ciganos nas mesmas ruas. Somente a comunidade do bairro do Mangaba em Camaçari, vive em situação de vulnerabilidade social.

4.4 Preservação das tradições

- A comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), uso dos vestidos, a leitura de mãos (algumas não realizam), além de casamentos, batizados, benzedura, dança e música.
- As mulheres da comunidade do bairro do Mangaba em Camaçari viajam para praticar a leitura das mãos em outros estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Petrolina, Brasília e Teresina). Se forem sozinhas passam 1 mês, se os maridos forem juntos passam 4 meses. Alguns acampam outros ficam em hotel, vai depender da situação financeira da família. Algumas ciganas praticam para pedir comida. Segundo a entrevistada é um dom que não é ensinado.
- Os casamentos costumam ocorrer cedo, por volta dos 13 ou 14 anos, e em alguns casos acontecem casamentos entre ciganos e não ciganos. Dependendo da comunidade as mulheres continuam a estudar, outras não.
- As comunidades de Jacobina, Camaçari, Itabuna realizam atividades no Dia Nacional dos Povos Ciganos.
- Foram relatadas algumas relações de violência entre famílias rivais que levam alguns ciganos decidirem se afastarem e esconderem sua identidade.
- Em alguns grupos ainda se mantém as seguintes tradições: as mulheres não cortam os cabelos por ser o manto de proteção do marido; quando o marido morre, a mulher cortar o cabelo e passa a vestir preto. Quando um ente querido morre os homens passam um tempo com a barba grande; ninguém pode mais pronunciar o nome do morto e se queima seus pertences.
- Existem ciganos evangélicos, católicos, umbandistas e espíritas.

4.5 Políticas públicas específicas

- A Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual da Bahia – UNEB possuem cotas para ciganos. A Universidade Federal da Bahia lançou um programa de pós-graduação para ciganos.
- A Secretaria de Educação já realizou projeto de EJA em comunidades ciganas de Camaçari. Estava tentando dialogar com a conselheira titular para reativar o projeto em outras comunidades;
- A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH esta realizando tratativas para a realização de uma caravana nas comunidades ciganas.
- A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia realizou as seguintes ações:

Conferência Setorial da Cultura Cigana 2013 – Camaçari-Ba.

Apoio a produção do Documentário Olho A´Dentro – 2013.

Realização, em parceria com a SEPRMI, da Roda de Conversa Olho A´Dentro – Povo Cigano com a participação do Prof. Dr. Jucelmo Dantas em referência ao Dia Nacional dos Povos Ciganos – 2015.

Edital Setorial – Encontro dos Povos Ciganos Piemonte da Diamantina – ciganos de Jacobina contemplados em 2013 e 2017.

No mês de maio de 2019, foi promovida uma Roda de Conversa com Lêda Oliveira Cruz, cigana da etnia Calon em referência ao Dia Nacional dos Povos Ciganos. No mesmo ano foi instalada uma placa na sala da Coordenação de Culturas Populares e Identitárias em homenagem à liderança Calon, Jaconilho Marques da Cruz.

No mês de maio de 2020, foi promovida uma palestra online Cultura Cigana em Foco com Aline Miklos, cigana da etnia Rom em referência ao Dia Nacional dos Povos Ciganos.

Edital Lei Aldir Blanc – LAB (2020) – Edital Prêmios de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emilia Biancardi 2020 - Categoria Cultura Cigana, contemplados: 1 - Não é só uma Roupa, são Minhas Raízes, 2 - Os Bordados como Preservação Identitária da Vestimenta Cigana, 3 - Filhos do Vento: II Workshop de Danças e Histórias

Ciganas, 4 - Artesanato Cigano, 5 - Tsara Cigana Encontro da Lua Cheia: Resgatando a cultura e o sagrado feminino.

Edital Lei Paulo Gustavo – LPG (2023) – Edital Prêmio Preservar, contemplados: Edvalda Bispo e Jucelho Dantas e Edital Vozes Culturais; Projetos: Filhos do Vento: III Workshop de Danças e Histórias Ciganas e os Povos Ciganos: o que você precisa saber.

Edital Plano Nacional Aldir Blanc - PNAB (2024) – Edital Prêmio Preservar: Culturas, Identidades e Saberes, contemplado: Gilson Dantas.

Realização da I Festa Literária: Cultura e Manifestações dos Povos Ciganos (Correntina).

4.6 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito, pela tradição, falta de atrativo pela educação formal e falta de emprego após formação.
- Acessam escolas públicas e privadas. Depende da condição social da família.
- Na comunidade de Dias D´Ávila uma cigana é formada em Direito e esta realizando Mestrado na Universidade de Brasília. Em Feira de Santana um cigano é formado em direito e outro em direito e história, Jucelho Dantas é Doutor em Zoologia. Edvalda Bispo, Porto Seguro e Aderino Dourado, Jacobina são formados em Pedagogia. Em Presidente Tancredo Neves dois ciganos estão no ensino superior.
- Foi relatado que tem uma cigana de Utinga fazendo medicina em Salvador.
- Em Itabuna existem duas ciganas fazendo universidade, uma faz medicina no Paraguai e a outra faz na Bahia.
- Em Jacobina tem um cigano com curso técnico profissionalizante e uma técnica em mineração.
- Roque Albuquerque é Doutor em Estudos de Linguagem, com Pós-doutorado em estudos da Tradução, nos Estados Unidos.

4.7 Saúde

- Acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS) com visitas de agentes e assistentes sociais, mas falta acompanhamento especializado.

4.8 Organização comunitária

- A maioria das comunidades não possui uma associação ou organização formal que represente seus interesses. Com exceção da comunidade de Porto Seguro que tem a Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC).
- Os ciganos de Porto Seguro e Feira de Santana são Conselheiros de Promoção da Igualdade Racial.
- O cigano Diran Reis Alves, do município de Medeiros Neto é vereador, em Ribeira do Pombal e Utinga também tem ciganos vereadores.
- O cigano Roque Albuquerque é Reitor da UNILAB.
- Os ciganos de Itabuna não possuem uma associação, mas realizam trabalho social nas comunidades circunvizinhas.

4.9 Rotas e mobilidade

- Os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

Tabela 03: Municípios da Bahia com a presença de ciganos.⁶

⁶ Ibidem

Município	Nº de famílias ciganas
Acajutiba	40
Adustina	17
Água Fria	1
Aiquara	3
Alagoinhas	33
Alcobaça	1
Almadina	6
Amargosa	61
América Dourada	24
Andorinha	1
Araci	18
Aratuípe	1
Aurelino Leal	1
Baranópolis	1
Baixa Grande	17
Barra	7
Barra do Rocha	21
Barreiras	6
Belmonte	2
Biritinga	23
Boa Vista do Tupim	54
Bom Jesus da Lapa	1
Boninal	26
Bonito	1
Brotas de Macaúbas	9
Buerarema	22
Buritirama	9
Cabaceiras do Paraguaçu	60
Cachoeira	1
Caém	5
Cafarnaum	27
Camacan	14
Camaçari	337
Camamu	19
Canavieiras	54
Candeias	75
Cansanção	14
Canudos	3
Capim Grosso	1
Carinhanha	1
Casa Nova	4
Castro Alves	10
Catolândia	4
Central	1
Cícero Dantas	5

Cipó	9
Coaraci	1
Cocos	15
Conceição da Feira	33
Conceição do Almeida	6
Conceição do Coité	12
Conceição do Jacuípe	3
Coração de Maria	8
Coribe	11
Correntina	17
Cotegipe	22
Crisópolis	4
Cristópolis	1
Cruz das Almas	86
Dias d'Ávila	127
Elisio Medrado	14
Entre Rios	22
Euclides da Cunha	10
Eunápolis	31
Fátima	2
Feira da Mata	14
Feira de Santana	5
Filadélfia	48
Firmino Alves	1
Formosa do Rio Preto	2
Gandu	27
Gongogi	1
Governador Mangabeira	33
Guanambi	1
Guaratinga	20
Heliópolis	27
Iaçu	21
Ibicarai	1
Ibiciú	9
Ibiquera	32
Ibirapitanga	1
Ibirapuã	37
Ibirataia	17
Ibotirama	19
Igrapiúna	1
Ilhéus	15
Inhambupe	3
Ipiaú	21
Iraquara	8
Irará	13
Irecê	4

Itabela	1
Itaberaba	5
Itabuna	17
Itacarê	2
Itacté	21
Itagi	2
Itagibá	56
Itaju do Colônia	1
Itajuípe	1
Itamaraju	12
Itamari	22
Itambé	10
Itanhém	4
Itaparica	23
Itapé	1
Itapebi	3
Itapetinga	12
Itapecuru	11
Itaquara	8
Itatim	7
Itiruçu	9
Itiúba	1
Itororó	1
Ituberá	17
Iuiú	1
Jacobina	58
Jaguaquara	19
Jaguaripe	8
Jandaíra	3
Jequié	9
Jeremoabo	19
Jiquiriçá	5
Jitaúna	19
João Dourado	14
Juazeiro	4
Laje	34
Lajedão	34
Lajedo do Tabocal	1
Lapão	4
Lauro de Freitas	6
Luis Eduardo Magalhães	2
Macajuba	9
Macarani	1
Macaúbas	4
Madre de Deus	2
Maetinga	1

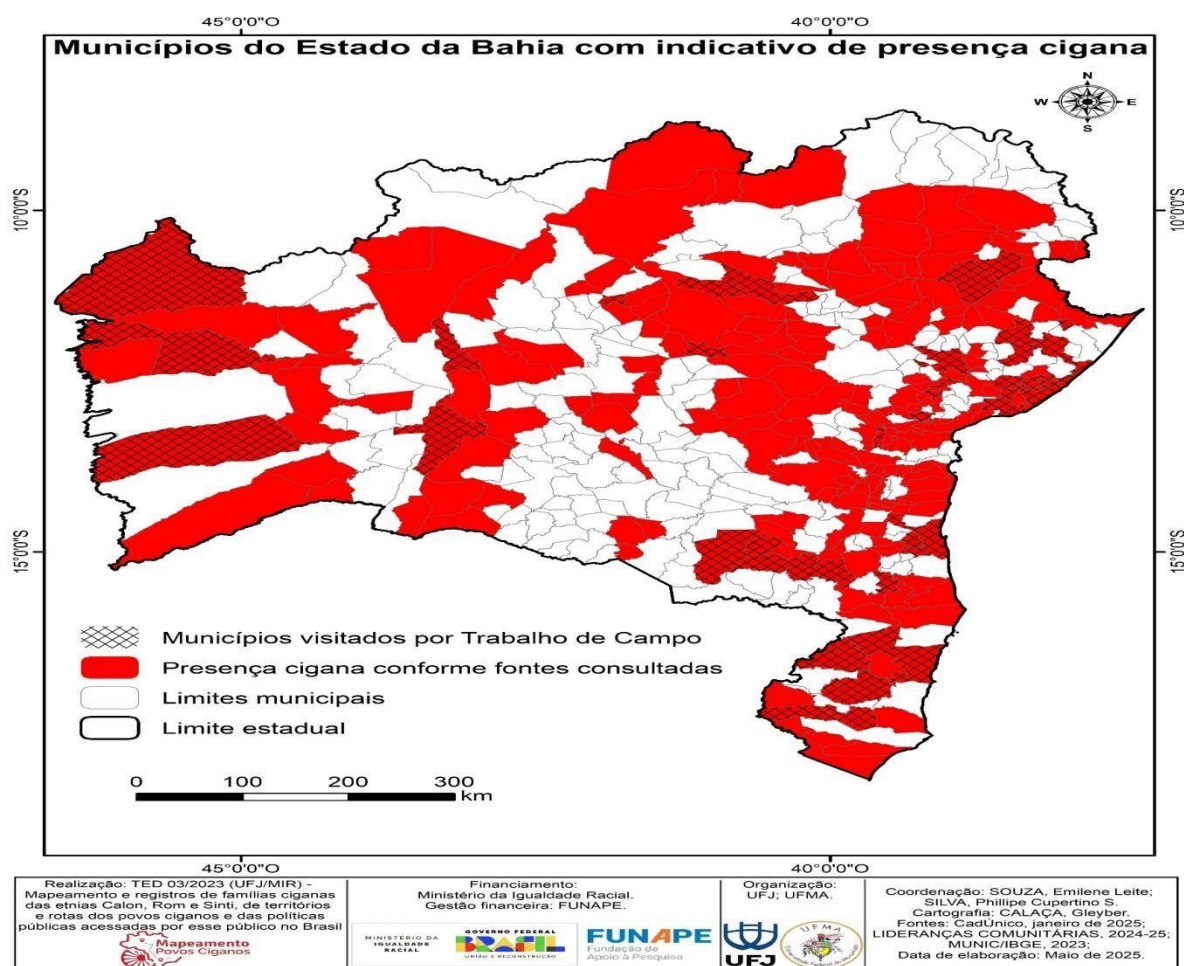
Mairi	20
Maracás	13
Maragogipe	19
Marcionílio Souza	32
Mascote	2
Mata de São João	9
Medeiros Neto	2
Miguel Calmon	66
Milagres	4
Miramgaba	4
Monte Santo	3
Morro do Chapéu	5
Mucuri	9
Mundo Novo	8
Muritiba	289
Mutuípe	2
Nazaré	14
Nordestina	2
Nova Fátima	4
Novo Ibiá	17
Nova Itarana	1
Nova Soure	16
Nova Viçosa	1
Novo Horizonte	3
Novo Triunfo	6
Oliveira dos Brejinhos	8
Palmas de Monte Alto	16
Palmeiras	1
Paratinga	25
Paripiranga	1
Paulo Afonso	4
Pé de Serra	15
Piatã	17
Pindobaçu	3
Piripá	12
Piritiba	9
Planaltino	12
Poções	8
Pojuca	1
Ponto novo	14
Porto Seguro	399
Potiraguá	1
Presidente Jânio Quadros	1
Presidente Tancredo Neves	40
Queimadas	38
Quijingue	11

Retirolândia	21
Riachão das Neves	3
Riachão do Jacuípe	2
Riacho de Santana	5
Ribeira do Amparo	4
Ribeira do Pombal	3
Rio de Contas	1
Rio Real	7
Ruy Barbosa	69
Salinas da Margarida	3
Salvador	57
Santaluz	24
Santa Luzia	3
Santa Maria da Vitória	10
Santana	1
Santa Rita de Cássia	1
Santo Amaro	70
Santo Antônio de Jesus	80
Santo Estêvão	57
São Felipe	255
São Félix do Coribe	1
São Francisco do Conde	5
São Gonçalo dos Campos	4
São Sebastião do Passé	9
Sapeaçu	52
Sátiro Dias	1
Saubara	1
Saúde	1
Sebastião Laranjeiras	1
Sento Sé	1
Serra Dourada	2
Serrinha	87
Simões Filho	36
Sobradinho	1
Souto Soares	2
Tapiramutá	48
Teixeira de Freitas	6
Teofilândia	7
Terra Nova	1
Tucano	18
Ubaira	4
Ubaitaba	2
Ubatã	3
Uibaí	1
Una	1
Uruçuca	3

Utinga	135
Valença	9
Valente	2
Várzea do Poço	7
Várzea Nova	8
Varzedo	34
Vera Cruz	5
Vitória da Cosquista	9
Wenceslau Guimarães	3
Xique-Xique	1
TOTAL	4.735

Observação: Os dados cadastrados na CECAD divergem dos dados da entrevista, o que demonstra que o número de ciganos é muito maior do que o relatado pelo entrevistado.

Imagem 03: Mapa da presença cigana no estado da Bahia



3.3. CEARÁ

O Ceará possui 184 municípios, dos quais 41 registram a presença de comunidades ciganas. O mapeamento da presença cigana no Estado se deu através de amostragem, condicionada pelas possibilidades do projeto, pela abertura das comunidades para receberem os pesquisadores, como também, do tempo exigido para a execução da presente proposta. Por isso, selecionamos os municípios de Tianguá, Caucaia e Sobral para comporem a análise proposta pelo TED 05/2023 (UFJ/MIR), que visa conhecer as condições de vida das comunidades ciganas Calon, Rom e Sinti. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com lideranças locais, visitas *in loco* e levantamento de dados no Cadastro Único (CECAD). Essa investigação busca subsidiar políticas públicas voltadas à inclusão e ao reconhecimento da diversidade cultural cigana.

Apesar da resistência de algumas comunidades, os dados coletados demonstram aspectos comuns e distintos entre os municípios, especialmente quanto à infraestrutura, organização comunitária, políticas públicas acessadas e desafios enfrentados.

A metodologia utilizada baseou-se em entrevistas qualitativas realizadas diretamente com os representantes das comunidades. Em Tianguá, a entrevista foi conduzida com a Sra. Elisângela, sem registros audiovisuais devido à resistência da comunidade. Em Caucaia, o encontro ocorreu com o Sr. Eudo e outros membros, com autorização para registros. Já em Sobral, a entrevista foi feita com a Sra. Jovelina e lideranças associativas, também com registro audiovisual. O levantamento inclui dados do IBGE e do CadÚnico, proporcionando um panorama amplo e comparativo entre os municípios.

No que se refere à presença cigana, Sobral abriga a maior comunidade, com 64 famílias, seguida de Caucaia e Tianguá, cada uma com aproximadamente 30 famílias. Sobral destaca-se por sua forte articulação comunitária, com duas associações atuantes e boa interlocução com órgãos públicos. Caucaia também possui duas associações e uma comunidade situada principalmente no distrito de Catuana. Já em Tianguá, os ciganos estão dispersos e sem representação associativa própria, contando com apoio de lideranças de Sobral.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades estão a discriminação e o preconceito, especialmente em Tianguá e Caucaia, onde são relatados episódios cotidianos de exclusão no mercado de trabalho e em espaços públicos. Em Sobral, os relatos indicam menor incidência de preconceito, atribuída à maior inserção social e ao apoio institucional já consolidado.

As condições socioeconômicas também revelam vulnerabilidades importantes. E/m todos os municípios, a maioria dos ciganos atua na informalidade, com destaque para atividades como comércio ambulante, artesanato, música, agricultura e quiromancia. O programa Bolsa Família constitui uma fonte de renda relevante, parcial ou integral. Sobral, contudo, apresenta maior diversidade ocupacional, incluindo profissionais formalizados, concursados e autônomos qualificados.

Em relação à moradia e infraestrutura, Tianguá e Caucaia apresentam os piores indicadores, com habitações precárias e falta de acesso adequado ao saneamento. Em Sobral, embora ainda existam desafios, os bairros onde vivem os ciganos contam com acesso à água, energia, internet e cobertura de atenção básica à saúde. A educação formal é acessada em todos os municípios, mas o acesso ao ensino superior é significativo apenas em Sobral, onde há inclusive casos de pós-graduação. Em Caucaia e Tianguá, a evasão escolar, sobretudo entre meninas, é uma preocupação.

No campo da saúde, os três municípios oferecem cobertura básica, mas apenas Sobral apresenta rede estruturada para atendimentos de maior complexidade. Caucaia destaca a carência de acompanhamento para doenças crônicas, como cardiopatias. Em termos de organização comunitária, Tianguá ainda não conta com associação própria, diferentemente de Caucaia e Sobral, onde há forte mobilização política e presença ativa das lideranças em conselhos e articulações com o poder público.

Por fim, observa-se que os ciganos desses municípios estão majoritariamente sedentarizados. Em Caucaia, há mobilidade sazonal para comércio em cidades vizinhas, mas não há mais práticas nômades contínuas. Em todos os casos, a principal demanda é a ampliação do acesso à educação superior, à moradia digna e à inserção no mercado de trabalho formal, além da promoção de políticas públicas específicas que valorizem e respeitem a identidade cultural cigana.

A situação dos ciganos no estado do Ceará tem sido objeto de diversas pesquisas acadêmicas que abordam aspectos sociais, culturais e históricos dessas comunidades. A seguir, indicamos os aspectos centrais desses trabalhos (Silva, 2010, 2015; Carlos 2016, 2022).

2. Itinerário Metodológico

A metodologia adotada nos três municípios foi qualitativa, com entrevistas realizadas presencialmente nas residências de lideranças ciganas:

- **Tianguá:** Entrevista com a Sra. Elisângela (10/03/2024), sem registros fotográficos ou gravações, devido à resistência da comunidade.
- **Caucaia:** Entrevista com o Sr. Eudo e outros membros da associação (Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará) local (13/12/2024), com gravações e registros fotográficos.
- **Sobral:** Entrevista com a Sra. Jovelina e membros da associação local (Associação Amigos do Bem) (14/12/2024), com registro audiovisual.

A análise incluiu dados secundários do IBGE (2022-2023) e informações extraídas da base do CadÚnico (referência: fevereiro de 2025). O levantamento buscou verificar a quantidade de famílias ciganas, condições de vida, acesso a políticas públicas e demandas principais.

3. Mapa da Presença Cigana no Estado

Muni cípio	Famílias Identificadas	Famílias no CadÚnico (2025)	Situação da Comunidade
Tianguá	30 (sob mediação de Sobral)	10 registradas	Comunidade dispersa, sedentarizada, vulnerável, com baixa articulação política
Caucaia	30 (Distrito da Catuana)	16 registradas	Comunidade com certa articulação (2 associações), acesso parcial a políticas públicas
Sobral	64 famílias	22 registradas	Comunidade consolidada, politicamente organizada (2 associações), com influência regional

Outras localidades citadas (sem entrevistas realizadas):

- Ipú (4 famílias)
- Guaraciaba do Norte (3 famílias)
- Croatá (1 família)

4. Principais Dificuldades e Demandas

4.1 Discriminação e Preconceito

- **Tianguá e Caucaia:** Relatos recorrentes de preconceito no cotidiano (ambiente escolar, comércio, mercado de trabalho).
- **Sobral:** Menores índices de preconceito percebido, atribuídos à atuação do Estado e maior inserção social dos ciganos.

4.2 Condições Econômicas

- Em todos os municípios há forte presença no setor informal: venda ambulante, artesanato, música, agricultura familiar, leitura de mãos.
- Alta dependência do **Programa Bolsa Família**.
- Sobral apresenta uma diversidade maior, incluindo ciganos com vínculo formal (celetistas, servidores).

4.3 Moradia e Infraestrutura

- **Tianguá:** Moradias precárias, dispersas, sem acesso pleno a saneamento ou coleta de lixo.
- **Caucaia:** Habitações em estado crítico, com famílias em aluguel e sem acesso a programas habitacionais.
- **Sobral:** Comunidades com infraestrutura urbana básica (água, energia, internet), mas ainda com necessidades estruturais.

4.4 Educação

- Acesso à educação básica garantido nos três municípios.

- **Sobral:** Destaque para o acesso ao ensino superior (graduação e pós-graduação).
- **Tianguá e Caucaia:** Baixa escolarização, especialmente entre meninas, que contraem união estável precocemente.

4.5 Saúde

- Atendimento básico razoável nos três locais, com presença de UBS e visitas de agentes comunitários.
- **Caucaia** destaca ausência de suporte especializado para doenças graves e crônicas.

4.6 Organização política e representação

- **Tianguá:** Sem associação própria, dependente de Sobral.
- **Caucaia:** Duas associações locais com articulação política relevante.
- **Sobral:** Duas associações bem estruturadas, com alcance estadual e nacional.

4.7 Rotas e mobilidades

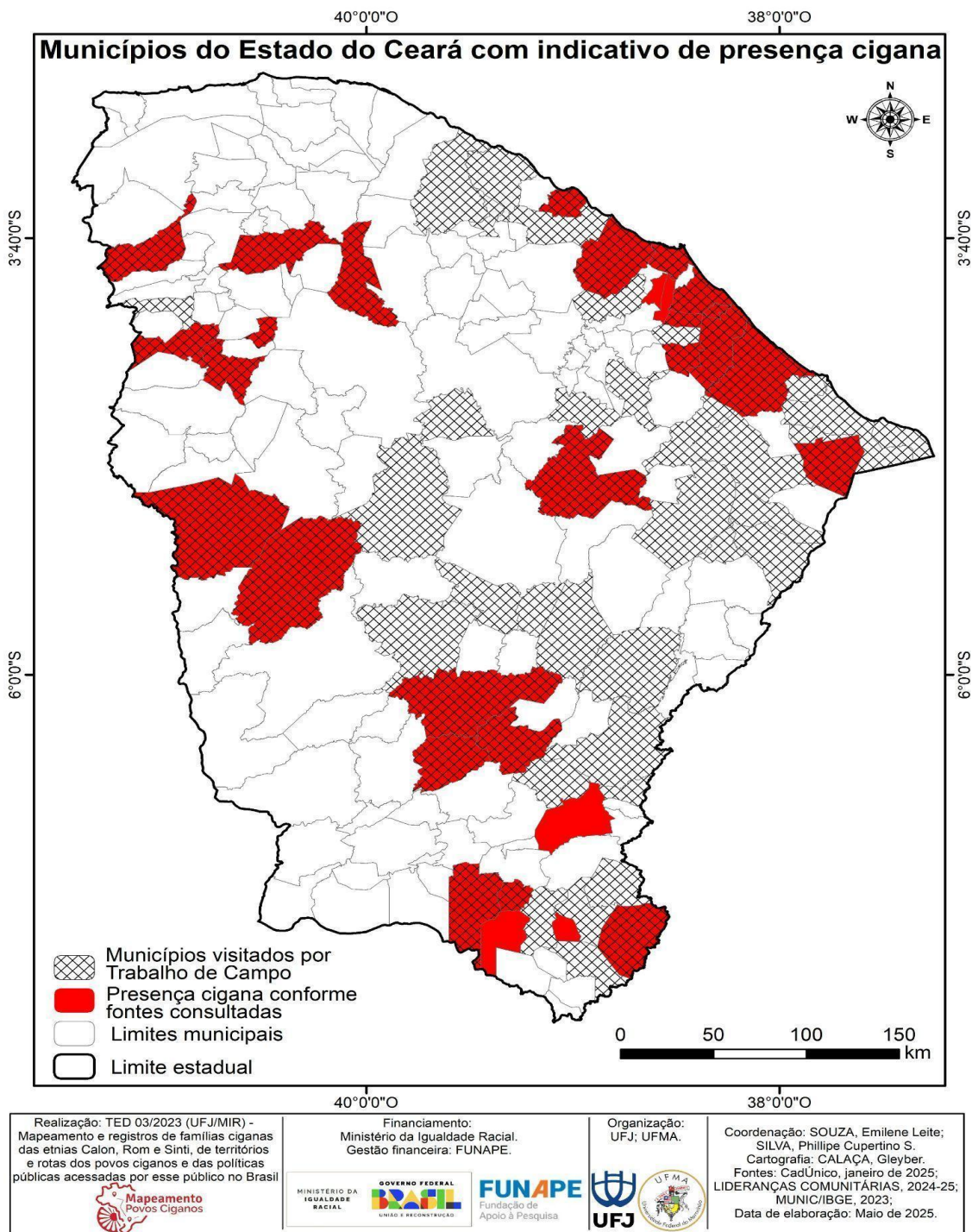
- Ciganos sedentarizados em todos os municípios.
- Apenas em **Caucaia**, há movimentação sazonal para atividades comerciais

Tabela 04: Municípios do Ceará com a presença de ciganos.⁷

Município	Nº de famílias ciganas
Abaiara	1
Acarape	1
Acopiara	2
Aquiraz	1
Baixio	1
Barbalha	1
Beberibe	5
Cascavel	3
Caucaia	16
Chorozinho	2
Crateús	22
Crato	2
Croatá	1
Eusébio	3
Fortaleza	13
Guaraciaba do Norte	1
Horizonte	5
Ibiapina	1
Iguatu	3
Independência	23
Ipu	2
Itaitinga	2
Juazeiro do Norte	6
Jucás	15
Lavas da Magabeira	1
Limoeiro do Norte	1
Maranguape	3
Mauriti	4
Novo Oriente	1
Pacatuba	2
Paracuru	4
Pindoretama	144
Quixadá	2
São Luís do Curu	1
Sobral	22
Tabuleiro do Norte	1
Tejuçuoca	1
Tianguá	10
Trairi	3
Varjota	6
TOTAL	338

⁷ Ibidem

Imagem 04: Mapa de Municípios do Ceará com a presença cigana.



3.4. MARANHÃO

O Estado do Maranhão possui 217 municípios, dos quais pelo menos 72 registram a presença de comunidades ciganas, segundo os dados do Cadastro Único. O presente conjunto de informações faz parte de um amplo esforço de mapeamento e registro das comunidades ciganas Calon, Rom e Sinti no Brasil, coordenado pelo TED 05/2023 (UFJ/MIR), com foco nas condições de vida, territorialidade e acesso a políticas públicas. No Maranhão, os dados foram levantados a partir do diálogo com lideranças ciganas e mediante visitas presenciais conduzidas pelos pesquisadores Lenilson Rocha Portela e Watilla Cirqueira Leite entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025. A metodologia adotada consistiu em entrevistas *in loco* com registro em formulários, com poucas gravações de áudio, e com uso limitado de registros fotográficos, conforme consentimento dos entrevistados.

O itinerário metodológico envolveu a realização de visitas domiciliares em três municípios maranhenses: Vargem Grande, onde a comunidade Calon está presente há mais de 40 anos; São Luís, cuja presença foi representada por uma única entrevistada, em situação socioeconômica distinta da maioria dos grupos; e Timon, onde uma comunidade Calon com cerca de 40 pessoas encontra-se sedentarizada há cerca de uma década. Em todos os casos, os dados coletados foram comparados com informações do Cadastro Único (CECAD), revelando divergências entre os registros oficiais e a realidade identificada em campo, o que pode ser atribuído à recusa de autodeclaração étnica ou à desatualização dos dados.

O mapa da presença cigana no Maranhão revela diferentes padrões de fixação e visibilidade. Em Vargem Grande, a comunidade está localizada nos bairros São Miguel e Soldadinho, com estimativa de 70 famílias (cerca de 200 pessoas), embora o CECAD registre apenas 32 famílias. Trata-se de um grupo fortemente sedentarizado, com dificuldades estruturais. Em Timon, a comunidade reside no bairro Cajueiro, com cerca de seis famílias identificadas oficialmente, e mais de 40 pessoas no local, todas em situação de vulnerabilidade. Já em São Luís, a presença cigana é representada de forma pontual: apenas uma família entrevistada, oriunda de Timon, vivendo atualmente em condições socioeconômicas mais favorecidas. A cidade, contudo, carrega importância histórica como rota de entrada de ciganos no período colonial, embora hoje não concentre grandes comunidades ativas.

As principais demandas das comunidades ciganas maranhenses giram em torno de quatro grandes eixos: discriminação e invisibilidade institucional, moradia e infraestrutura precária, exclusão econômica e limitações no acesso a serviços públicos essenciais. Em todos

os municípios mapeados, foram identificadas situações de preconceito persistente, seja por parte de vizinhos, instituições escolares, forças policiais ou serviços públicos. Em Timon, por exemplo, houve relatos de vigilância abusiva por drones e prisões arbitrárias. Em Vargem Grande, os ciganos ainda são vistos como “criminosos em potencial”, apesar de décadas de fixação na cidade.

A exclusão econômica também se manifesta com força: as famílias vivem majoritariamente da economia informal (vendas, trocas, quiromancia, artesanato, trabalho autônomo), com forte adesão ao programa Bolsa Família, o qual, em muitos casos, constitui a principal ou única fonte de renda. Apenas em São Luís, no caso específico da família entrevistada, observa-se acesso à moradia própria e estabilidade financeira, o que não reflete a realidade da maioria dos grupos mapeados.

No que tange à infraestrutura e moradia, a precariedade é evidente especialmente em Vargem Grande e Timon. Residências de pau a pique, ausência de saneamento, rede de esgoto inexistente, ruas intransitáveis no período chuvoso e deficiências no abastecimento de água e internet são problemas comuns. A moradia, embora fixa, não garante dignidade nem segurança.

Na educação, embora as crianças estejam matriculadas na rede pública, há relatos de preconceito e evasão escolar. Adultos com mais de 29 anos, em sua maioria, não foram alfabetizados. Apenas em São Luís foi relatado o acesso ao ensino superior por filhos da entrevistada. A educação étnica é mantida em alguma medida, sobretudo com o ensino da língua chibi e celebrações tradicionais, embora esse vínculo seja mais forte em comunidades mais articuladas, como Timon.

Na saúde, o atendimento especializado é praticamente inexistente. As comunidades relatam dificuldades para acompanhamento de doenças crônicas, como cardiopatias e transtornos mentais, além da carência de políticas voltadas a pessoas com deficiências. O acesso se limita a visitas de agentes comunitários e, ocasionalmente, campanhas de saúde pública.

Por fim, a organização comunitária e o acesso à justiça são frágeis. Nenhuma das comunidades visitadas possui associação formalizada ou canais diretos com o Ministério Público ou Defensoria Pública. Essa ausência de representação contribui para a invisibilidade institucional e dificulta a luta por direitos. Em São Luís, a entrevistada afirmou não se identificar abertamente como cigana em todos os ambientes, por receio de preconceito, refletindo o peso da discriminação estrutural mesmo entre os que já se encontram em melhores condições socioeconômicas.

Diante desse quadro, os relatórios reforçam a urgência da formulação e implementação de políticas públicas específicas para as comunidades ciganas no Maranhão, com ações de combate ao preconceito, ampliação do acesso à moradia digna, inclusão econômica, valorização da cultura e educação étnica, fortalecimento da organização comunitária e garantia de acesso efetivo à justiça e à saúde especializada.

2. Itinerário Metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Lenilson Rocha Portela e Watilla Cirqueira Leite

- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

- **Municípios visitados:**
 - Vargem Grande (07/12/2025): entrevista com a liderança Miguel da Costa.
 - São Luís (06/12/2024): entrevista com Cícera Oliveira Coelho.
 - Timon (24/01/2025): entrevista com Silvandira Barroso Rocha.
 - Estreito (07/12/2024): entrevista com Ribamar.
 - Miranda do Norte (07/01/2025): entrevista com Maria do Socorro.
 - Montes Altos (08/12/2024) entrevista com Carmem.
 - São Pedro dos Crentes (08/12/2024): entrevista com Maria da Guia.
 - São João do Paraíso (09/12/2024): entrevista com os Sr^o Xavier e Sr^a Tinda.
 - Riachão (08/12/2024): entrevista com Sr^a Lúcia e de seu esposo Sr^o Ralley.

- **Os dados coletados foram cruzados com o Cadastro Único (CECAD) – fevereiro/2025.**

3. Mapa da Presença Cigana no Maranhão

Vargem Grande

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 40 anos.
- **Estimativa local:** 70 famílias (200 pessoas).
- **Dados CECAD:** 32 famílias registradas.
- **Localização:** bairros São Miguel e Soldadinho.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

Timon

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 10 anos.
- **Estimativa local:** 6 famílias (40 pessoas).
- **Dados CECAD:** 6 famílias registradas.
- **Localização:** bairro Cajueiro.
- **Situação:** comunidade sedentarizada, autoconstrução em área comum.

São Luís

- **Etnia:** Calon.
- **Representação:** uma única família entrevistada (Cícera).
- **Tempo de residência:** 30 anos.
- **Dados CECAD:** 5 famílias registradas.
- **Localização:** Jardim São Francisco.
- **Situação:** núcleo familiar de classe média, não representativo da média estadual.

Estreito

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 20 anos.
- **Estimativa local:** 05 famílias (20 pessoas).
- **Dados CECAD:** 00 famílias registradas.
- **Localização:** Madre Paulina.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

Miranda do Norte

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 40 anos.
- **Estimativa local:** 70 famílias (200 pessoas).
- **Dados CECAD:** 172 famílias registradas.
- **Localização:** bairros Nova América.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

Montes Altos

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 40 anos.
- **Estimativa local:** 10 famílias (30 pessoas).
- **Dados CECAD:** 3 famílias registradas.
- **Localização:** bairro Vila João Alberto.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

São Pedro dos Crentes

- **Etnia:** Calon.

- **Tempo de fixação:** 40 anos.
- **Estimativa local:** 30 famílias (100 pessoas).
- **Dados CECAD:** 15 famílias registradas.
- **Localização:** bairros Santa Rosa e Setor Bonfim.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

São João do Paraíso

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 30 anos.
- **Estimativa local:** 9 famílias (100 pessoas).
- **Dados CECAD:** 20 famílias registradas.
- **Localização:** bairros Caeté e Setor Castro.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

Riachão

- **Etnia:** Calon.
- **Tempo de fixação:** 01 ano e sete meses.
- **Estimativa local:** 06 famílias (30 pessoas).
- **Dados CECAD:** 00 famílias registradas.
- **Localização:** bairros Nova Esperança e Setor Céu Azul.
- **Situação:** comunidade fixa, precárias condições de moradia e infraestrutura.

4. Principais Demandas e Dificuldades

4.1 Discriminação e Preconceito

- **Vargem Grande:** estigmatização histórica; ciganos vistos como criminosos.
- **Timon:** perseguição policial, vigilância por drones, prisões arbitrárias.
- **São Luís:** preconceito vivenciado na infância e adolescência; identidade étnica ocultada para evitar discriminação.
- **São João do Paraíso:** Forte preconceito na cidade, inclusive com recusa de atendimento em comércio e serviços.
- **Estreito:** Relatos de preconceito, principalmente na relação com a população local.
- **Miranda do Norte:** Casos de violência policial, criminalização e discriminação institucional.
- **Montes Altos:** Discriminação constante e barreiras de acesso a serviços básicos de saúde.
- **São Pedro dos Crentes:** Relatos de exclusão social e estigmatização.
- **Riachão:** Estigmatização e perseguição.

4.2 Moradia e Infraestrutura

- **Vargem Grande:**
 - Moradias precárias (inclusive de pau a pique).
 - Falta de saneamento básico, água encanada, e internet.
- **Timon:**
 - Moradias de alvenaria em área coletiva.
 - Ausência de rede de esgoto.
- **São Luís:**
 - Moradia em condomínio fechado.
 - Boa infraestrutura, realidade atípica em relação às demais comunidades.
- **São João do Paraíso:**
 - Casas simples, construídas com recursos próprios; bairros com infraestrutura precária.

- **Estreito:**
 - Moradia precária no assentamento; infraestrutura insuficiente.

- **Miranda do Norte:**
 - Casas modestas; ausência de saneamento adequado.

- **Montes Altos:**
 - Moradias precárias, em bairros carentes de infraestrutura.

- **São Pedro dos Crentes:**
 - Casas próprias, mas localizadas em áreas sem saneamento e infraestrutura adequados.

- **Riachão:**
 - Casas com problemas estruturais e sem regularização fundiária.

4.3 Condição Econômica

- Predomínio da informalidade:
- Vendas, trocas, quiromancia, artesanato, construção civil.
- Grande adesão ao programa Bolsa Família.
- Poucos casos de emprego formal ou serviço público.

4.4 Educação

- Crianças matriculadas na rede pública, mas sofrem preconceito.
- Adultos (acima de 29 anos) em geral não foram alfabetizados.
- Educação étnica:

- Esforço para preservação da língua chibi e festividades tradicionais.
- São Luís: filhos de Cícera com acesso ao ensino superior.

4.5 Saúde

- Atendimento restrito ao básico (visitas de agentes de saúde).
- Falta de atendimento especializado:
 - Cardiopatias, doenças metabólicas, transtornos mentais e TEA nível 3 não são acompanhados adequadamente.
- Casos de agravamento de doenças por falta de acesso.

4.6 Organização Comunitária e Justiça

- Nenhuma das comunidades possui associação formalizada.
- Desconhecimento das atribuições do MPF e da Defensoria Pública.
- Ausência de representação institucional dificulta reivindicação de direitos.

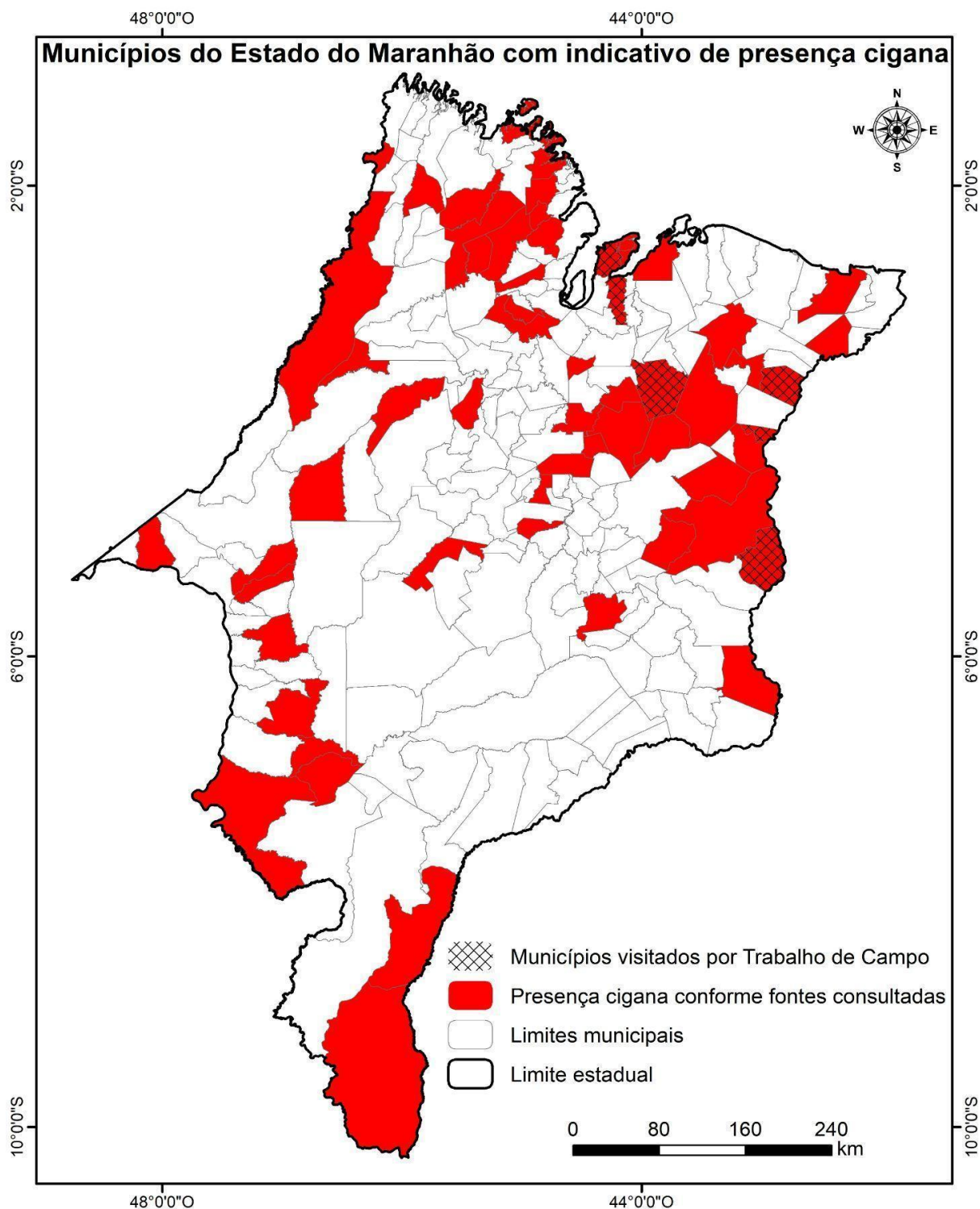
Tabela 05: Municípios do Maranhão com a presença de ciganos⁸

Município	Nº de famílias ciganas
Aldeias Altas	17
Alto Alegre do Maranhão	44
Alto Alegre do Pindaré	5
Alto Parnaíba	6
Anapurus	4
Apicum-Açu	1
Bacabal	3
Barão de Grajaú	1
Belágua	1
Bequimão	1
Boa Vista do Gurupi	1
Bom Jardim	1
Bom Jesus das Selvas	1
Campestre do Maranhão	1
Carolina	2
Carutapera	1
Caxias	5
Centro Novo do Maranhão	7
Chapadinha	12
Codó	1
Coelho Neto	1
Coroatá	26
Cururupu	52
Duque Bacelar	1
Esperantinópolis	1
Feira Nova do Maranhão	3
Governador Nunes Freire	1
Grajaú	1
Icatu	2
Igarapé Grande	1
Imperatriz	2
Itaipava do Grajaú	2
Itinga do Maranhão	5
João Lisboa	2
Luis Domingues	1
Magalhães de Almeida	1
Matinha	1
Mirador do Norte	162
Mirinzal	15
Montes Altos	3
Paço do Lumiar	1
Pinheiro	3
Pio XII	1
Pirapemas	22
Presidente Dutra	1

⁸ Ibidem

Presidente Sarney	4
Raposa	14
Santa Helena	22
Santa Inês	2
São Bento	1
São Bernardo	2
São Domingos do Maranhão	1
São Francisco do Maranhão	3
São João do Carú	2
São João do Paraíso	20
São João do Soter	4
São José de Ribamar	7
São Luís	5
São Luís Gonzaga do Maranhão	2
São Mateus do Maranhão	7
São Pedro dos Crentes	12
Senador La Rocque	6
Tasso Fragoso	1
Timbiras	10
Timon	6
Turilândia	16
Tutóia	3
Urbano Santos	28
Vargem Grande	32
Viana	1
Vila Nova dos Martírios	1
TOTAL	638

Imagem 05: Mapa de Municípios do Maranhão com a presença de ciganos.



Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil



Financiamento:
Ministério da Igualdade Racial.
Gestão financeira: FUNAPE.



FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

Organização:
UFJ; UFMA.



Coordenação: SOUZA, Emilene Leite; SILVA, Phillippe Cupertino S.
Cartografia: CALAÇA, Gleyber.
Fontes: CadÚnico, janeiro de 2025; LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 2024-25; MUNIC/IBGE, 2023;
Data de elaboração: Maio de 2025.

3.5. PARAÍBA

O Estado da Paraíba conta com 223 municípios, dos quais 48 registram a presença de comunidades ciganas, segundo os dados do Cadastro Único. Os dados aqui apresentados foram extraídos dos relatórios que fazem parte do projeto “Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti”, conduzido pelo TED 05/2023 (UFJ/MIR). O objetivo é compreender a realidade social, econômica e cultural das comunidades ciganas no Brasil, com foco no acesso a políticas públicas.

Os levantamentos de dados foram viabilizados por meio do contato com lideranças locais e se baseiam em entrevistas presenciais, respeitando os preceitos éticos de pesquisa com populações tradicionais.

A metodologia adotada consistiu na realização de entrevistas presenciais, aplicadas mediante visitas in loco, utilizando-se formulários de campo. Os registros se limitaram a anotações e fotografias, sem uso de gravações de áudio. A pesquisa foi conduzida pelo pesquisador Lenilson Rocha Portela, que visitou as comunidades em fevereiro de 2025. Em Sousa, a equipe entrevistou sete pessoas, entre homens e mulheres, abrangendo lideranças locais. Em João Pessoa, foi entrevistada uma única família cigana, recém-chegada à cidade após deslocamento forçado devido a enchentes em Pernambuco.

No que se refere ao mapeamento da presença cigana, observa-se um contraste significativo entre os dois municípios. Sousa abriga uma das maiores comunidades de ciganos Calons da América Latina, com concentração em dois bairros — Jardim III (Comunidade Otávio Maia) e Pedro Benício — totalizando aproximadamente 311 núcleos familiares e cerca de 3.000 pessoas. No entanto, os dados do Cadastro Único (CECAD) apontam para um número ainda maior, com 587 famílias registradas, indicando a possibilidade de subnotificação ou ocultamento de identidade étnica por parte de algumas famílias. Em João Pessoa, a presença cigana é mais discreta, com registro oficial de apenas seis famílias, sendo uma localizada pela equipe de campo. Essa família vive no bairro de Gramame e possui vínculo direto com a comunidade de Sousa.

As dificuldades enfrentadas por essas comunidades são amplamente comuns, embora com diferentes graus de impacto. A discriminação e o preconceito constituem-se como os principais desafios. Em Sousa, há relatos de perseguição policial, preconceito institucional em repartições públicas, escolas e até mesmo na nomeação de concursos públicos. Em João Pessoa, a única família entrevistada relatou episódios marcantes de discriminação, como a expulsão da moradia ao revelarem sua identidade cigana, exigência de mudança de vestuário por parte de

líderes religiosos, e agressões simbólicas sofridas pelo filho durante o serviço militar obrigatório, com consequências graves à saúde mental.

A questão da moradia se impõe como demanda urgente. Em Sousa, embora exista acesso à terra, as habitações são majoritariamente precárias, situadas em áreas periféricas sem saneamento adequado e com coleta de lixo deficiente. Em João Pessoa, o estigma dificulta o aluguel e o financiamento de imóveis, além da ausência de políticas públicas efetivas voltadas especificamente à população cigana. Há promessa de moradia popular, mas que exigiria o deslocamento da família entrevistada para Sousa, distante mais de 450 km.

Do ponto de vista econômico, ambas as comunidades enfrentam situações de vulnerabilidade. A renda é obtida, em grande parte, por meio de atividades informais tradicionais como vendas, trocas, leitura de mãos e apresentações artísticas. Em Sousa, há maior diversidade ocupacional, incluindo servidores públicos e profissionais com ensino superior. Já em João Pessoa, a informalidade prevalece, com apenas um membro da família inserido no mercado formal de trabalho. Em ambos os casos, o Programa Bolsa Família representa uma importante fonte de apoio financeiro.

A área da educação revela avanços tímidos e muitos obstáculos. Em Sousa, há crianças e adolescentes ciganos regularmente matriculados em escolas públicas, mas que sofrem com a discriminação de colegas e professores. Casos de ciganofobia impactam diretamente na permanência escolar. Apesar disso, há presença de professores ciganos, como Marcilânia Alcântara Figueiredo, que atua com projetos de valorização cultural e ensino da língua chibi, além de iniciativas para a erradicação da discriminação. Em João Pessoa, as crianças da família entrevistada também estão inseridas na rede pública de ensino, mas enfrentam forte preconceito, com acusações infundadas que comprometem sua permanência na escola. Os adultos, em sua maioria, possuem baixa escolaridade formal.

No campo da saúde, observa-se acesso limitado, com presença pontual de agentes comunitários, mas ausência de acompanhamento especializado para doenças cardiovasculares, metabólicas, mentais ou neurológicas. A precariedade do sistema de saúde se manifesta em episódios graves, como o da filha da família de João Pessoa, que só conseguiu realizar uma cirurgia de urgência após intervenção direta e desesperada da família com os profissionais médicos. A situação se repete em Sousa, onde o serviço prestado pela UBS não cobre adequadamente as demandas da comunidade.

Quanto à organização comunitária, Sousa destaca-se por contar com uma associação cigana ativa e articulada politicamente, com interlocução junto ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública. Essa estrutura possibilita a reivindicação de direitos e o fortalecimento

da identidade cultural. Já em João Pessoa, não há organização formal, embora haja vínculo com a comunidade de Sousa, que serve como referência e rede de apoio.

Frente a esse diagnóstico, ambos os relatórios apontam a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e efetivas. Propõem-se ações voltadas ao combate ao preconceito, à inclusão econômica, ao acesso digno à moradia, à valorização da cultura cigana nas escolas, à ampliação da assistência em saúde, e ao fortalecimento das organizações comunitárias. Defendem, ainda, a criação de canais institucionais que garantam o acesso à justiça e o reconhecimento pleno da identidade cigana.

2. Itinerário Metodológico

A pesquisa foi realizada por **Lenilson Rocha Portela**, com visitas *in loco* e aplicação de **formulários de campo** (sem gravações de áudio, apenas registros fotográficos).

- **Sousa (22/02/2025)**: entrevistas com sete membros da comunidade cigana Calon, em dois bairros, todos membros da Associação Comunitária Cigano Manoel Valério Correia.
- **João Pessoa (21/02/2025)**: entrevista com uma única família cigana Calon, recém-chegada de Pernambuco.

Os dados foram cruzados com o **Cadastro Único (CECAD)** (referência: fevereiro/2025), permitindo identificar divergências entre os números oficiais e os relatos locais.

3. Mapa da Presença Cigana no Estado

Sousa – PB

- **Etnia predominante:** Calon
- **Bairros:** Jardim III (Otávio Maia) e Pedro Benício
- **Estimativa da comunidade local:** 311 famílias (~3.000 pessoas)

- **CECAD:** 587 famílias registradas (~4.000 pessoas)
- **Características:**
 - Comunidade sedentária com estrutura organizativa formal (associação).
 - Forte presença cultural, artística e política.
 - Participação em programas sociais e educacionais.

João Pessoa – PB

- **Etnia:** Calon
- **Bairro:** Gramame
- **Composição:** Uma única família entrevistada (5 membros)
- **CECAD:** 6 famílias registradas, 1 localizada
- **Características:**
 - Família migrante devido a enchentes em Pernambuco.
 - Sem associação comunitária ou articulação política própria.
 - Vínculo com a comunidade cigana de Sousa.

4. Principais Demandas e Dificuldades Identificadas

4.1 Discriminação e Preconceito

- **Sousa:**
 - Episódios graves de perseguição policial e discriminação institucional.
 - Casos de exclusão em concursos públicos e processos seletivos privados.
 - Discriminação em escolas, com relatos de ciganofobia.
- **João Pessoa:**

- Expulsão da moradia ao revelarem sua identidade cigana.
- Exigência de mudança de vestimenta religiosa.
- Episódio de violência psicológica no serviço militar.
- Preconceito escolar com crianças.

4.2 Condição Econômica

- **Ambas:**
 - Predominância de atividades informais (venda, trocas, leitura de mão).
 - Adesão significativa ao Bolsa Família.
 - Casos isolados de emprego e ensino superior

4.3 Moradia e Infraestrutura

- **Sousa:**
 - Acesso precário à moradia digna.
 - Lotes em áreas periféricas com deficiências no saneamento e coleta de lixo.
 - Promessa de casas populares sem previsão de entrega.
- **João Pessoa:**
 - Dificuldade de locação por preconceito.
 - Inviabilidade de financiamento habitacional.
 - Possível deslocamento para Sousa para acessar programa de habitação.

4.4 Educação

- **Sousa:**
 - Crianças frequentam escolas públicas, mas enfrentam preconceito.

- Evasão escolar como ameaça constante.
- Presença de professores ciganos e atividades de valorização cultural.
- Ensino da língua **Chibi** e inserção no ensino superior.
- **João Pessoa:**
 - Crianças em idade escolar enfrentam bullying e acusações infundadas.
 - Pouco avanço escolar entre os adultos.

4.5 Saúde

- **Sousa:**
 - Atendimento básico precário.
 -
 - Deficiência em acompanhamento de doenças crônicas e saúde mental.
 - UBS ineficiente nas áreas ocupadas.
- **João Pessoa:**
 - Falta de assistência especializada.
 - Caso extremo de cirurgia só realizada após súplica pessoal ao médico.

4.6 Organização Comunitária

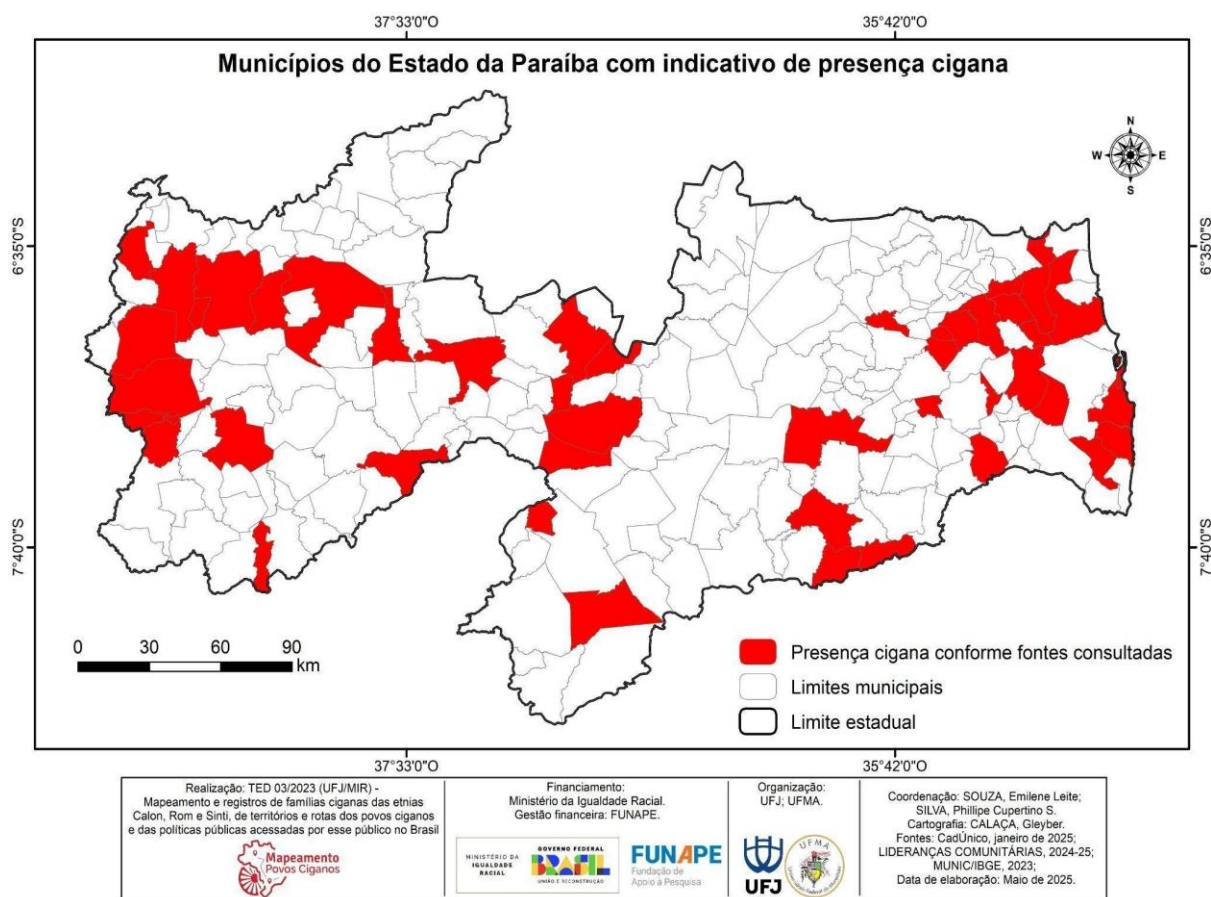
- **Sousa:**
 - Associação formalizada com ampla atuação junto ao MPF e à Defensoria.
 - Articulação estadual e nacional.
- **João Pessoa:**
 - Ausência de organização formal.
 - Diálogo com a comunidade de Sousa como forma de articulação indireta.

Tabela 06: Municípios da Paraíba com a presença de ciganos.⁹

Município	Nº de famílias ciganas
Alagoinha	1
Alhandra	6
Aparecida	1
Araçagi	239
Arara	1
Barra de Santana	1
Bayeux	1
Bonito de Santa Fé	2
Cabedelo	1
Cacimbas	1
Cajazeiras	6
Caldas Brandão	1
Campina Grande	15
Capim	1
Condado	29
Conde	1
Cruz do Espírito Santo	1
Cuité	1
Curral de Cima	1
Diamante	1
Guarabira	1
Ibiara	2
Imaculada	11
Itabaiana	1
Itaporanga	1
Itapororoca	1
João Pessoa	6
Juarez Távora	2
Junco do Seridó	1
Livramento	1
Mamanguape	1
Marizópolis	239
Mataraca	1
Monte Horebe	5
Patos	9
Pombal	2
Rio Tinto	3
Santa Cecília	1
Santa Luzia	9
São João do Rio do Peixe	19
São José de Piranhas	1
São José de Princesa	2
Sapé	1
Sousa	587
Sumé	1
Triunfo	1
Umbuzeiro	25
TOTAL	1245

⁹ Ibidem

Imagem 06: Mapa de Municípios da Paraíba com a presença cigana.



3.6. PERNAMBUCO

Pernambuco possui 185 municípios, dos quais 71 registram a presença de comunidades ciganas, segundo dados do Cadastro Único. O mapeamento da presença cigana no Estado se deu através de amostragem, condicionada pelas possibilidades do projeto, pela abertura das comunidades para receberem os pesquisadores, como também, do tempo exigido para a execução da presente proposta. Por isso, selecionamos os municípios de Paulista, Recife, Olinda e Arcoverde. A pesquisa integra o projeto TED 05/2023 (UFJ/MIR), com foco no mapeamento e registro de comunidades ciganas no Brasil. Nos municípios de Paulista e Arcoverde, o levantamento foi realizado através da articulação com lideranças locais, a fim de captar informações sobre a presença cigana, suas condições de vida, relações com o poder público e os desafios enfrentados. A coleta de dados foi feita com base em entrevistas *in loco*, observações de campo e informações do Cadastro Único (CECAD).

As localidades demonstram realidades complexas e distintas, revelando tanto o enraizamento histórico das comunidades quanto a precariedade no atendimento das suas demandas sociais e culturais.

Em Paulista, a pesquisa foi realizada com o cigano Calon Enildo Soares dos Santos Filho, liderança que indicou a existência de três núcleos familiares, totalizando cerca de trinta pessoas. Já em Arcoverde, a entrevista foi conduzida com Francisca Xavier Pereira, conhecida como Amália, também cigana Calon, que relatou uma trajetória de sedentarização após anos de nomadismo. Ambas as comunidades estão enraizadas há décadas em seus territórios, embora apresentem situações de vulnerabilidade e carência de políticas públicas específicas.

Em relação à metodologia, as entrevistas foram aplicadas *in loco*, sem gravações formais, mas com observações registradas em formulário de campo. Em Paulista, a pesquisa se estendeu também a visitas institucionais à Coordenadoria de Igualdade Racial do Estado e ao gabinete de uma deputada estadual, contribuindo para uma visão ampliada da realidade cigana em Pernambuco.

No que diz respeito à presença cigana no estado, destaca-se que, além das famílias localizadas nos dois municípios, há referência a uma ampla dispersão por diversas cidades, com destaque para Petrolina, onde estaria a maior concentração cigana do estado (cerca de 2.000 pessoas). Também são citadas comunidades em Ouricuri, Caruaru, Lagoa do Ouro, Itambé, Olinda, entre outras. Em Olinda, inclusive, vive a única família identificada da etnia Rom no estado, com atuação cultural e esotérica.

As principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades incluem, de forma recorrente, a discriminação e o preconceito em espaços públicos e privados, como escolas, postos de saúde e processos seletivos de emprego. Relatam-se também episódios graves de estigmatização, perseguição policial sem mandado judicial e discriminação institucional. A questão da moradia aparece como crítica, com registros de estruturas precárias, falta de saneamento e insegurança de posse, principalmente em Arcoverde.

Economicamente, a maioria das famílias vive da informalidade, com atividades como comércio ambulante, artesanato, música e serviços espirituais. A dependência de programas sociais como o Bolsa Família é significativa, e apenas casos pontuais de inserção formal no mercado de trabalho foram identificados. O acesso à educação é garantido, mas a evasão escolar é motivada, em grande parte, por episódios de preconceito e exclusão. Em Arcoverde, o relato de Amália chama a atenção: autodidata, concluiu os estudos apenas aos 41 anos após ser barrada na infância por uma professora que se recusou a aceitá-la na escola.

Na área da saúde, o acesso básico existe, mas falta atenção especializada. Casos de cardiopatias, epilepsia, TEA e câncer não são devidamente acompanhados, gerando agravamentos evitáveis. Essa carência é comum nas duas localidades.

No campo da organização comunitária, Paulista apresenta articulação com redes estaduais e nacionais de representação cigana, enquanto Arcoverde depende da atuação de lideranças de fora. Ambos os municípios possuem populações ciganas sedentarizadas, com alguma mobilidade sazonal para comércio em cidades próximas.

Um ponto sensível relatado em Paulista é o conflito com o Instituto Cigano do Brasil (ICB), acusado de práticas de intimidação e sabotagem de políticas públicas voltadas à população cigana, inclusive com denúncias formais registradas contra sua atuação.

Frente a esse cenário, as comunidades expressam demandas claras: combate ao preconceito, ampliação das políticas públicas específicas, inclusão no mercado de trabalho formal, acesso digno à moradia, saúde especializada e valorização de sua identidade cultural. A construção de políticas voltadas para essas populações exige, portanto, escuta ativa, respeito à diversidade étnica e combate a práticas discriminatórias históricas.

2. Itinerário metodológico

As atividades de campo ocorreram entre janeiro de 2025 (Paulista: 22 a 25/01; Arcoverde: 24/01), com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Paulista – PE:** Entrevista com Enildo Soares dos Santos Filho, cigano Calon, residente local e articulador estadual ligado à Rede Brasileira dos Povos Ciganos.
- **Arcoverde – PE:** Entrevista com Francisca Xavier Pereira (Amália), cigana Calon residente há 6 anos na cidade.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo e levantamento de dados públicos, sem uso de gravações formais. Em Recife, houve também visitas à Coordenadoria de Igualdade Racial e ao gabinete de uma deputada estadual. A obtenção de dados diretamente com lideranças se deu apenas em Paulista e Arcoverde, em razão das condições expostas acima, e da limitação imposta pela atuação do Instituto Cigano do Brasil.

3. Mapa da presença cigana no estado de Pernambuco

Paulista – PE

- **Famílias localizadas:** 3 (30 pessoas)
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 9
- **Localização:** bairros Jardim Paulista, Maranguape I e II
- **Situação:** Sedentarização consolidada, com registros de vulnerabilidade social

Arcoverde – PE

- **Famílias localizadas:** 45
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 53
- **Origem:** Pernambuco e Paraíba
- **Situação:** Comunidade estabelecida há 20 anos, com mobilidade sazonal

Outras localidades citadas por lideranças (sem pesquisa direta):

- **Petrolina:** maior concentração cigana (2.000 pessoas)
- **Ouricuri, Lagoa do Ouro, Saloá, Santa Cruz, Ibimirim, Caruaru, Itambé, Olinda, Recife, Cabo de Santo Agostinho e Vila Nova.**
- **Olinda:** única família Rom registrada, com atuação cultural/esotérica.

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- Relatos frequentes de ciganofobia em escolas, comércios, entrevistas de emprego e abordagens policiais.
- Em Paulista, denúncias de invasões policiais sem mandado; o MPF foi acionado.
- Em Arcoverde, o preconceito é recorrente em serviços públicos e ambientes escolares.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, música, quiromancia, artesanato e agricultura.
- Em ambos os municípios, o Programa Bolsa Família é fonte relevante de sustento.
- Casos pontuais de inserção em cargos públicos ou formais (ex: Amália, servidora em Arcoverde).

4.3 Moradia e infraestrutura

- Paulista: problemas de abastecimento de água e saneamento básico.
- Arcoverde: moradias precárias, muitas em pau a pique, com acesso limitado a água e energia.

4.4 Políticas públicas específicas

- Pernambuco carece de políticas públicas integradas para ciganos.
- Apenas ações isoladas na área da educação (cartilha sobre a língua chibe).
- Denúncias graves de coação e sabotagem institucional por parte do Instituto Cigano do Brasil (ICB), que tem dificultado ações do Estado, segundo relatos colhidos em Paulista.

4.5 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito.
- Em Pernambuco, há ciganos formados no ensino superior, embora ainda haja ausência de presença nos programas de pós-graduação.
- A educação étnica sobrevive em práticas culturais, com apoio pontual da Secretaria de Educação.

4.6 Saúde

- Acesso básico com visitas de agentes, mas falta acompanhamento especializado.
- Ausência de atendimento para condições como cardiopatias, epilepsia, TEA, câncer e saúde mental.

4.7 Organização política e representação

- Paulista: Participação ativa em associações estaduais e conselhos (Rede Brasileira dos Povos Ciganos, Associação Cigana de Pernambuco).
- Arcoverde: Não possui associação própria; depende da atuação de lideranças externas.

4.8 Rotas e mobilidade

- Em ambos os municípios, os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

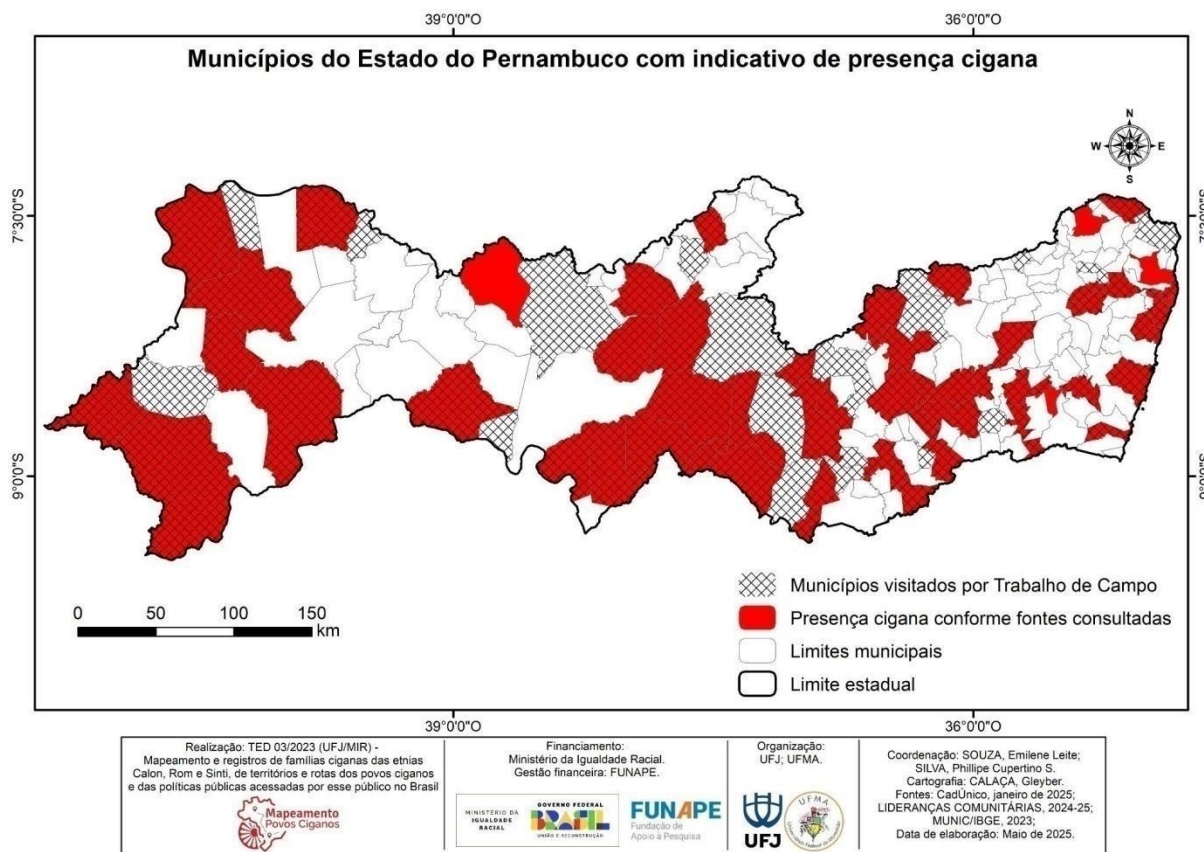
Tabela 07: Municípios da Paraíba com a presença de ciganos.¹⁰

Município	Nº de famílias ciganas
Afogados da Ingazeira	1
Afrânio	10
Agrestina	1
Águas Belas	1
Altinho	77
Angelim	1
Araripina	1
Arcoverde	53
Belém de São Francisco	2
Belo Jardim	1
Betânia	7
Bezerros	2
Bonito	1
Brejo da Madre de Deus	1
Buique	3
Cachoeirinha	3
Canhotinho	6
Carpina	1
Casinhas	2
Catende	2
Correntes	1
Custódia	18
Dormentes	2
Exu	5
Feira Nova	4
Flores	4
Garanhus	15
Glória do Goitá	1
Iati	7
Ibimirim	61
Ibirajuba	1
Inajá	2
Ipojuca	3
Ipubi	2
Itacuruba	1
Itaíba	70
Itambé	2
Jaboatão dos Guararapes	7
Jataúba	7
Lagoa de Itaenga	1
Lagoa dos Gatos	1
Lajedo	1
Manari	35
Moreilândia	1
Ouricuri	57

¹⁰ Ibidem

Panelas	7
Paranatama	2
Paudalho	2
Paulista	9
Pedra	8
Pesqueira	3
Petrolândia	6
Petrolina	11
Recife	6
Ribeirão	2
Saloá	3
Santa Cruz	10
Santa Cruz do Capibaribe	1
Santa Maria da Boa Vista	3
São Bento do Una	6
Serra Talhada	1
Sertânia	7
Tabira	9
Tacaratu	6
Tamandaré	1
Taquaritinga do Norte	1
Trindade	1
Tupanatinga	3
Venturosa	3
Xexéu	1
TOTAL	597

Imagem 07: Mapa de Municípios de Pernambuco com a presença cigana.



3.7. PIAUÍ

O estado do Piauí possui 224 municípios e, segundo dados do Cadastro Único, foi identificada a presença de comunidades ciganas em 47 deles, totalizando 512 pessoas, distribuídas em 257 famílias.

No processo de mapeamento das localidades a serem visitadas, Lenilson Portela, integrante da equipe, indicou os municípios de Altos e José de Freitas como pontos de partida. Paralelamente, estabeleci diálogo com Maria Assunção Sousa de Aguiar, Superintendente de Promoção da Igualdade Racial e Povos Originários, e com Zenaide Lustosa, Secretária de Mulheres, ambas representantes do Governo do Piauí.

Antes do agendamento das visitas e do deslocamento, eram realizadas conversas prévias com as lideranças locais, nas quais explicávamos os objetivos e a relevância da pesquisa. Em alguns casos, encaminhamos previamente o formulário de perguntas para que as comunidades tivessem conhecimento do conteúdo. A confirmação das viagens sempre esteve condicionada ao consentimento das lideranças em nos receber.

O Governo do Piauí tem buscado, ainda que com dificuldades, dialogar internamente e construir ações voltadas para os povos ciganos. Um dos desafios relatados é justamente a dificuldade de aproximação com essas comunidades.

A história do Piauí também carrega marcas de violência contra os ciganos. Um episódio emblemático foi o massacre ocorrido em 1913, na comunidade cigana de Esperantina. O fato gerou grande comoção e a cova de um menino cigano morto naquele evento tornou-se local de romarias, onde são relatados milagres. A tragédia inspirou, inclusive, a produção de um filme que aborda lendas relacionadas a esse episódio.

Na capital, Teresina, existe um templo dedicado aos ciganos, administrado pelo “juzanga” Emerson Mourão.¹¹

Em 2023, o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB) realizou o I Encontro Nacional sobre os Povos Ciganos do Piauí, voltado à discussão de políticas públicas para a promoção da cidadania cigana.

Durante o levantamento em Piripiri, recebemos o relato de que muitos ciganos deixaram o município em razão do alto índice de violência. Em Esperantina, foi descrita que a comunidade está desorganizada; em Barra, estão em condições de vida precárias; e em Cocal, famílias vivendo sem acesso à energia elétrica. Além disso, tanto em Parnaíba quanto em

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/piaui-de-riquezas/noticia/2021/02/27/comunidades-resistem-e-mantem-viva-a-tradicao-cigana-no-piaui.ghtml> Acesso em 20 de março de 2025.

Cocal, foi constatada a situação de vulnerabilidade das comunidades. Em Parnaíba, especificamente no bairro Santa Luzia — conhecido como “Cidade sem Deus” —, a comunidade cigana enfrenta problemas relacionados ao tráfico e à prostituição.

Segundo Gerson Costa, liderança de Cocal da Telha, os ciganos estão presentes no estado há cerca de 115 anos. Ele relatou ainda que seu tio participou da fundação de Cocal da Telha, que antes era apenas um povoado.

2. Itinerário metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Cassi Coutinho
- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

Municípios visitados:

As atividades de campo ocorreram em novembro de 2024 a janeiro de 2025 com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Cocal da Telha - RN (28/10/2024):** Entrevista com Sr. Gerson da Costa, cigano Calon, residente local.
- **Piripiri - RN (28/10/2024):** Entrevista com Sr Genival Santos Cordeiro, cigano Calon, residente local.
- **José de Freitas - PI (27/10/2024):** Entrevista com Sr Lenilson Rocha Portela, cigana Calon, residente local.
- **Altos - PI (27/10/2024):** Entrevista com Sr^a. Iêda Maria Farias Rocha Fontinelle, cigana Calon, residente local.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo e levantamento de dados públicos e uso de gravações formais.

O deslocamento para Cocal da Telha, Piripiri, José de Freitas e Altos, visto que estava hospedada em Teresina, aconteceu no primeiro dia com o suporte do entrevistado e também membro da nossa equipe Lenilson Portela. No segundo dia, contamos com a articulação do Governo do Estado através da pessoa de Maria Assunção Sousa de Aguiar, Superintendente de Promoção da Igualdade Racial e Povos Originários que me acompanhou na viagem e articulou com os ciganos as visitas.

3. Mapa da presença cigana no estado de Piauí

Altos – PI

- **Famílias localizadas:** 5 famílias .
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 2 famílias.
- **Origem:** Maranhão.
- **Situação:** Sedentarização consolidada.

Cocal da Telha - PI

- **Famílias localizadas:** 100 pessoas ciganas (264 pessoas ciganas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 29 famílias.
- **Origem:** Sobral/CE.
- **Situação:** Sedentarização consolidada. Comunidade estabelecida há 70 anos na cidade.

José de Freitas - PI

- **Famílias localizadas:** 30 famílias (200 pessoas)
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 1 famílias.
- **Origem:** Sobral/CE e Maranhão
- **Situação:** Sedentarização consolidada, com registros de vulnerabilidade social. Comunidade estabelecida há x anos na cidade.

Piripiri – PI

- **Famílias localizadas:** 2 famílias.
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 19 famílias.

- **Origem:** Minas Gerais.
- **Situação:** Sedentarização consolidada.

Outras localidades citadas por lideranças (sem pesquisa direta):

- **Barra, Castelo do Piauí, Campo Maior, Cocal, Corrente, Demerval Lobão, Picos, Esperantina, Largo Alegre, Teresina, Parnaíba.**

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- O preconceito já foi maior, mas hoje acontece de maneira discreta, especialmente devido às condições sociais e econômicas do grupo. Isso não significa dizer que nos outros municípios a discriminação não exista, mas ficou claro que quanto mais informação e formação menor é os casos de discriminação e preconceito.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, música, quiromancia, artesanato e agricultura.
- Algumas pessoas possuem o Programa Bolsa Família e BPC/INSS.
- Em José de Freitas existem ciganos no funcionalismo público, dentre outras em profissões como: dentista, professora, construção civil, açougue. Em Altos a entrevistada é professora aposentada. E em Cocal da Telha e Piripiri temos vereadores ciganos.
- Algumas ciganas praticam a quiromancia/leitura das mãos/drabe, outras vendem pano de prato.

4.3 Moradia e infraestrutura

- As casas são de alvenaria, há infra-estrutura básica, como esgoto, água potável, eletricidade e internet. As ruas são asfaltadas e na sua grande maioria existe a concentração de ciganos nas mesmas ruas ou bairros.
- Piripiri: quase todos os bairros têm famílias ciganas e o bairro de Prado é apontado como o que possui o maior número de ciganos.

4.4 Preservação das tradições

- A comunidade mantém algumas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos arranjados (em algumas comunidades), batizados, dança e música, porém a comunidade de Piripiri foi apontada como o único que segue as tradições com rigorosidade.
- Em Piripiri informaram que usam a indumentária somente em momentos de festa.
- Os casamentos costumam ocorrer cedo, por volta dos 13 ou 14 anos, e em alguns casos acontecem casamentos entre ciganos e não ciganos. Aqueles que quiserem podem continuar estudando.
- Em Cocal da Telha celebram o Dia Nacional dos Povos Ciganos.
- Muitos ciganos são evangélicos e católicos.

4.5 Políticas públicas específicas

- Não há políticas públicas integradas para ciganos.
- Alguns ciganos de Cocal da Telha foram contemplados nos Editais da Lei Paulo Gustavo – LPG.

4.6 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito, pela tradição e dificuldades com conciliar com o trabalho necessário para a sobrevivência.
- José de Freitas: três pessoas na universidade; Em Cocal da Telha existem ciganos nas universidades.
- José de Freitas: relatou sobre a preocupação dos mais velhos com a educação e de como isso fez diferença na formação da sua geração.
- Dentre as dificuldades e desafios referentes à permanência no ambiente escolar formal estão o preconceito e a necessidade de contribuir para o sustento da casa. Isso faz com que muitos precisem abandonar a escola para ajudar no sustento da família, não concluindo o ensino médio ou superior.
- As crianças ciganas frequentam a escola pública. Aqueles que podem pagar as colocam em escolas particulares.

4.7 Saúde

- Acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS) com visitas de agentes e assistentes sociais, mas falta acompanhamento especializado.
- Em Piripiri existem pessoas e crianças com autismo, surdez e deficiência física.

4.8 Organização comunitária

- As comunidades de Altos e José de Freitas não possuem uma associação ou organização formal que represente seus interesses, o que dificulta a articulação para reivindicar direitos e políticas públicas específicas. A comunidade de Cocal da Telha está providenciando a organização e a comunidade de Piripiri possui associação constituída (Associação dos Ciganos de Piripiri – ACIPI).
- Piripiri, Picos e Cocal da Telha elegeram vereadores. Em Piripiri o Genival já havia sido vereador e nestas últimas eleições elegeu o filho Sony Anderson. Em Cocal da Telha o Gerson Costa foi eleito para o 3º mandato e pretende propor o Dia Municipal dos Povos Ciganos.

4.9 Rotas e mobilidade

- Os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

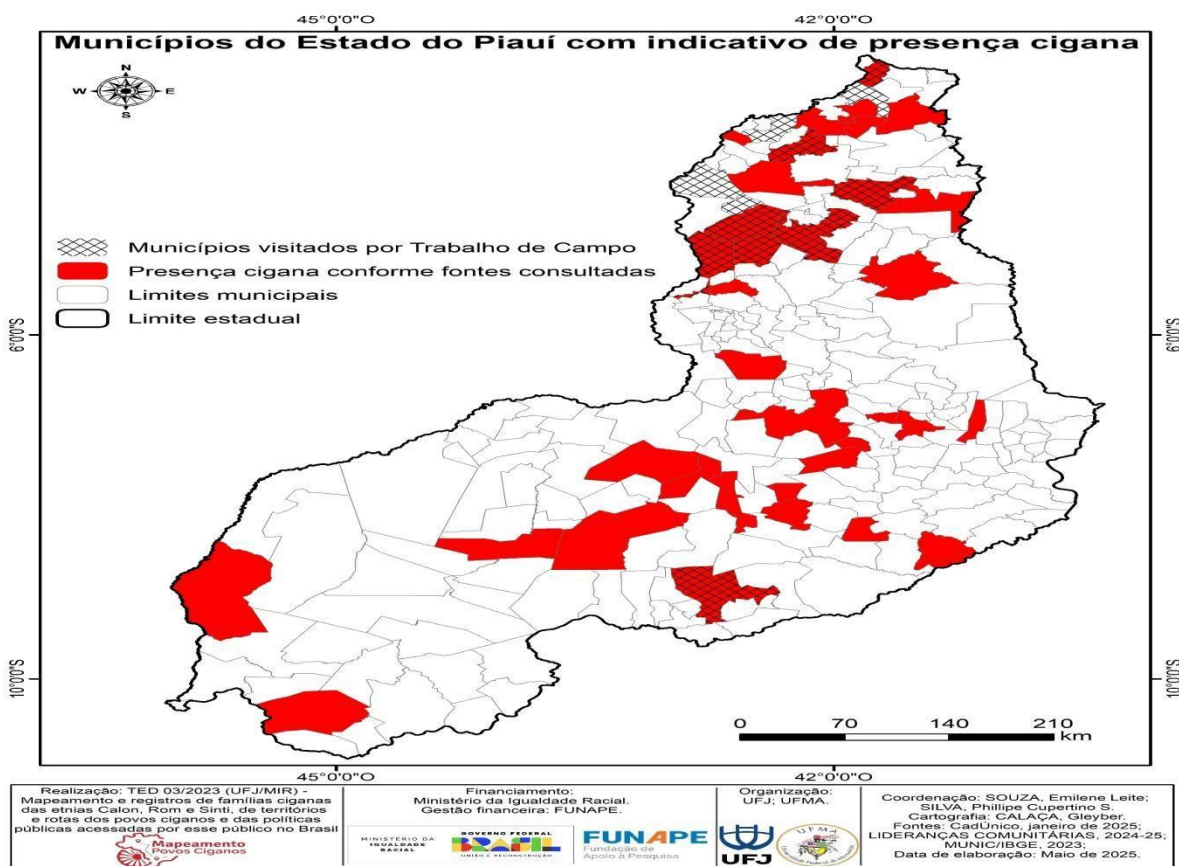
Tabela 08: Municípios do Piauí com a presença de ciganos.¹²

¹² Ibidem

Município	Nº de famílias ciganas
Altos	2
Alvorada do Gurgueia	13
Amarante	1
Barras	5
Batalha	1
Bom Jesus	1
Bom Princípio do Piauí	1
Buriti dos Lopes	2
Campo Alegre do Fidalgo	4
Campo Maior	5
Canto do Buriti	24
Carúbas do Piauí	1
Castelo do Piauí	7
Caxingó	2
Cocal	2
Cocal de Telha	30
Coivaras	1
Colônia do Piauí	1
Corrente	2
Demerval Lobão	4
Dom Expedito Lopes	2
Esperantina	3
Flores do Piauí	1
Francisco Santos	1
Itaueira	1
Joaquim Pires	4
Lagoa Alegre	1
Luzilândia	2
Matias Olímpio	1
Nossa Senhora de Nazaré	1
Oeiras	3
Paes Landim	14
Parnaíba	7
Pedro II	1
Pedro Laurentino	1
Picos	56
Piripiri	4
Queimada Nova	3
Regeneração	6
Ribeira do Piauí	9
Santa Filomena	4
Santo Inácio do Piauí	8
São Julião	1
São Miguel do Fidalgo	1
São Pedro do Piauí	1
São Raimundo Nonato	3
Teresina	7
Wall Ferraz	1
TOTAL	256

Observação: Os dados cadastrados na CECAD divergem dos dados da entrevista, o que demonstra que o número de ciganos é muito maior do que o relatado pelo entrevistado.

Imagem 08: Mapa de Municípios do Piauí com a presença cigana.



3.8. RIO GRANDE DO NORTE

O estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios e conforme informações do Cadastro Único foram identificadas a presença dos ciganos em 44 municípios do Estado, totalizando 786 pessoas ciganas em um total de 457 famílias.

No processo de mapeamento das comunidades a serem visitadas conversei com Ludjânio Rogério da Silva, militante dos movimentos sociais e movimento negro do Rio Grande do Norte, que realizava trabalhos e pesquisa com algumas comunidades ciganas do estado. Ele me colocou em contato com Giselda Maria Sacramento, Coordenadora de Políticas da Igualdade Racial da COEPPIR da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial.

Diferente dos outros estados à articulação para a realização das visitas aconteceu a partir da articulação do governo. Diante disto, a coordenadora se responsabilizou em costurar com os

ciganos uma conversa. Desta forma, me convidou para participar da posse do Conselho Estadual de Igualdade Racial – CONSEPPIR que aconteceria no dia 29 de novembro de 2024. Segundo ela, neste momento, conversaríamos com os conselheiros, representantes dos povos ciganos.

Esta estratégia não deu certo. O evento atrasou e ao finalizar, não consegui conversar com os ciganos que por morarem distante da capital (municípios de Equador e Serra Negra do Norte), precisavam ir embora.

Para não perder a viagem e garantir a visita às famílias locais, articulei com figuras do cenário político potiguar que possibilitaram a visita as comunidades dos municípios de Tangará e Serra Caiada.

Na conversa com a Coordenadora fui informada sobre as dificuldades de diálogo com os ciganos do estado por causa de tensões envolvendo os Rons e Calons. Segundo a gestora, os Calons do Rio Grande do Norte não reconheciam os Rons e nem os Calons que não eram do estado e haviam migrado para lá. Isto teria dificultado o mapeamento que estava sendo realizado pelo estado no ano de 2023. Este mapeamento (diagnóstico) subsidiaria o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, mas acabou como um problema a ser resolvido junto ao Ministério Público do Estado. Sendo assim, as informações existentes sobre os ciganos no Diagnóstico situacional e socioterritorial para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial são bastante superficiais, tendo destaque à planilha que apresenta os problemas e demandas levantados pela comunidade.¹³

A gestora também informou que houve a tentativa de transferir os ciganos de Tangará, que ocupam uma via pública, para outro bairro, mas eles não aceitaram, pois queriam que as casas fossem construídas no local que ocupam atualmente. Veremos posteriormente, que as conversas não avançaram e os ciganos de Tangará continuam acampados no mesmo local.

Segundo o texto de Lisabete Coradini e Virginia de Araújo Souza pesquisas realizadas no estado apontavam a presença cigana em doze municípios: “*Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Serra Caiada, Tangará, Currais Novos, Cruzeta, Florânia, São Vicente, Caicó, São Rafael e Apodi*”. Entre as instituições de pesquisa estão: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Pastoral dos Nômades e a União Cigana do Rio

¹³Relatório da Pesquisa para o Diagnóstico Situacional e Socioterritorial para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Mossoró – RN. Jan, 2024.

Grande do Norte – UCIRN.¹⁴ A pesquisa também apontou a situação precária que vivia alguns ciganos

Os ciganos Calons no RN são moradores de áreas demarcadas pela linha de pobreza e geralmente marginalizada, sem saneamento básico e assistência à saúde, apresentam baixos índices de escolaridade, sentem a carência de documentação completa e não possuem vínculo empregatício, convivendo à margem de grupos sociais estabelecidos em um mundo de cultura de consumo que explora e marginaliza quem é destituído de riquezas.¹⁵

Neste trabalho as autoras também fazem referências à parceria entre a Pastoral dos Nômades e a Secretaria Estadual de Educação que no ano de 2007 garantiu: “*a inclusão dos ciganos na escola e o direito à educação a todos os ciganos no Rio Grande do Norte*”¹⁶. Além de pontuarem que dois ciganos do estado foram premiados no Prêmio João Torres, no ano de 2010.

Outro ponto importante tratado no texto é a visibilidade que os ciganos passaram a ter no estado depois da criação da associação chamada de União Cigana do Rio Grande do Norte (UCIRN) no ano de 2011. Demonstrando o quanto a organização das lideranças em torno de uma associação fortalece as suas lutas.

Na esfera do governo, recentemente, os editais da Secretária de Cultura do Estado tiveram 18 (dezoito) vagas com cotas reservadas para os povos ciganos e depois de uma grande articulação com os grupos as vagas foram preenchidas com ciganos do estado. Além disto, a Secretária de Saúde do Estado construiu dois documentos orientadores para que os municípios realizem formação para os técnicos com o objetivo de garantir um melhor atendimento para os povos ciganos. E a Secretaria de Educação desenvolve um projeto de alfabetização de jovens e adultos em duas turmas nos municípios de Equador e Cruzeta, e pretendem até meados de 2025 abrir turmas em outros municípios.

Na conversa realizada virtualmente os conselheiros de promoção da igualdade racial fizeram críticas as cestas básicas distribuídas para os ciganos. Segundo eles não houve um diálogo com os representantes e isso gerou um desequilíbrio na entrega beneficiando uns grupos em detrimento de outros. Eles citaram como exemplo a comunidade de Tangará que possui 40 (quarenta) pessoas em condições de vulnerabilidade alimentar e somente 17 (dezessete) receberam cestas.

¹⁴ CORADINI, Lisabete; SOUZA, Virgínia de Araújo – Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 205-229.

¹⁵Idem, p. 215.

¹⁶Idem, p. 216.

Contextualização geográfica

Município de Serra Caiada - RN (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Rio Grande do Norte

Região: Nordeste do Brasil

Área Territorial: 167,348 km² (IBGE, 2024)

Clima: Semiárido

População Estimada: 11.146 habitantes (IBGE, 2024)

Densidade Demográfica (2022): 66,6hab/km²

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,563

Economia:

PIB (2021): R\$ 109,307,65 mil

PIB percapita:R\$ 10.267,49 (IBGE/2021)

Município de Tangará- RN (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Rio Grande do Norte

Região: Nordeste do Brasil

Área Territorial: 339,484 km² (IBGE, 2024)

Clima: Semiárido

População Estimada: 13.602 habitantes (IBGE, 2024)

Densidade Demográfica (2022): 40,1hab/km²

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,608

Economia:

PIB (2021): R\$ 201.785,04 mil

PIB per capita: R\$12.605,26

Município de Serra Negra do Norte- RN (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Rio Grande do Norte (RN)

Região: Nordeste do Brasil

Microrregião: Serra da Santana

Área Territorial: 562,396 km²

Altitude: 199 m

Clima: Semiárido

População Estimada: 7.801 habitantes (IBGE, 2024)

Densidade Demográfica (2022): 13,9hab/km²

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,597

Economia:

PIB: R\$ 118.875,62 mil (IBGE/2021)

PIB percapita:R\$ 14.666,95 (IBGE/2021)

Município de Equador- RN (Conforme Dados do IBGE)**Localização e Geografia:****Estado:** Rio Grande do Norte**Região:** Nordeste do Brasil**Microrregião:** Seridó Oriental**Área Territorial:** 264,985km² (IBGE, 2024)**Clima:** Semiárido**População Estimada:** 5.476 habitantes (IBGE, 2024)**Densidade Demográfica (2022):** 20,7hab/km²**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010):** 0,623**Economia:****PIB (2021):** R\$ 81.977,14 mil**PIB percapita:**R\$ 13.518,66 (IBGE/2021)**Município de Florânia- RN (Conforme Dados do IBGE)****Localização e Geografia:****Estado:** Rio Grande do Norte**Região:** Nordeste do Brasil**Microrregião:** Serra de Santana**Área Territorial:** 508km² (IBGE, 2024)**Clima:** Semiárido**População Estimada:** 10.528 habitantes (IBGE, 2024)**Densidade Demográfica (2022):** 20,7hab/km²**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010):** 0,642**Economia:****PIB (2021):** R\$ 120.493,29 mil**PIB percapita:**R\$ 12.330,46 (IBGE/2021)**Município de Cruzeta - RN (Conforme Dados do IBGE)****Localização e Geografia:****Estado:** Rio Grande do Norte**Região:** Nordeste do Brasil**Microrregião:** Serra de Santana**Área Territorial:** 295,830km² (IBGE, 2024)**Clima:** Semiárido**População Estimada:** 8.238 habitantes (IBGE, 2024)**Densidade Demográfica (2022):** 27,8hab/km²**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010):** 0,654**Economia:****PIB (2021):** R\$ 123.142,25 mil**PIB percapita:** R\$ 15.454,60 (IBGE/2021)

2. Itinerário metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Cassi Coutinho
- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

Municípios visitados:

As atividades de campo ocorreram em novembro de 2024 a janeiro de 2025 com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Serra Caiada – RN (30/11/2024):** Entrevista com Sr. Antônio Francisco F. Soares (Antônio Calon), cigano Calon, residente local.
- **Tangará – RN (30/11/2024):** Entrevista com Sr^a Raquel Soares, cigana Calon, residente local.
- **Cruzeta – RN (15/01/2025):** Entrevista com Sr. Jordan Soares, cigano Calon, residente local.
- **Equador – RN (15/01/2025):** Entrevista com Sr^a Verônica Soares (conselheira Titular CONSEPPPIR), cigana Calon, residente local.
- **Florânia – RN (15/01/2025):** Entrevista com Sr. Luan Targino, cigano Calon, residente local.
- **Serra Negra do Norte – RN (15/01/2025):** Entrevista com Sr. Anderson Vicente Targino (conselheiro suplente CONSEPPPIR), cigano Calon, residente local.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo e levantamento de dados públicos, sem uso de gravações formais. Foram feitas entrevistas virtuais com cinco dos ciganos. Apenas três deles enviaram, posteriormente, o formulário de campo preenchido, fotos da família e o Termo de autorização do uso da imagem. Apesar de ter participado da conversa e trazido algumas informações importantes sobre sua comunidade, Jordan da comunidade de Cruzeta não nos reenviou o formulário.

O deslocamento para Serra Caiada e Tangará, visto que estava hospedada em Natal, aconteceu devido à articulação de Ludjânio Rogério da Silva, Adler Barros, representante estadual do Ministério da Cultura no Rio Grande do Norte e Maria do Carmo da Silva Medeiros, conselheira do Conselho Estadual de Igualdade Racial - CONSEPPPIR que me acompanharam na viagem e articularam com os ciganos para que as visitas acontecessem.

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- **Serra Caiada:** a comunidade cigana sofre discriminação e preconceito. A Prefeitura nunca beneficiou os ciganos.
- **Tangará** - a comunidade cigana não sofre discriminação e preconceito por parte dos vizinhos, mas observam que existem dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal. Os jovens estão desempregados, apesar de deixarem os currículos em busca de emprego.
- **Serra Negra do Norte e Florânia** - sofrem discriminação e preconceito, além da marginalização. Ressaltam que as coberturas jornalísticas são discriminatórias.
- **Equador** - o Prefeito não se preocupa com os ciganos. Relata que a mulher do vice-prefeito é secretária do CRAS e que o preconceito contra os ciganos permanece grande.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, música, quiromancia, artesanato e agricultura. Oportunidades de trabalho são escassas.
- Em ambos os municípios, o Programa Bolsa Família é fonte relevante de sustento, Além do BPC/INSS
- Casos pontuais de inserção em cargos públicos ou formais (ex: Serra Caiada, cigano motorista terceirizado, Serra Negra do Norte, celetistas, Florânia, servidores público).
- Ciganas viajam para praticar a quiromancia/leitura das mãos/drabe, além de vender artesanato e crochê.

4.3 Moradia e infraestrutura

- As casas são de alvenaria, há infra-estrutura básica, como esgoto, água potável, eletricidade e internet. As ruas são asfaltadas e na sua grande maioria existe a concentração de ciganos nas mesmas ruas.
- As comunidades de **Serra Caiada** e **Serra Negra do Norte** vivem em casas alugadas com infra-estrutura básica, esgoto e água potável. Em Serra Negra do Norte observaram que os altos custos de aluguel fazem com que algumas famílias construam nos mesmos terrenos.

- Muitos ciganos têm a posse das terras, mas não possuem escritura.
- **Tanguará** - O local foi ocupado pelos ciganos que vivem a 23 anos neste local. Vivem nesse bairro quatro famílias que moram em casa alugada de alvenaria, os demais moram nas sete barracas montadas na frente dessas casas. As barracas são improvisadas com paus, lonas e sacos plásticos pretos. Eles possuem água encanada e iluminação (puxada pela Prefeitura), mas isso não impede que o local fique bem escuro à noite. Não tem esgotamento sanitário (utilizam o mato para suas necessidades básicas) e nem coleta de lixo. Possuem internet de banda larga e dados móveis. O esgoto corre a céu aberto no meio, entre uma barraca e outra. E, apesar de estarem localizadas na zona urbana as barracas ficam num terreno cedido pela Prefeitura, no final de uma rua do bairro que não é asfaltada e que fica de frente para um matagal. Segundo um dos moradores todas as ruas do bairro foram asfaltadas, menos a deles. Mesmo vivendo nesta precariedade eles reclamam que recebem o carnê do IPTU todos os anos. O Estado queria dar para eles casas no bairro Acude do Bubu, mas eles não se sentiram seguros em ir para aquele bairro e não aceitaram.

4.4 Preservação das tradições

- A comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos, batizados, dança e música.
- Os casamentos costumam ocorrer cedo, por volta dos 13 ou 14 anos, e em alguns casos acontecem casamentos entre ciganos e não ciganos.
- Não celebram o Dia Nacional dos Povos Ciganos ou festas de padroeiras ao invés disso realizam uma festa no dia 24 de dezembro..
- A maioria da comunidade é evangélica, mas em Serra Caiada eles informaram que não possui religião. Em Serra Negra do Norte, além de evangélicos, existem ciganos católicos e na umbanda.

4.5 Políticas públicas específicas

- Não há políticas públicas integradas para ciganos.
- **Tanguará:** enfrentam dificuldades para acessar documentos de identificação. Foram contemplados, recentemente, com recursos dos Editais da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo.

- **Tanguará:** Denuncia a maneira violenta que a polícia entra na comunidade agindo de maneira violenta e agressiva com os moradores.
- **Serra Negra do Norte** - Participação da comunidade nos cursos de formação para gestores públicos, com foco na capacitação de líderes comunitários e gestores locais para que possam aplicar de forma correta e eficiente as políticas públicas voltadas aos povos ciganos. Presença da Caravana Brasil Cigano na comunidade, permitindo que as demandas sejam ouvidas e devidamente consideradas na formulação de políticas públicas que respondam às nossas necessidades locais.
- Relatos de Serra Negra do Norte e Serra Caiada apontaram que Carla causou problemas para os ciganos nos editais da LPG o que ocasionou na retirada das cotas para ciganos nos editais.
- **Serra Negra do Norte:** Necessidade de uma formação para os agentes do CADÚNICO para que sejam treinados a perguntar se as pessoas são ciganas.
- **Serra Negra do Norte:** Os ciganos acessaram 18 prêmios no último edital e no anterior acessaram 30 prêmios.

4.6 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito e também pela tradição.
- **Tanguará** - As crianças ciganas frequentam a escola pública. Dois ciganos estão no Ensino técnico-profissionalizante e um está cursando o ensino superior (graduação). Os mais velhos são analfabetos (não sabem ler, nem escrever), os mais novos sabem, com exceção de um menino com mais ou menos 13 anos que não aprendeu a ler e nem escrever. Este caso expõe a incapacidade da escola de lidar com uma situação especial e suas especificidades. No imaginário do grupo o menino é “burro” e ele mesmo chegou a me dizer isto. Eu o corrigir diversas vezes dizendo que o problema não estava nele, mas na escola que não conseguia pensar em outros métodos de ensino que garantisse para ele o aprendizado. Ele já havia repetido a mesma série três vezes, mas não conseguia absorver o que era ensinado na aula e mesmo assim a escola não propôs uma solução que garantisse para ele aprender o conteúdo de outra forma.
- **Serra Negra do Norte** - As crianças ciganas frequentam a escola pública, estando 38 (trinta e oito) no Ensino Infantil, 31 (trinta e um) no Ensino Básico, 4 (quatro) no Ensino técnico-profissionalizante (sendo os mais acessados enfermagem, têxtil e vestuário).

Duas pessoas estão cursando o ensino superior privado (graduação). Os cursos superiores mais procurados são Direito e Nutrição. Na comunidade 1 (uma) pessoa está cursando a pós-graduação em uma instituição pública (curso Direito civil e Penal), 1 (uma) cursando o mestrado no curso em Antropologia Social numa instituição pública. Eles acessam FIES e PROUNI.

- **Serra Negra do Norte** - Dentre as dificuldades e desafios referentes à permanência no ambiente escolar formal estão o preconceito e a necessidade de contribuir para o sustento da casa. Isso faz com que muitos precisem abandonar a escola para ajudar no sustento da família, não concluindo o ensino médio ou superior. O entrevistado acessou a UFRN através das cotas para ciganos. Ele é o único cigano do Rio Grande do Norte cursando o mestrado.
- **Ecuador** - As crianças ciganas freqüentam a escola pública. Não existe registro de pessoas no Ensino técnico-profissionalizante ou cursando o ensino superior.
- **Florânia:** As crianças ciganas frequentam a escola pública. Sendo 13 no Ensino Infantil, 10 no Ensino Básico, 2 no Ensino técnico-profissionalizante (segurança do trabalho), 4 pessoas estão cursando o ensino superior público e privado (graduação), os cursos mais procurados são Ciências Econômicas, Pedagogia, Matemática e Educação Física. Uma pessoa está cursando a pós-graduação em auditoria e controladoria.

4.7 Saúde

- Acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS) com visitas de agentes e assistentes sociais, mas falta acompanhamento especializado.
- **Serra Caiada** - Não recebem visitas de agentes de saúde e dificilmente dos agentes de controle de endemia.. Os serviços mais utilizados são clínico geral, dentista e psiquiatra. Relatou que os ciganos tomam muito remédio controlado. E que as mulheres enfrentam a dificuldade do atendimento no posto ser realizada por homens.
- **Serra Caiada** - Informou que tem duas crianças com problemas na comunidade, uma delas é seu filho que foi diagnosticado com esquizofrenia quando tinha 12 anos. À medida que ele vai crescendo, fica mais agressivo o que exige que ele o acorrente em casa, mesmo sofrendo críticas com essa atitude. O quadro do filho piora quando ele não toma os remédios e foge passando dois a três dias desaparecido. Depois ele fica sabendo que ele esteve na pista e que tocou fogo em coisas e por isso retorna machucado. O Sr. Antonio relatou que o medo do filho ser morto o leva a medida extrema de acorrentá-

lo. Os gastos com remédio para o filho são altos. Não possuem acompanhamento da assistência social.

- **Tanguará** - A comunidade tem acesso básico à saúde, com visitas esporádicas de agentes de saúde (tem cinco meses que não aparecem) e nem recebem agentes de saúde de endemia.
- **Tanguará** - A entrevistada denunciou que devido ao preconceito precisam contar com a boa vontade dos agentes de saúde para serem atendidos. E complementa, que uma senhora da comunidade realizou uma cirurgia para retirada de um tumor da cabeça, mas devido a um erro médico teve suas cordas vocais atingidas comprometendo sua fala. Observou que muitos ciganos recebem BPC por problemas de saúde, que muita gente toma remédio controlado e possui pressão alta. Além disto, existem 4 a 5 crianças com autismo.
- **Serra Negra do Norte** - A comunidade tem acesso básico à saúde, com visitas de agentes de saúde e agentes de saúde de endemia. O entrevistado relatou que as buscas mais frequentes são para tratamento dos rins, coração e intestino. Ele acredita que a falta de incentivo faz com que os ciganos procurem pouco o atendimento dos postos de saúde.
- **Equador** - A comunidade tem acesso básico à saúde, sem visitas de agentes de saúde e agentes de saúde de endemia. A entrevistada relatou que as buscas mais frequentes são para atendimento no cardiologista. Os desafios e dificuldades estão associados a falta de profissionalismo dos médicos e indisponibilidade de vagas para atendimento.
- **Florânia:** A comunidade tem acesso básico à saúde, com visitas de agentes de saúde e agentes de saúde de endemia. O entrevistado relatou que as buscas mais frequentes são para psicólogo, dermatologista, ortopedista, cardiologista e neurologista. Ele acredita que os ciganos não buscam muito os serviços.

4.8 Falta de políticas públicas específicas

- **Serra Caiada** – Recentemente houve um mutirão que garantiu que os ciganos tirassem seus documentos.
- **Serra Negra do Norte** - Participação da comunidade nos cursos de formação para gestores públicos, com foco na capacitação de líderes comunitários e gestores locais para que possam aplicar de forma correta e eficiente as políticas públicas voltadas aos povos ciganos.

- **Equador** - Registrou a inexistência de políticas específicas para a população cigana. E informou que os ciganos acessam o Programa Bolsa Família e o Auxílio gás.

4.9 Organização política e representação

- As comunidades não possuem uma associação ou organização formal que represente seus interesses, o que dificulta a articulação para reivindicar direitos e políticas públicas específicas.
- Os ciganos de Equador e Serra Negra do Norte são Conselheiros de Promoção da Igualdade Racial.
- **Serra Caiada** - O entrevistado relatou que antes ele era uma liderança estadual e tinha uma atuação política, contando com a ajuda de não ciganos (Fernandão, Flavio José, Do Carmo). Articulava e garantia ajuda para as comunidades menores, juntamente com Fernando Calon (que não era cigano, mas era considerado devido à convivência de 10 anos com os ciganos). Juntos, eles conseguiram 63 casas para os ciganos de Tangará, que foram perdidas.
- Foi o primeiro cigano a procurar o Ministério Público e pedi escolas para os ciganos no estado. Ganhou o Prêmio de Culturas Ciganas do MINC. Porém com a chegada de Carla Lemos as coisas mudaram. Ela começou a espalhar que ele estava roubando os ciganos e que o prêmio deveria ser dividido entre todos os ciganos, sendo que se tratava de um prêmio particular. Isso fez os ciganos questionarem o governo sobre o dinheiro do Prêmio e reforçar a desconfiança na relação com o estado. Isto gerou confusão e ela desarticulou o grupo. Membros da sua família pararam de falar com ele, inclusive seu irmão. Em paralelo, ela que possui contatos na universidade, começou a prometer benefícios para os ciganos e boicotar a ajuda de pessoas que não estivessem ligadas a ela. Fernando e Alcides se afastaram. Ela queimou a imagem do entrevistado nas comunidades de Apodi e Macaíba.
- Segundo ele, antes dela chegar os ciganos era unidos. Atualmente, o estado está tendo dificuldades de dialogar com os ciganos por causa dela, que tem desestruturado famílias. Ela tem problemas com muitos ciganos, especialmente por somente garantir benefícios para a comunidade de Macaíba. Ela atrapalhou o mapeamento dos ciganos no Rio Grande do Norte, jogando todos contra o Omar Ivanovich e o Antônio Calon. Proibiu a entrada de ciganos que não eram indicados por ela.
- **Florânia** – entrevistado faz parte do Conselho Municipal de Saúde.

4.9 Rotas e mobilidade

- Os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

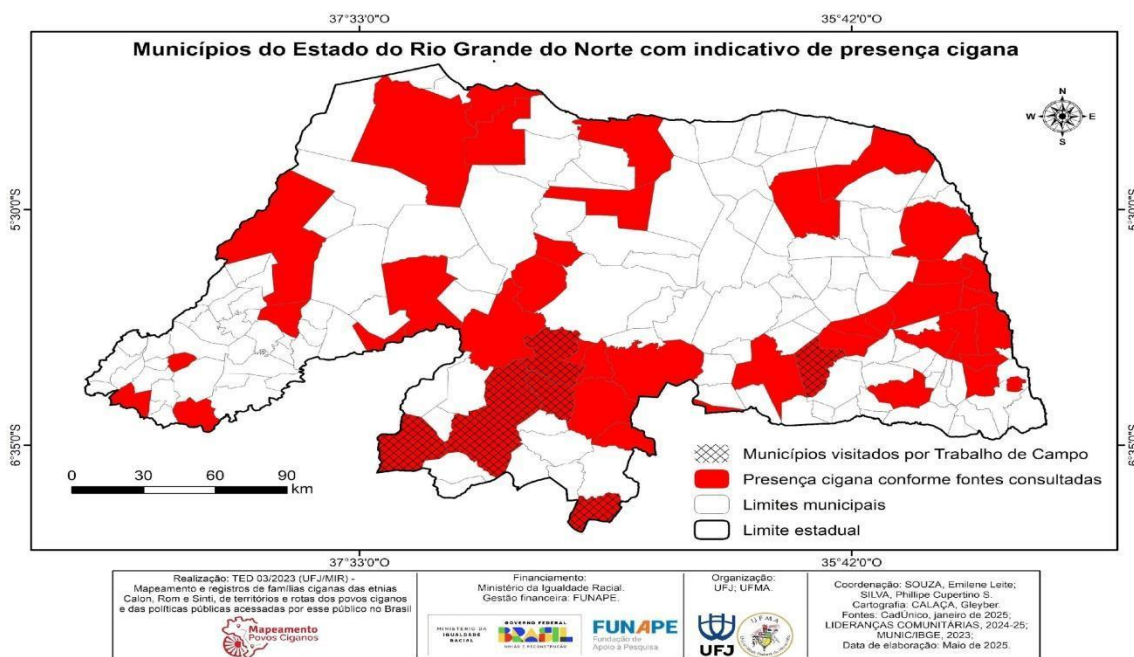
Tabela 09: Municípios do Rio Grande do Norte com a presença de ciganos.¹⁷

Município	Nº de famílias ciganas
Acari	3
Afonso Bezerra	2
Apodi	58
Arês	2
Bom Jesus	6
Caicó	4
Carnaúba dos Dantas	2
Ceará-Mirim	2
Cruzeta	31
Currais Novos	18
Equador	16
Extremoz	1
Floreânia	10
Goiânia	9
Ilmo Marinho	2
Itajá	3
Jaçanã	1
João Câmara	3
Jucurutu	6
Luis Gomes	7
Macuiba	35
Macau	9
Messias Targino	9
Monte Alegre	2
Mossoró	1
Natal	7
Nísia Floresta	1
Parnamirim	15
Presidente Juscelino	9
Rafael Fernandes	8
Santa Cruz	9
Santa Maria	1
Santo Antônio	7
São Gonçalo do Amarante	10
São José de Mipibu	1
São Rafael	1
São Vicente	61
Senador Elói de Souza	2
Serra do Mel	1
Serra Negra do Norte	3
Tangará	68
Tenente Laurentino Cruz	2
Touros	1
Umarizal	1
Vila Flor	2
TOTAL	452

Observação: Os dados cadastrados na CECAD divergem dos dados da entrevista, o que demonstra que o número de ciganos é muito maior do que o relatado pelo entrevistado.

¹⁷ Ibidem

Imagem 09: Mapa de Municípios do Rio Grande do Norte com a presença cigana.



3.9. SERGIPE

O estado de Sergipe possui 75 municípios e segundo informações do Cadastro Único foram identificadas a presença dos ciganos em 35 municípios do Estado, totalizando 1310 pessoas ciganas. No artigo intitulado *Processos de Desumanização dos Ciganos em Sergipe*¹⁸, os autores Mayara dos Santos e Marcus Lima falam sobre as características negativas e o processo de preconceito e perseguição aos ciganos que residem nos municípios de Japoatã, Umbaúba e São Cristóvão. Enquanto a dissertação de mestrado de Josefa Nascimento vai discutir os costumes e à língua cigana a partir da perspectiva da manutenção e resistência cultural através da tradição oral mantida pelos ciganos do município de Itabaianinha.¹⁹

No processo de mapeamento das comunidades a serem visitadas a liderança cigana José Wilamis Alves, membro da nossa equipe, indicou o município de Capela, porém não conseguimos estabelecer contato com a liderança deste município. Desta forma, após alguns diálogos realizamos a pesquisa no município de Nossa Senhora do Socorro, onde o entrevistado

¹⁸SANTOS, Mayara Rodrigues dos e LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Processos de Desumanização dos Ciganos em Sergipe**. In: Clínica & Cultura. v. I, n. I, ago-dez 2012, p. 83-95. Disponível em: clinicaecultura,+C&C2012209.pdf.

¹⁹ NASCIMENTO, Josefa Feliz do. **Os costumes como fontes das políticas e dos direitos linguísticos em uma comunidade cigana de Itabaianinha-SE**. 2021. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

fez referência a existência de ciganos no município de Boquim, Capela, Itaporanga d’Ajuda, São Cristóvão, Umbaúba e Lagarto.

O Governo de Sergipe, segundo matéria publicada em junho de 2019²⁰, planejava através da Diretoria de Inclusão e Direitos Humanos (DIDH) e Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS) realizar um mapeamento dos povos ciganos no estado tendo como base as informações da divulgada pela pesquisa do IBGE²¹, que apontou a existência de 9 acampamentos ciganos no estado de Sergipe. Para tal, o governo iniciou no ano de 2021 diálogos com o Instituto Cigano do Brasil (ICB), e apesar da SEIAS ter iniciado levantamento das famílias ciganas de Umbaúba, o mapeamento não avançou no Estado²².

Em 2022, foi lançada a Primeira Coletânea Cultural do Povo Cigano de Sergipe, como parte das comemorações pelo Dia Estadual da Etnia Cigana em Sergipe, instituído pela Lei nº 8.881/2021, uma iniciativa do deputado estadual Iran Barbosa, do PSOL.²³ Este evento reuniu ciganos e não ciganos que discutiram a necessidade de dar mais visibilidade aos ciganos do estado com o objetivo de dirimir a discriminação e preconceito sofrido pelo grupo.

Recentemente, em março de 2025, aconteceu o I Encontro Estadual de Saúde Integral dos Povos Ciganos com o objetivo de promover um cuidado de saúde inclusivo aos povos ciganos. A atividade reuniu lideranças das comunidades ciganas, profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), agentes comunitários, gestores e profissionais de políticas públicas de saúde. A coordenadora estadual dos povos ciganos, Valda Cigana Ganesha ressaltou a necessidade de se pensar em políticas inclusivas e específicas para os povos ciganos, não somente na saúde, mas também na educação, áreas trabalhista e social²⁴.

Conforme dados coletados para o presente trabalho, os antepassados dos calons da comunidade cigana de Nossa Senhora do Socorro – SE, andavam de comboio de animais e tinham como rota os municípios de Camaçari, Esplanada, Entre Rios na Bahia e Maceió em Alagoas. Há mais de 40/50 anos migraram de Alagoas e Bahia para Sergipe. Inicialmente viviam acampados no município de Lagarto/SE, mas em 2007 mudaram para Nossa Senhora

²⁰ Governo planeja mapeamento de terreiros e comunidades tradicionais existentes em Sergipe. Disponível em: [Governo de Sergipe](#). Acesso em 01 de dezembro de 2024.

²¹ Fonte: Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Tabela 174, in: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

²² Secretaria de Inclusão e Instituto Cigano do Brasil alinham estratégias para o mapeamento das comunidades ciganas. Disponível em: [Governo de Sergipe](#). Acesso em 01 de dezembro de 2024.

²³ Povo Cigano de Sergipe celebra o seu dia com coletânea cultural. Disponível: [Povo Cigano de Sergipe celebra o seu dia com Coletânea Cultural | IRAN BARBOSA - VEREADOR :: ARACAJU - PSOL](#). Acesso em 01 de dezembro de 2024.

²⁴ SES promove o I Encontro Estadual de Saúde Integral dos Povos Ciganos. Disponível em: [Governo de Sergipe](#). Acesso em: 22 de março de 2025.

do Socorro, devido a possibilidade de construção de casas para moradia fixa. O líder do grupo era o Sr. Abel, mas com a sua morte quem assumiu foi o filho mais velho, José Welber, que passou a ser a liderança dos ciganos de Nossa Senhora do Socorro. Segundo o entrevistado, existe uma média de 50 ciganos distribuídos entre 4 famílias vivendo hoje em Nossa Senhora do Socorro, uma média de 25 a 30 ciganos da mesma família vivendo no município de Itaporanga d'Ajuda, uns 30 ciganos em Capela e ele não soube informar a quantidade que vive em Japoatão.

Para este mapeamento entrevistamos o calon Rosenildo Santos Oliveira. Ele tem 44 anos de idade, é natural de Sergipe, analfabeto, sem profissão definida, divorciado e encontra-se desempregado. A entrevista foi realizada no dia 26 de novembro de 2024. Abaixo estão destacados os principais dados dessa entrevista, conforme os anseios deste projeto.

Contextualização geográfica

Município de Nossa Senhora do Socorro - SE (Conforme Dados do IBGE)

Localização e Geografia:

Estado: Sergipe (SE)

Região: Nordeste do Brasil

Microrregião: Aracaju

Área Territorial: 155.019 km² (IBGE, 2023)

Altitude: 36 m

Clima: Tropical úmido

Demografia (2000): 837,65 hab/km²

População Estimada: 202.450 habitantes (IBGE, 2024)

Densidade Demográfica (2022): 1.291,4 hab/km²

Taxa de Urbanização (2000): 99,70%

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,664

Economia:

PIB (2010): R\$ 1.804.869,390 mil

PIB perCapita (2010): R\$ 11.222,28 (IBGE/2010)

Principais Atividades Econômicas:

Agricultura: feijão, banana, coco-da-baía, manga, batata-doce, cana-de-açúcar e mandioca

Pecuária: rebanhos de bovinos, suínos, equinos, ovinos e galináceos.

Pescaria: carimãs, pescados, xeréus, bagres, robalos, traíras, arraias, carapebas e milongos. Produção de camarão em viveiro tem se destacado.

Produz também calcário, argila, sal de potássio, magnésio e areia. Principal riqueza mineral: sal-gema, único do Brasil.

Indústria: alimentos, malharias, artefatos de cimento, renovadoras de pneus, fábricas de velas, de leite de coco, gesso, lavanderias cerâmicas esmaltadas, estofamentos, cosméticos, peças automotivas, vidreira e mineração

Aeroporto: O município não possui aeroporto, mas está próximo ao Aeroporto de Aracaju, a cerca de 15,8 km de distância.

Educação:

Número de Escolas (2020): 36; 03 Creches públicas municipais;
01 Jardim de infância público municipal.

Saúde: São 25 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 04 Centro de Especialidades Médicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), 01 Hospital, 03 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e 05 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Cultura: Grupo de Capoeira, quadrilhas juninas, Samba de Coco e Reisado dos Idosos.

Turismo: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, ambas no Centro Histórico, além de ruínas de antigas igrejas em fazendas. A Estação Ferroviária Cotinguiba e duas pontes ferroviárias treliçadas; a Floresta Nacional do Ibura; Orlinha de São Brás e Prainha do Porto Grande.

Festa de São João: Forró do Siri (junho)

Observação: Nossa Senhora do Socorro é um município situado na Região Metropolitana de Aracaju, no leste do estado de Sergipe. É o segundo município mais populoso do estado.

2. Itinerário metodológico

- **Pesquisadores responsáveis:** Cassi Coutinho
- **Período da pesquisa:** Dezembro de 2024 a Janeiro de 2025.

Municípios visitados:

As atividades de campo ocorreram em novembro de 2024 com entrevistas aplicadas a lideranças locais.

- **Nossa Senhora do Socorro – SE:** Entrevista com Sr. Rosenildo Santos Oliveira, cigano Calon, residente local.

O método incluiu observações *in loco*, aplicação de formulário de campo e levantamento de dados públicos, sem uso de gravações formais.

Para garantir o deslocamento para Nossa Senhora do Socorro, visto que estava hospedada em Aracaju, foi feita articulação com contatos locais que disponibilizaram um carro com motorista garantindo a chegada ao local

3. Mapa da presença cigana no estado de Alagoas

Nossa Senhora do Socorro - SE

- **Famílias localizadas:** 4 (50 pessoas).
- **Famílias no CadÚnico (2025):** 42 famílias.
- **Localização:** bairro Loteamento Parque dos Faróis
- **Origem:** Alagoas e Bahia.

- **Situação:** Sedentarização consolidada, com registros de vulnerabilidade social. Comunidade estabelecida há 18 anos na cidade

Outras localidades citadas por lideranças (sem pesquisa direta):

- **Boquim, Capela, Itaporanga, D'Ájuda, Japoatã, Lagarto, Umbaúba e São Cristovão.**

4. Principais dificuldades e demandas

4.1 Discriminação e preconceito

- Segundo o entrevistado a comunidade cigana de Nossa Senhora do Socorro não enfrentam discriminação e preconceito de forma intensa. No entanto, destaca a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.
- No passado havia mais preconceito, atualmente algumas pessoas comentam sobre os ciganos, mas não tomam atitudes hostis.

4.2 Condições econômicas

- Atuação majoritária na informalidade: comércio, quiromancia.
- O Programa Bolsa Família é fonte relevante de sustento. Alguns ciganos são beneficiados com aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS.
- As mulheres costumam se reunir em grupos de três a quatro para viajar a outros estados, onde praticam a leitura de mãos nas ruas. Elas alugam casas ou se hospedam em hotéis, passando de 25 a 60 dias fora, com destinos como Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas e São Paulo.

4.3 Moradia e infraestrutura

- As casas são de alvenaria e há infra-estrutura básica, como esgoto, água potável, eletricidade e internet. A rua é asfaltada e abriga quatro famílias ciganas.
- As melhorias na infra-estrutura foram conquistadas por meio de iniciativas de moradores e de uma vereadora local. Embora a comunidade tenha se estabelecido ali

pela possibilidade de construção de moradias, ele não possui casa própria e vive na casa da prima.

4.4 Preservação das tradições

- A comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos, batizados, dança e música. As mulheres confeccionam e usam vestidos tradicionais, e algumas vendem suas criações para outras ciganas.
- Os casamentos costumam ocorrer cedo, por volta dos 13 ou 14 anos, e em alguns casos acontecem casamentos entre ciganos e não ciganos, e ele próprio já foi casado com uma não cigana, com quem teve dois filhos.
- Não celebram o Dia Nacional dos Povos Ciganos ou festas de padroeiras.
- A maioria da comunidade é evangélica.

4.5 Políticas públicas específicas

- Não há políticas públicas integradas para ciganos.

4.6 Educação

- Acesso à educação formal é garantido, mas há evasão e abandono escolar motivados por preconceito e também pela tradição.
- Há ciganos formados no ensino superior.

4.7 Saúde

- Acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS) com visitas de agentes e assistentes sociais, mas falta acompanhamento especializado. Contudo, não há informações sobre serviços especializados ou melhorias necessárias na área.
- Ele menciona que há três crianças com deficiência na comunidade, incluindo uma autista que recebe benefícios. No entanto, ele ainda não conseguiu o atendimento necessário para diagnosticar a deficiência de seu filho, o qual ele desconfia que é autista.

4.8 Organização comunitária

- Não possui uma associação ou organização formal que represente seus interesses, o que dificulta a articulação para reivindicar direitos e políticas públicas específicas.
- Demonstrou desconhecimento sobre seus direitos e a existência de uma representante cigana no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

4.9 Rotas e mobilidade

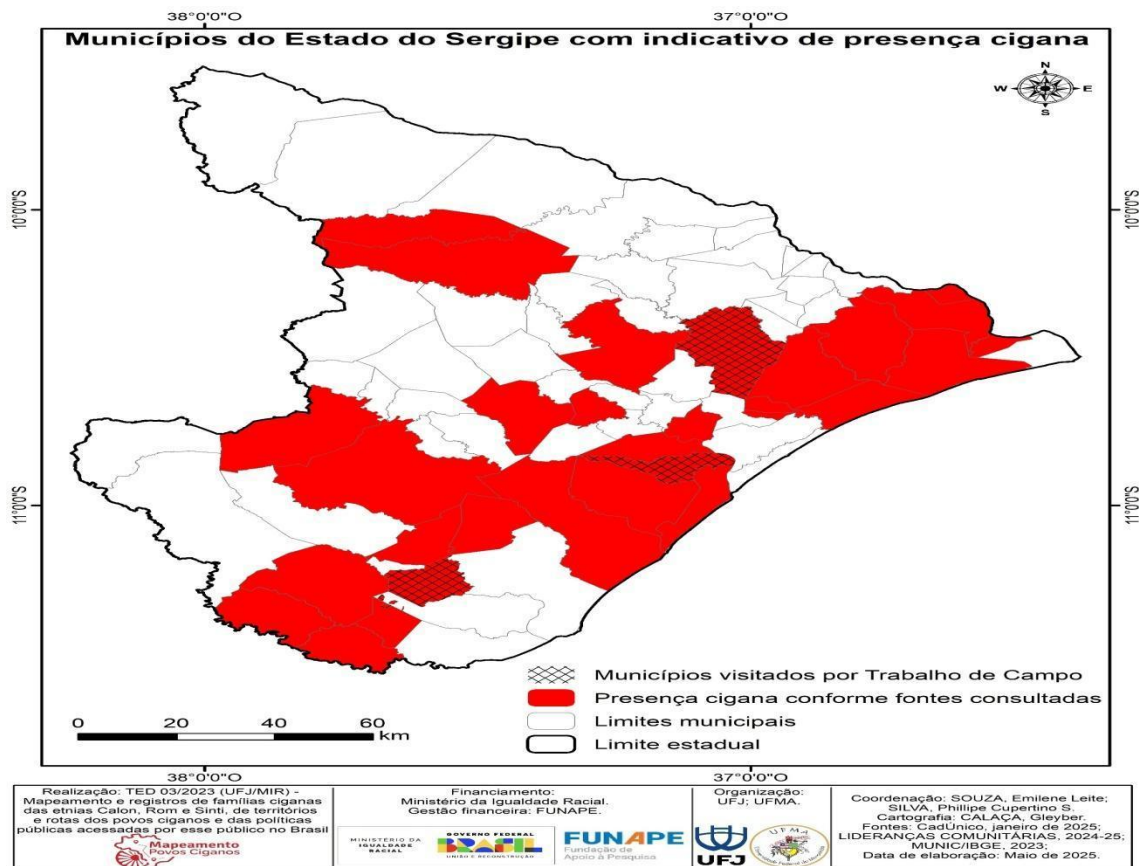
- Os ciganos estão sedentarizados, com mobilidade sazonal para comércio e trocas em cidades vizinhas.

Tabela 10: Municípios de Sergipe com a presença de ciganos.

Município	Nº de famílias ciganas
Amparo de São Francisco	1
Aracaju	3
Araújo	8
Barra dos Coqueiros	1
Boquim	4
Capela	28
Carira	1
Carmópolis	23
Cristinápolis	4
Divina Pastora	2
Estância	1
General Maynard	45
Ilha das Flores	15
Itabaiana	1
Itabaianinha	16
Itaporanga d'Ajuda	26
Japaratuba	6
Japoatã	153
Lagarto	41
Laranjeiras	1
Malhador	1
Maruim	15
Monte Alegre de Sergipe	2
Muribeca	6
Neópolis	12
Nossa Senhora da Glória	1
Nossa Senhora das Dores	8
Nossa Senhora do Socorro	38
Pacatuba	2
Propriá	1
Riachuelo	9
Rosário do Catete	2
Salgado	9
Santana do São Francisco	110
Santo Amaro das Brotas	1
São Cristóvão	3
Simão Dias	1
Tomar do Geru	2
Umbaúba	213
TOTAL	816

Observação: Os dados cadastrados na CECAD divergem dos dados da entrevista, o que demonstra que o número de ciganos é muito maior do que o relatado pelo entrevistado.

Imagem 10: Mapa de Municípios de Sergipe com a presença cigana.



CAPÍTULO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS

Foram encaminhados 14 (catorze) ofícios para todas as secretarias de estado dos estados que compõem a região Nordeste com o objetivo de solicitar informações sobre quais as ações de governo e as políticas públicas das Secretarias de estado vêm sendo desenvolvidas, de forma específica, para as famílias e comunidades ciganas. Foram solicitadas ainda, a existência de informações oficiais sobre quais os municípios que cada estado tem conhecimento sobre a presença de famílias e comunidades ciganas que vivem, permanentemente ou de forma temporária.

Foi recebido apenas 1 ofício com resposta da Secretaria de Estado do Maranhão.

Mapeamento das leis e políticas públicas acessadas pelos povos ciganos

Tabela 11: Municípios do estado de Alagoas

Municípios	Área	Nome da política/progr rama	Número da Lei/MP/ Decreto	Objetivos	Público alvo
Pilar	Educação e Cultura	Dança.	Edital N° 05/2022	Apoio cultural	Artistas e agentes culturais
	Cultura	Lei Paulo Gustavo	195/2022 Lei Paulo Gustavo	Manifestações Culturais	Artistas e agentes culturais
São Brás	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Lei Complementar 195/2022	Apoio cultura	Artistas e agentes culturais
Penedo	Municipal	Dia Municipal da Etnia Cigana de Penedo - Al	n° 1.650/2019		

Tabela 12: Municípios do estado da Bahia.

Municípios	Área	Nome da política/programa	Número da lei/MP/Decreto	Objetivos	Público alvo	Observações
Bahia	Promoção da Igualdade		DECRETO Nº 20.306	Institui o Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, e dá outras providências		
	Promoção da Igualdade		DECRETO Nº 20.308	Altera o Regimento da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI, aprovado pelo Decreto nº 16.296, de 26 de agosto de 2015.		
	Promoção da Igualdade		DECRETO Nº 22.213	Convoca a VI Conferência Estadual de Cultura da Bahia - CEC/BA, e dá outras providências.		
	Cultura		DECRETO Nº 22.265	Dispõe sobre os procedimentos necessários à execução das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, no âmbito do Poder Executivo Estadual, com utilização de recursos da União, previstos na Lei Complementar Federal nº 195, de 08 de julho de 2022.		

	Cultura		LEI Nº 13.193	APROVA O PLANO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	Promoção da Igualdade		LEI Nº 14.462	Dispõe sobre a instituição do Dia da Etnia dos Povos Ciganos do Estado da Bahia, que será comemorado anualmente no dia 24 de maio, em consonância com o Dia Nacional do Povo Cigano.		
Amargosa	Direitos Humanos		LEI Nº 704, DE 30 DE MARÇO DE 2023	Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente de Amargosa/Ba e dá outras providências.		
	Social		LEI Nº 704, DE 30 DE MARÇO DE 2023	Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente de Amargosa/Ba e dá outras providências.		
Camaçari	Promoção da Igualdade		LEI Nº 1.712/2022	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Município de Camaçari.		

Chapada Diamantina	Associação de Ciganos		LEI Nº 5344	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS CIGANOS E AGRICULTORES DA CHAPADA DIAMANTINA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE IBIQUERA E FORO NA COMARCA DE ITABERABA.		
Feira de Santana	Promoção da Igualdade		DECRETO Nº 8966	APROVA O REGIMENTO DA IIIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE FEIRA DE SANTANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial		LEI COMPLEMENTAR Nº 117	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana - PDDU 2018 e dá outras providências.		

Jacobina	Promoção da Igualdade		LEI Nº 1.445	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL (ACCJ) A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS CIGANOS DE JACOBINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	Associação de Ciganos		LEI Nº 1.997	Autoriza o Chefe do Poder Executivo do Município de Jacobina a fazer a doação de um terreno urbano à Associação Comunitária dos Ciganos de Jacobina (ACCJ), com cláusula de reversão, destinada à construção da sede própria da referida Entidade e dá outras providências.		
Juazeiro	Promoção da Igualdade		LEI Nº 2.983/2020	Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate ao Racismo Religioso no âmbito do Município de Juazeiro e dá outras providências.		

	Cultura		LEI Nº 3.098/2022	Institui o Plano Municipal de Cultura de Juazeiro-BA para o decênio 2022-2032, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº12.433, de 02 de dezembro de 2010, considerando o § 3º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.		
Marcionilio Souza	Sistema Municipal		LEI Nº037/2023	Dispões sobre o Sistema Municipal de Política Cultural de Marcionilio Souza - Bahia, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.		

Salvador	Cultura		DECRETO N° 32.873	Institui o Comitê Municipal para Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Recursos Federais recebidos pelo Município do Salvador e dá outras providências para implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.		Regulamenta a Lei Municipal nº 9.546, de 2020, no que se refere aos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 2020
Simões Filho	Promoção da Igualdade		LEI N° 946	Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR e dá outras providências.		
Teodoro Sampaio	Conselho Tutelar		LEI N° 717	Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Teodoro Sampaio e dá outras providências.		

Tabela 13 - Municípios do Estado do Ceará

Municípios	Área	Nome da política/programa	Número da lei/MP/Decreto	Objetivos	Público alvo	Observações
Caucaia			LEI Nº 3.657, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	Institui o Fórum Municipal De Educação para implantação, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Caucaia/CE, na forma que dispõe.		
Fortaleza			LEI Nº 11.442, DE 09 DE JANEIRO DE 2024	Institui o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza e dá outras providências.		

Municípios	Área	Nome da política/programa	Número da lei/MP/Decreto	Objetivos	Público alvo
Santa Helena	Cultura	Edital Aldir Blanc	Lei nº 14.01	culturais artísticas, e	Comunidades Tradicionais
Paraibano		Lei Paulo Gustavo	Complementa 195/2022	Apoio cultura	Agentes cultu
São Félix de Balsa	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementa 195/2022	Apoio cultura	Comunidades Tradicionais
	Cultura	Lei Aldir Blanc	Lei nº 14.01	culturais artísticas, e	
Turilândia	Cultura	Arraiá do Povo/ Lei Paulo Gustavo	Complementa 195/2022	culturais e artísticas	
Miranda do Norte	Câmara Municipal	Dia do cigano	Lei Municipal Nº 001/2023	Considerando a necessidade de proporcionar ao cidadão a possibilidade de valorizar e participar da história e da cultura das famílias ciganas que residem no Município de Miranda do Norte	

Tabela 14 - Municípios do Estado do Maranhão

Tabela 15 - Municípios do Estado da Paraíba

Municípios	Área	Nome da política/progr ama	Número da lei/MP/Decre to	Objetivos	Público alvo	Observações
João Pessoa		LEI Nº 11.900, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010		ALTERA A LEI Nº 1617, DE 14 DE SETEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN CIA		
Paraíba		LEI Nº 12.884, DE 14 DE NOVEMBR O DE 2023.		Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba, o Festival dos Povos Ciganos, realizado no mês de maio, em Sousa, neste Estado.		
		DECRETO Nº 43.478 DE 08 DE MARÇO DE 2023.		Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH e dá outras providências.		

		<p>DECRETO Nº 41.159 DE 09 DE ABRIL DE 2021.</p>		<p>Regulamenta o procediment o de concessão do Programa de Habilitação Social, instituído pela Lei nº 9.809/2012, alterado pela Lei nº Lei nº 11.522/2019, e revoga o Decreto nº 34.532, de 20 de novembro de 2013.</p>		
		<p>LEI Nº 12.166, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.</p>		<p>Normatiza o Programa Cartão Alimentação no âmbito do Estado da Paraíba nos termos da Lei Estadual 8.706, de 27 de novembro de 2008, e da Lei 7.611, de 30 de junho de 2004, e dá outras providências.</p>		

		<p>DECRETO Nº 44.060, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.</p>		<p>Regulamenta , no âmbito do Poder Executivo Estadual, a aplicação da Lei Complement ar nº 195, de 8 de julho de 2022, a "Lei Paulo Gustavo".</p>		
		<p>DECRETO Nº 43.479 DE 08 DE MARÇO DE 2023.</p>		<p>Dispõe sobre o Compromiss o Estadual e institui o Comitê Gestor e a Semana Estadual de Mobilização para Erradicação do Sub- Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentaç ão Básica.</p>		

		DECRETO Nº 41.159 DE 09 DE ABRIL DE 2021.		Regulamenta o procediment o de concessão do Programa de Habilitação Social, instituído pela Lei nº 9.809/2012, alterado pela Lei nº Lei nº 11.522/2019, e revoga o Decreto nº 34.532, de 20 de novembro de 2013.		
Sousa		LEI ORDINÁRI A Nº 2835 ,08 DE OUTUBRO DE 2019.		INCLUI NO CALENDÁ RIO DO MUNICÍPIO DE SOUSA O DIA DA ETNIA CIGANA A SER COMEMOR ADO NO DIA 24 DE MAIO.		

		LEI ORDINÁRI A Nº 03/24 QUE ALTERA A LEI Nº 1982/04.		ALTERA A LEI Nº 1982/04 ACRESCEN TANDO A RESERVA DE 5% DE VAGAS PARA CIGANOS NOS CONCURS OS PÚBLICOS, PROCESSO S SELETIVOS E PREENCHI MENTO DE CARGOS EM COMISSÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
--	--	--	--	--	--

Tabela 16 - Municípios do Estado de Pernambuco

Municípios	Área	Nome da política/progr ama	Número da lei/MP/Decre to	Objetivos	Público alvo	Observaçõe s
Altinho	Educação			Secretaria de Educação cria a Escola dos Povos Ciganos		
Cabo de Santo Agostinho	Direitos Humanos		5. LEI Nº 3340	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA GERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E A COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDAD E RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS		
Caruaru	Promoção da Igualdade		LEI Nº 6.069	Cria o Conselho de Políticas de Promoção de Igualdade Étnico-Racial de Caruaru, e dá outras providências.		
Pernambuco	Promoção da Igualdade		LEI Nº 17.311/2007	CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDAD E RACIAL		

	Social		DECRETO Nº 56.318	Regulamenta o Programa Mães de Pernambuco, no âmbito do Programa Pernambuco Sem Fome, instituído pela Lei nº 18.432, de 22 de dezembro de 2023		
	Promoção da Igualdade		DECRETO Nº 41.980	Institui o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - COEPIR.		
Petrolina	Promoção da Igualdade		LEI Nº 2.930	Institui o Dia do Povo Cigano, e inclui no calendário oficial de festas e eventos do município, a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio		

	Juventude		LEI N° 2.649	Reestrutura o Conselho Municipal da Juventude de Petrolina/PE - CMJP; determina sua competência, composição; a escolha de seus Conselheiros; e dá outras providências		
Recife	Jurídica		1. LEI MUNICIPAL N° 19.066	Institui o Estatuto da Liberdade Religiosa no Município do Recife.		
	Promoção da Igualdade		LEI MUNICIPAL N° 18.977	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o "Dia dos Povos Ciganos".		

	Plano Diretor		LEI COMPLEM ENTAR Nº 2	(Vide Leis nº 19069/2023, nº 19093/2023 e nº 19095/2023, Decreto nº 36073/2022) (Vide regulamentaç ão dada pela Lei nº 18.966/2022) Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008.		
Santa Maria da Boa Vista	Conferência		Decreto 60/2017	Dispõe sobre a convocação para a II Conferência de Promoção da Igualdade Racial		

Tabela 17 - Municípios do Estado do Piauí

Municípios	Área	Nome da política/programa	da Número lei/MP/Decreto	da Objetivos	Público alvo	Observações
Acauã	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura
Altos	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura
Floresta do Piauí	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Comunidades tradicionais	Apoio cultura
Piripiri	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura
Redenção do Gurguéia	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura
Santa Cruz dos Milagres	Cultura	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura
São Raimundo Nonato	Projetos Culturais	Lei Paulo Gustavo	Complementar 195/2022		Agentes culturais	Apoio cultura

Tabela 18 - Municípios do Estado do Rio Grande do Norte

Municípios	Área	Nome da política/programa	Número da lei/MP/Decreto	Objetivos	Público alvo	Observações
Apodi			LEI Nº 967/2014 402 DE JUNHO DE 2014	Institui a Semana Municipal de Valorização da Cultura Cigana no Município de Apodi-RN, a ser comemorado anualmente na semana do dia 22 de maio e dá outras providências.		
Ceará-Mirim			LEI MUNICIPAL Nº 2.057, DE 28 DE MAIO DE 2021.	DEFINE OBJETIVOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
Natal			LEI Nº 7.132, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021	Cria a Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.		
RN			LEI Nº 11.616, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.	Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Norte, o "Dia Estadual dos Povos Ciganos".		

			LEI Nº 11.284, DE 30 DE NOVE MBRO DE 2022.	Institui o Estatuto Estadual de Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Estado do Rio Grande do Norte.		
			LEI Nº 10.136, DE 15 DE DEZE MBRO DE 2016. (Vide Lei nº 11282/2022)	Institui a Semana Estadual de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada anualmente de 14 a 20 de novembro, e dá outras providências.		
			LEI Nº 10.049, DE 27 DE JANEIRO DE 2016	Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências.		

Tabela 19 - Municípios do Estado de Sergipe

Municípios	Área	Nome da política/programa	Número da lei/MP/Decreto	Objetivos	Público alvo	Observações
São Cristóvão		Lei Paulo Gustavo	Nº 195/2022	Apoio artístico e cultural	Agentes culturais	

Ações afirmativas:

Na região nordeste, há ações afirmativas nas seguintes instituições públicas: Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Universidade

Estadual de Feira de Santana, Universidade do Estado da Paraíba, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte possuem ações afirmativas em âmbito de pós-graduação.

Anexo 2 - Contato dos Gestores

Foi realizada uma busca de contatos pelos membros da equipe Nordeste, de Secretarias, Superintendências, Coordenações que pudessem reunir dados sobre as populações ciganas nos nove estados do Nordeste, para onde foram enviados ofícios.

Alagoas

Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado do Alagoas

Secretária: Maria José da Silva

E-mail: ascom.semudh@gmail.com

Igualdade Racial da Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh)

Email: semudh.gabinete@gmail.com Telefone: (82) 3315-1784

Bahia

Mércia Porto Barata

Superintendente de Promoção da Igualdade Racial - SPIR

E-mail: mercia.porto@sepromi.ba.gov.br

Lívia Borges

Superintendente de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais - SPCT

Tel: (71) 3103-1481

E-mail: livia.borges@sepromi.ba.gov.br

Ceará

Jade Romero

Secretária de Estado das Mulheres

Email: comunicacao@casacivil.ce.gov.br

Luísa Cela

Secretária de Estado da Cultura

Email: luisa.celi@secult.ce.gov.br

Maranhão

Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão

Secretário: Gerson Pinheiro de Souza

Email; secigualdaderacial.ma@gmail.com

E-mail: ascomculturama@gmail.com

Telefone: (98) 99129

Subsecretária: Maria do Socorro Guterres

Secretaria de Estado da Cultura

Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N, Centro Administrativo do Governo do Estado do Maranhão, Palácio Henrique de La Rocque, Segundo Andar. Segunda a Sexta-Feira Horário: 13h às 19h

<https://cultura.ma.gov.br>

Superintendência de Políticas Públicas para povos ciganos e de terreiros

Superintendente: Sebastião Cardoso

E-mail: sebastiaojunior.seir@gmail.com

Secretaria de Estado da Mulher

Abigail

Avenida Carlos Cunha, S/N Edifício Nagib Haickel - 1º Andar Jaracaty - São Luís - MA

OUIDORIA DA MULHER: (98) 98427-1002 / (98) 98427-3681

<https://mulher.ma.gov.br>

gabinete@semu.ma.gov.br

https://instagram.com/semu_ma?igshid=NzNkNDdiOGI=

Paraíba

Pedro Daniel de Carli Santos

Secretário de Estado da Cultura

Endereço Funcional: Espaço Cultural José Lins do Rego - Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho

Telefone: (83) 3255.8726 / 3255.8705

Pollyanna Dutra

Secretária de estado do Desenvolvimento Humano

Endereço Funcional: Av. Eptácio Pessoa, 2501 - Edifício Júlio A. Pinto – B. Dos Estados
58030-002 JOÃO PESSOA/PB

Telefone: (83) 3133.4054

Lídia de Moura Silva Cronemberger

Secretária de estado da Mulher e da Diversidade Humana

Endereço Funcional: Rua das Trincheiras, 778 – Jaguaribe

CEP: 58011-000

Telefone: (83) 3218.7298

Pernambuco

Secretaria de desenvolvimento social, criança, juventude e prevenção à violência e às drogas

Secretário (a): Carlos Eduardo Braga Farias

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ

CNPJ: 08.642.138/0001-04

End.: Avenida Cruz Cabugá, 665 – Santo Amaro, Recife/PE

CEP: 50.040-000

PABX: (81) 3183.3000

E-mail: sdscj@sdscj.pe.gov.br

Ouvidoria Social: 0800.081.4421

Ouvidoria Funase: (81) 3184-5411

Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial COEPIR/PE.

Piauí

Maria Assunção Sousa de Aguiar

Superintendente de Promoção da Igualdade Racial e Povos Originários

Email: suirpo@sasc.pi.gov.br

Rio Grande do Norte

Olga Aguiar de Melo

Secretária de Estado das Mulheres da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Email: gabinete.semjid@gmail.com

Giselma Maria Sacramento da Rocha

Coordenadora Estadual de Promoção da Igualdade Racial - COEPPIR

Email: coeppirseמיד@gmail.com

Sergipe

Secretaria de Estado da assistência Social ou Inclusão (SEASIC)

Secretária: Érica Lima Cavalcante Mitidieri

E-mail: csan@seasc.se.gov.br

Tel.:(79) 3179-7676

Conselho de Promoção da Igualdade Racial

Coordenadora: Márcia Vieira

Propostas gerais:

1. Acesso à Terra:

Implementar programas de reforma agrária ou de regularização fundiária que garantam o acesso à terra para famílias ciganas, permitindo que construam suas moradias e desenvolvam atividades agrícolas ou de subsistência.

2. Inclusão Econômica:

Criar programas de geração de renda e capacitação profissional voltados para a comunidade cigana, incentivando o empreendedorismo e a formalização de pequenos negócios.

3. Melhoria de Infraestrutura:

Garantir a coleta de lixo e o acesso à internet nas áreas rurais onde vivem os ciganos, melhorando as condições de saneamento e conectividade.

4. Políticas de Apoio Social:

Ampliar o acesso a benefícios sociais, como aposentadoria e auxílios específicos para idosos e famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

5. Fortalecimento da Organização Comunitária:

Apoiar a criação de associações ciganas que possam representar a comunidade e reivindicar direitos junto aos governos municipal, estadual e federal.

6. Educação e Cultura:

Promover programas educacionais que valorizem a cultura cigana e incentivem o acesso ao ensino superior para jovens ciganos. Além disso, garantir que as escolas respeitem e integrem as tradições culturais da comunidade.

7. Saúde Especializada:

Ampliar o acesso a serviços de saúde especializados, como atendimento odontológico, psicológico e médico, garantindo que as necessidades específicas da comunidade sejam atendidas.

8. Combate ao Preconceito e Discriminação:

Implementar campanhas de conscientização e educação para combater o preconceito e a discriminação contra os ciganos, promovendo a inclusão social e o respeito à diversidade cultural.

CAPÍTULO 5: ROTAS CIGANAS

5.1. Raízes históricas dos deslocamentos

Desde o período colonial, viajantes e exploradores registraram a presença de famílias ciganas em movimento pelas principais vilas e estradas do Nordeste. Esses relatos mostram que o deslocamento fazia parte tanto da sobrevivência econômica — comércio de animais, artesanato, leitura de sorte — quanto de estratégias de proteção diante da perseguição e expulsões sistemáticas. No Império, os registros também evidenciam rotas ciganas entre Pernambuco, Bahia, Ceará e Piauí, reforçando a ideia de que os caminhos percorridos seguiam fluxos comerciais e religiosos, aproveitando feiras, festas e redes de trocas.

Assim, as rotas não eram aleatórias: elas obedeciam a uma lógica social, econômica e cultural, estruturando verdadeiros **circuitos ciganos regionais**, que atravessavam estados e conectavam cidades estratégicas.

5.2. Rotas contemporâneas e sua continuidade

O mapeamento atual mostra que essas trajetórias **continuam vivas no presente**, embora adaptadas às transformações urbanas e rodoviárias. Por meio das informações colhidas nas pesquisas de campo, identificamos as seguintes rotas:

1. Sobral – CE a José de Freitas – PI
2. Caucaia – CE a Sobral – CE
3. Tianguá – CE a Piripiri – PI
4. José de Freitas – PI a Fortaleza – CE
5. Parnaíba – PI a Piripiri – PI
6. Parnaíba – PI a José de Freitas – PI
7. Piripiri – PI a José de Freitas – PI
8. Timon – MA a José de Freitas – PI
9. São Luís – MA a Timon – MA
10. Duque Bacelar – MA a Timon – MA
11. Miranda do Norte – MA a Timon – MA
12. Sousa – PB a Campina Grande – PB
13. Sousa – PB a Patos – PB
14. Sousa – PB a Marizópolis – PB
15. Condado – PB a Sousa – PB
16. Campinas – SP a Cabo de Santo Agostinho – PE
17. Olinda – PE a Recife – PE
18. Paulista – PE a Recife – PE

19. Petrolina – PE ao Estado da Paraíba
20. Nossa Senhora do Socorro – SE a Camaçari – BA
21. Nossa Senhora do Socorro – SE a Esplanada -BA
22. Nossa Senhora do Socorro – SE a Entre Rios – BA
23. Nossa Senhora do Socorro – SE a Maceió – AL
24. Lagarto – SE a Nossa Senhora do Socorro – SE
25. Nossa Senhora do Socorro – PE a Paraíba
26. Nossa Senhora do Socorro – PE a Ceará
27. Nossa Senhora do Socorro – PE a Pernambuco
28. Nossa Senhora do Socorro – PE a São Paulo
29. Serra Caiada – RN a Paraíba
30. Macaíba – RN a Mossoró – RN
31. Mossoró - RN a Serra Caiada – RN
32. Rotas antes de chegarem no Rio Grande do Norte: Maranhão, Piauí, Pará e Paraíba
33. Santa Cruz – RN a Tanguará – RN
34. Cajazeiras – PB a Cruzeta – RN
35. Rio Grande do Norte a Ceará
36. Serra Negra do Norte – RN a Cruzeta – RN (pontos de parada: Carnaúba dos Dantas e Santa Rosa)
37. Serra Negra do Norte – RN a Florânia – RN
38. Florânia – RN a Cruzeta – RN
39. Florânia – RN a São Vicente – RN

40. Florânia – RN a São Rafael – RN
41. Florânia – RN a Jurucutu – RN
42. Florânia – RN a Tenente Laurentino Cruz – RN
43. Rotas antes de parar em Alagoas: João Pessoa-PB, Natal-RN, Fortaleza-CE, Aracaju-SE e Santa Amaro das Brotas - SE
44. Bahia a Alagoas
45. Ribeira do Pombal – BA a Alagoas
46. Pernambuco – Alagoas
47. Sergipe – Alagoas
48. Sergipe - Bahia
49. Bahia – Maranhão
50. Bahia – Piauí
51. Itabuna – Ba a Jacobina – BA
52. Iguai – Ba a Jacobina - BA
53. Ceará – Piauí
54. É importante ressaltar que para além das rotas externas alguns ciganos costumam mudar de bairros dentro do próprio município mantendo viva a tradição de movimentar-se

Os dados apontam rotas ativas como:

- **Ceará–Piauí–Maranhão**, conectando Sobral, Tianguá, Piripiri, Parnaíba, Timon e São Luís.
- **Paraíba**, com fluxos internos entre Sousa, Patos, Campina Grande e Cajazeiras, e conexões com Pernambuco e Rio Grande do Norte.

- **Sergipe–Bahia–Alagoas**, envolvendo municípios como Nossa Senhora do Socorro, Esplanada, Ribeira do Pombal e Maceió.
- **Rotas interestaduais de longa distância**, como Campinas (SP) até o litoral pernambucano.

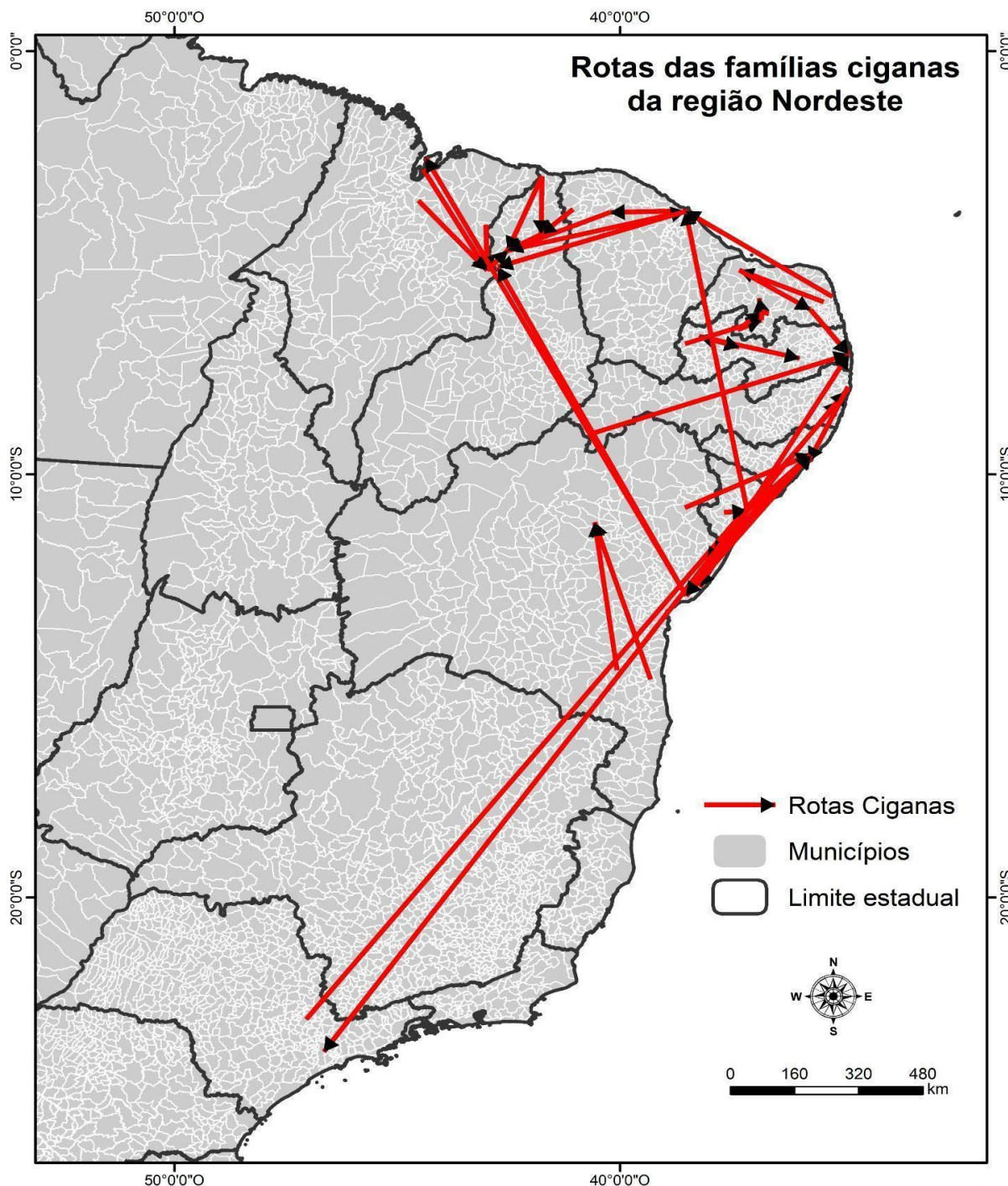
Através das informações reunidas, foi possível elaborar o presente mapa, que indica os fluxos migratórios realizados no interior da região Nordeste, bem como aqueles que têm essa região como ponto de origem ou de destino. É importante destacar que os dados apresentados são parciais, uma vez que não foi possível alcançar todas as lideranças e comunidades, o que significa que outras rotas e deslocamentos certamente existem, mas ainda permanecem fora deste levantamento.

Apesar dessas limitações, o material obtido revela-se de grande relevância, pois evidencia a persistência de práticas culturais e econômicas que estruturam a vida dos povos ciganos ao longo do tempo. Os deslocamentos registrados não devem ser compreendidos apenas como movimentos ocasionais, mas como parte de uma dinâmica histórica e social que remonta ao período colonial e que ainda hoje se mantém.

Nesse sentido, as rotas aqui representadas mostram a continuidade de estratégias de mobilidade que cumprem múltiplas funções: fortalecer laços de parentesco e redes de solidariedade; garantir meios de subsistência por meio do comércio itinerante, da prestação de serviços e de atividades tradicionais; e assegurar a preservação da identidade cultural frente às pressões de exclusão e discriminação. Ao mesmo tempo, evidenciam uma forma específica de territorialidade móvel, que não se fixa em fronteiras rígidas, mas se constrói nas conexões entre cidades, vilas e estados.

Assim, mesmo que o mapeamento não seja exaustivo, sua contribuição é significativa para compreender a amplitude dos deslocamentos ciganos no Nordeste, tanto no passado quanto no presente, e para reforçar a necessidade de políticas públicas que reconheçam a mobilidade como um traço constitutivo da identidade desses povos, em vez de tratá-la como um obstáculo à cidadania.

Mapa 10: rota das famílias ciganas da região Nordeste.



<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p> 	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p> 	<p>Organização: UFJ; UFMA</p> 	<p>Coordenação: SOUZA, Emilene Leite; SILVA, Phillipe Cupertino S. Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fonte: TRABALHOS DE CAMPO, 2024-25. Data de elaboração: Agosto de 2025.</p>
---	--	--	--

O mapa reforça que os trajetos se espalham por todo o Nordeste, reproduzindo em grande medida as mesmas conexões históricas observadas nos séculos anteriores. Além disso, persiste a mobilidade interna dentro dos próprios municípios — a mudança de bairros, vilas e periferias, que mantém viva a tradição do movimento mesmo em contextos de sedentarização parcial.

5.3. Sentido social e cultural das rotas

Essas rotas não devem ser vistas apenas como deslocamentos físicos, mas como **territorialidades móveis**, que articulam memória, identidade e sobrevivência. O movimento permite:

- **Manutenção de redes de parentesco** (visitas, casamentos, alianças entre famílias extensas);
- **Continuidade de práticas econômicas tradicionais**, como o comércio ambulante;
- **Resistência cultural**, pois o trânsito mantém vivas tradições de língua, música e sociabilidade;
- **Flexibilidade diante da exclusão**, já que deslocar-se sempre foi também uma forma de escapar da hostilidade social ou de expulsões forçadas.

5.4. Considerações finais

As rotas ciganas do Nordeste evidenciam uma **linha de continuidade histórica**, que atravessa o período colonial, o Império e chega ao Brasil contemporâneo. Ainda que hoje se insiram em novas dinâmicas — como acesso a programas sociais, presença em cidades médias e grandes capitais ou uso de rodovias modernas —, o princípio permanece: a mobilidade é parte constitutiva do modo de vida cigano.

Esse dado é crucial para as políticas públicas: reconhecer as rotas não como “desordem”, mas como **expressão legítima de territorialidade**, é passo fundamental para garantir direitos em saúde, educação, moradia e trabalho sem impor modelos fixos de vida. O mapa apresentado confirma que o movimento segue estruturando a vida cigana, reafirmando sua presença histórica e atual em todo o Nordeste.

CAPÍTULO 6: AUDIOVISUAL

ALAGOAS



Foto 1 - José Willamis Alves, seu irmão Silvio Alves da Silva, sua esposa Jane e a pesquisadora Cassi Coutinho – Penedo - AL



Foto 2



Foto 2 e 3 - Vestidos produzidos pelas ciganas – Penedo –AL



Foto 4 – Taise dos Santos Oliveira (vestido vermelho), Tatiane, Erasmo Ferraz de Alencar (camisa verde), Floriano Silva Santos (de chapéu) e crianças – Carneiros - AL



Foto 5 - Erasmo Ferraz de Alencar, Kelly, Cassi Coutinho, Taise dos Santos Oliveira Lucinha Villela e Floriano Silva Santos – Carneiros - AL



Foto 6 e 7 – Espaço ocupado pelo acampamento – Carneiros - AL

Foto 8 – Área do acampamento – Carneiros - AL



Foto 9 – Senhora calin sentada - Carneiros - AL



Foto 10 – Samara Barros Alencar, filha da liderança Batista Alencar (camisa branca com flores verdes, saia azul com flores rosas) e membros da família – Carneiros - AL

BAHIA



Foto 1 – Gilson Dantas e família, Camaçari – BA



Foto 2 – Juciara dos Santos e família, Camaçari - BA



Foto 3 – Caio Dourado, Diva Bonfim, Joselita, Cassi Coutinho – Correntina - BA



Foto 4 – Dona Enedina e família, Correntina - BA



Foto 5 - Dona Enedina e família, Correntina - BA



Foto 6 - Lindomar Rodrigues Almeida e família - Itabuna - BA



Foto 7 - Lindomar Rodrigues Almeida e família – Itabuna - BA



Foto 8 – Aderino Dourado e família - Jacobina - BA



Foto 9 – Entrevista com o Prof. Dr. Jucelho Dantas – Feira de Santana – BA



Foto 10 – Gleice Keren Cruz da Silva – liderança de Tancredo Neves - BA



Foto 11 – Comunidade cigana de Teixeira de Freitas - BA



Foto 12 – Jequié - BA



Foto 13 – Medeiros Neto - BA



Foto 14 – Itapiba - BA



Foto 15 – Jequié - BA

CEARÁ



Foto 1 – Caucaia – CE



Foto 2 – Sobral – CE

MARANHÃO**Foto 1 – Vargem Grande – MA****Foto 2 – Miranda do Norte – MA**



Foto 3 – Estreito – MA



Foto 4 – Montes Altos – MA



Foto 5 – São João do Paraíso – MA



Foto 6 – São Pedro dos Crentes – MA



Foto 7 – Timon – MA

PARAÍBA



Foto 1 – João Pessoa - PB



Foto 2 - Sousa - PB

PERNAMBUCO**Foto 1 – Paulista - PE**

PIAUI



Foto 1 – Iêda Maria Farias Rocha Fontinelle e filhos – Altos – PI



Foto 2 - Lenilson Portela e família – José de Freitas – PI



Foto 3 – Genival Santos e seu filho – Piriperi – PI



Foto 4 – Maria da Conceição Costa, Cassi Coutinho, Maria Anunciação e Gerson Costa



Foto 5 – Gerson da Costa e família

RIO GRANDE DO NORTE

Foto 1 - Antônio Francisco F. Soares (Antônio Calon), Maria Vitória Ferreira Vicente e Janaina Soares Henrique Serra Caiada – RN



Foto 2 - Adler Barros, Cassi Coutinho, Antônio Calon, Maria Vitória Vicente, Janaina Henrique e Maria do Carmo Medeiros - Serra Caiada – RN



Foto 3 e 4 – Condições do acampamento – Tanguará - RN





Foto 5 e 6 – Condições do acampamento – Tanguará - RN





Foto 7 – Rachel Soares e irmã – Tanguará – RN



Foto 8 – Anderson Targino e família – Serra Negra do Norte – RN



Foto 9 – Anderson Targino e família – Serra Negra do Norte - RN



Foto 10 – Verônica Soares Iarmartine – Equador - RN



Foto 11 – José Luan Targino e família – Florânia – RN



Foto 12 – Posse do Conselho de Promoção da Igualdade Racial – Natal – RN

SERGIPE



Foto 1- Rosenildo Santos Oliveira (camisa azul) e família – Nossa Senhora do Socorro – SE



Foto 2 e 3 – Área externa da casa – Nossa Senhora do Socorro - SE



CAPÍTULO 7: ANEXOS

7.1. Informações do Infosanbas

MARANHÃO

Informações recentes sobre Saneamento Básico nos municípios do estado do Maranhão (MA), conforme dados disponíveis no Infosanbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS²⁵ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 6.775,162 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDH-M: 0,687 (um dos mais baixos do Brasil).
- Urbanização: 67% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: Alta taxa de vulnerabilidade socioeconômica, afetando o acesso a serviços básicos.

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade: A CAEMA (Companhia de Saneamento do MA) atende a maioria das cidades, mas muitos municípios têm gestão própria ou contratos com

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total: 59,45%.
- Perdas de água: 56,99% (uma das mais altas do Nordeste).
- Qualidade da água: Contaminações por metais pesados e agrotóxicos em algumas regiões.

4. Esgotamento Sanitário

- Coleta de esgoto: 13,28%.
- Tratamento de esgoto: aproximadamente 40,26%.

²⁵ https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Soluções alternativas: Fossas sépticas são comuns, mas muitas são inadequadas.
- Impactos ambientais: Contaminação de rios como o Itapecuru e Bacanga (São Luís).

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento insuficiente: Poucos municípios testam regularmente.
- Riscos: Regiões agrícolas (como o sul do MA) apresentam contaminação por pesticidas em poços e rios.
- Falta de fiscalização: Muitas comunidades rurais consomem água não tratada com resíduos químicos.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos frequentes: Principalmente em São Luís, Imperatriz e Timon.
- Sistemas precários, poucas cidades têm planejamento de drenagem.
- Enchentes: Agravadas por ocupação irregular de áreas de risco.

7. Drenagem do Lixo (Impacto nos Corpos Hídricos)

- Lixo em rios e córregos: Comum em periferias e cidades sem coleta adequada.
- Poluição de manguezais: Principalmente na região de São Luís.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Programa Água para Todos: Investimentos em cisternas e sistemas simplificados.
- Plano Estadual de Saneamento (PESB-MA): Meta de universalizar água e esgoto até 2035 (desafios financeiros).

9. Inferência de dados

O Maranhão ainda enfrenta grandes desafios no saneamento básico, com desigualdades urbanas e rurais, baixo tratamento de esgoto e destinação inadequada de resíduos. Políticas públicas estão em andamento, mas a falta de recursos e gestão eficiente dificultam avanços rápidos.

ALAGOAS

Informações recentes sobre Saneamento Básico nos municípios de Alagoas (AL), com base nos dados disponíveis no Infosanas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS²⁶ e o Instituto Brasileiro de Geografia e

²⁶ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 3. 220. 104 habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDH-M: 0,684 (um dos mais baixos do Brasil).
- Urbanização: 87,4% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: Alta vulnerabilidade socioeconômica, com desigualdades regionais (agravadas no Sertão e Zona da Mata).

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade: A CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas) atende a maioria das cidades, mas alguns municípios têm sistemas autônomos.

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total: 77,21% (SNIS 2022).
- Perdas de água: 45,2% (elevado desperdício na distribuição).
- Qualidade da água: Contaminações pontuais por esgoto e agrotóxicos em regiões agrícolas.

4. Esgotamento Sanitário

- Coleta de esgoto: 16,30% (SNIS, ano base 2022).
- Tratamento de esgoto: Aproximadamente 68,99% do esgoto coletado é tratado.
- Soluções alternativas: Fossas sépticas são comuns, mas muitas são inadequadas.
- Impactos ambientais: Poluição de rios como o Mundaú e Paraíba do Meio.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento limitado: Poucos municípios realizam testes regulares.
- Riscos: Regiões canavieiras (Zona da Mata) apresentam contaminação em fontes hídricas.
- Falta de fiscalização: Comunidades rurais consomem água potencialmente contaminada.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos frequentes: Principalmente em Maceió, Arapiraca e Rio Largo.
- Sistemas precários: Menos de 40% das cidades têm planejamento de drenagem.
- Enchentes: Agravadas por ocupação irregular e assoreamento de rios.

7. Drenagem do Lixo (Impacto nos Corpos Hídricos)

- Lixo em rios e mangues: Comum em áreas periféricas de Maceió e cidades litorâneas.
- Poluição costeira: Afeta praias e ecossistemas como a Lagoa Mundaú.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Programa Água para Todos: Expansão de cisternas e sistemas simplificados no Sertão.
- Plano Estadual de Saneamento (PESB-AL): Meta de universalizar água e esgoto até 2035.
- Parcerias com a iniciativa privada: Projetos em discussão para melhorar a infraestrutura em Maceió e Arapiraca.

9. Inferência de dados

Alagoas apresenta avanços no abastecimento de água, mas grandes desafios em esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. A desigualdade entre zonas urbanas e rurais ainda é marcante, exigindo maiores investimentos e gestão eficiente.

BAHIA

Informações recentes sobre Saneamento Básico dos municípios da BAHIA (BA), com base nos dados disponíveis no Infosab, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS²⁷ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 14. 850. 513 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024), maior estado do Nordeste.
- IDH-M: 0,691 (acima da média regional, mas com desigualdades internas).
- Urbanização: 76% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: Bolsões de pobreza no semiárido (região de Juazeiro, Senhor do Bonfim) e periferias urbanas (Salvador, Feira de Santana).

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade: A EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) atende a maioria das cidades, mas municípios como Salvador têm operadores privados (como a BRK Ambiental).

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total: 80, 55% (SNIS 2023, ano base 2022), mas com disparidades (ex: Salvador tem 95%, enquanto cidades do semiárido têm 60%).

²⁷ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Perdas de água na distribuição: 42,5% (abaixo da média nacional, mas ainda significativo).
- Qualidade da água: Contaminações pontuais por esgoto e agrotóxicos em regiões agrícolas (Oeste e Recôncavo).

4. Esgotamento Sanitário

- Coleta de esgoto: aproximadamente 54,67%.
- Tratamento total de esgoto: aproximadamente 80,37%.
- Soluções alternativas: Fossas sépticas são comuns em zonas rurais e periferias.
- Impactos ambientais: Poluição da Baía de Todos os Santos e Rio São Francisco.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento: Presente em grandes cidades, mas insuficiente no interior.
- Riscos: Contaminação em regiões de fruticultura (Vale do São Francisco) e soja (Oeste).
- Fiscalização: Falta de estrutura para testagem em comunidades rurais.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos críticos: Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista sofrem com inundações.
- Sistemas de drenagem: Algumas cidades têm planejamento, mas execução é lenta.
- Ocupação irregular: Agrava enchentes em encostas e margens de rios.

7. Drenagem do Lixo (Impacto nos Corpos Hídricos)

- Lixo em rios e praias: Problema em Salvador (Rio Camurujipe) e cidades litorâneas (Ilhéus, Porto Seguro).
- Poluição de manguezais: Afeta a Costa do Dendê e Baía de Todos os Santos.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Programa Água para Todos: Expansão de cisternas e sistemas simplificados no semiárido.
- Plano Estadual de Saneamento (PESB-BA): Meta de universalizar água até 2033 e esgoto até 2035.
- Parcerias público-privadas (PPPs): Contratos em Salvador e Feira de Santana (projetos em andamento).
- Sanear Bahia: Investimentos em infraestrutura para municípios críticos.

9. Inferência de dados

A Bahia apresenta avanços no abastecimento de água urbano, mas esgoto e resíduos sólidos ainda são desafios, especialmente no interior. A desigualdade entre regiões (litoral x semiárido) e a pressão urbana exigem políticas mais efetivas.

Informações recentes sobre Saneamento Básico dos municípios do estado do Ceará (CE), com base nos dados disponíveis no Infosanbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS²⁸ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 9.233.656 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDH-M: 0,734 (acima da média do Nordeste).
- Urbanização: 76% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: Redução nos últimos anos, mas ainda crítico no Sertão e periferias de Fortaleza.

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade: CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) atende a maioria das cidades; alguns municípios têm sistemas próprios.

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 70,30%.
- Perdas de água: 44,4% (abaixo da média nacional).
- Qualidade da água: Controle regular, mas há riscos de contaminação por agrotóxicos no Cariri e Jaguaribe.

4. Esgotamento Sanitário

- Coleta de esgoto: 39,52%.
- Tratamento de esgoto: 87,04% do esgoto coletado é tratado.
- Soluções alternativas: Fossas sépticas são comuns em zonas rurais.
- Impactos ambientais: Poluição do Rio Cocó e Rio Maranguapinho (Fortaleza).

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento: Realizado em grandes cidades, mas limitado no interior.
- Riscos: Contaminação em regiões de fruticultura (Chapada do Apodí) e perímetros irrigados.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos críticos: Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte sofrem com inundações.
- Sistemas de drenagem: 50% das cidades têm projetos, mas execução é lenta.

²⁸ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

7. Drenagem do Lixo (Impacto Ambiental)

- Lixo em rios e praias: Problema em Fortaleza (Rio Ceará) e no litoral (Caucaia).

8. Políticas Públicas

- Programa Água para Todos: Foco no semiárido.
- Plano Estadual de Saneamento: Metas de universalização até 2035.
- PPP do Saneamento: Parcerias para expandir rede de esgoto.

9. Inferência dos dados

O Ceará tem destaque no abastecimento de água, mas esgoto e resíduos sólidos precisam avançar. As desigualdades entre capital e interior ainda são marcantes.

PARAÍBA

Informações recentes sobre Saneamento Básico dos municípios do estado da Paraíba (PB), com base nos dados disponíveis no Infosanbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS²⁹ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- A Paraíba possui 223 municípios, com população estimada em 4.145.040 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- Cerca de 79% da população vive em áreas urbanas.
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio: 0,718 (considerado médio).
- Pobreza e desigualdade ainda impactam o acesso a serviços de saneamento, especialmente em regiões como o Sertão.

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade: A maioria dos serviços é gerida por autarquias municipais ou contratos com a CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba).

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 76,99%.

²⁹ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Perdas de água: Em média, 37% da água é perdida na distribuição (vazamentos e fraudes).
- Qualidade da água: Controle regular, mas há riscos de contaminação.

4. Esgotamento Sanitário

- Cobertura total de esgoto: 40,02%.
- Tratamento de esgoto: 79,39%.
- Fossas sépticas: Solução comum em áreas sem rede, mas muitas são inadequadas.
- Impacto ambiental: Contaminação de rios como o Rio Paraíba por esgoto bruto.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento insuficiente: Poucos municípios testam resíduos de agrotóxicos na água.
- Riscos: Regiões agrícolas (como o Vale do São Francisco) apresentam contaminação por pesticidas acima do limite permitido.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos: Cidades como João Pessoa e Campina Grande sofrem com inundações devido a drenagem precária.
- Plano Diretor: Apenas 50% dos municípios têm políticas de drenagem sustentável.

7. Drenagem do Lixo

- Resíduos em rios e córregos: Descarte irregular contribui para assoreamento e poluição.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Marco Legal do Saneamento (2020): Meta de universalização até 2033, mas a Paraíba está atrasada em investimentos.
- Financiamento: Recursos do Governo Federal (ex: Ministério do Desenvolvimento Regional) e parcerias com a iniciativa privada.
- Desafios: Baixa capacidade técnica de municípios pequenos e necessidade de maior fiscalização.

9. Inferência de dados

A Paraíba avançou no acesso à água, mas ainda enfrenta desafios críticos em esgotamento sanitário, resíduos sólidos e desigualdade rural/urbana. A implementação de políticas públicas eficientes e investimentos em infraestrutura são urgentes para atingir as metas de saneamento básico.

PERNAMBUCO

Informações recentes sobre Saneamento Básico nos municípios de Pernambuco (PE), com base nos dados disponíveis no Infosbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema

Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS³⁰ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 9.539.028 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDHM médio: 0,719 (ligeiramente acima da média nacional).
- Urbanização: 83% da população vive em áreas urbanas
- Desigualdades: Regiões como o Sertão e Agreste têm menor acesso a serviços básicos comparado ao Litoral e Região Metropolitana do Recife (RMR).

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade:
 - COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento) gerencia água e esgoto em 184 municípios.
 - Algumas cidades têm serviços terceirizados ou autarquias municipais.

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 86,65%.
- Perdas de água: 48,5% (acima da média nacional), devido a vazamentos e infraestrutura antiga.

4. Esgotamento Sanitário

- Cobertura total de esgoto: 34,20.
- Tratamento de esgoto: 68,19%.
- Fossas sépticas são usadas em muitas das residências urbanas e rurais.
- Impacto ambiental: Contaminação de rios como Capibaribe e Ipojuca por esgoto não tratado.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento limitado: Poucos testes são feitos, mas há registros de contaminação em regiões como Petrolina (Vale do São Francisco).
- Riscos à saúde: Presença de pesticidas acima do permitido em algumas localidades.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos: Recife e Olinda sofrem com inundações frequentes devido a drenagem precária e ocupação irregular.

³⁰ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Planos de contenção: Apenas 40% dos municípios têm projetos de macrodrenagem.

7. Drenagem do Lixo

- Resíduos em rios e canais: Descarte irregular agrava enchentes e poluição hídrica.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Marco Legal do Saneamento (2020): Meta de universalização até 2033, mas Pernambuco precisa acelerar investimentos.
- Financiamento: Recursos do Governo Federal (ex: Ministério das Cidades) e parcerias como BRK Ambiental (em algumas cidades).
- Desafios: Baixa capacidade técnica em municípios pequenos e necessidade de maior fiscalização.

9. Inferência de dados:

Pernambuco tem alta cobertura de água, mas esgoto e resíduos sólidos ainda são desafios, especialmente no interior e zonas rurais. A Região Metropolitana concentra os melhores índices, enquanto o Sertão e Agreste precisam de mais investimentos.

PIAUI

Informações recentes sobre Saneamento Básico nos municípios do estado do Piauí (PI), conforme dados disponíveis no Infosab, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS³¹ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 3.375.646 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDHM médio: 0,710 (abaixo da média nacional), com desigualdades acentuadas entre Teresina e o interior.
- Urbanização: 69% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: Alta dependência de programas sociais, com desafios de acesso a serviços básicos no Semiárido.

2. Gestão do Saneamento Básico

³¹ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Responsabilidade:
 - AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí) atende a maioria dos municípios, mas muitos contratam serviços terceirizados.

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 72,84%.
- Perdas de água: 47,50% (uma das mais altas do país), devido a vazamentos e infraestrutura precária.

4. Esgotamento Sanitário

- Cobertura total de coleta: 19,36%.
- Tratamento de esgoto: 90,27%
- Fossas sépticas são usadas em residências urbanas e rurais, muitas vezes inadequadas.
- Impacto ambiental: Contaminação de rios como Poti e Parnaíba por esgoto não tratado.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento insuficiente: Poucos testes são realizados, mas há riscos em regiões agrícolas como Uruçuí e Bom Jesus.
- Contaminação: Relatos de pesticidas em fontes hídricas, sem dados sistemáticos.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos: Teresina e Parnaíba sofrem com inundações devido a drenagem inadequada e ocupação de áreas de risco.
- Planos de drenagem: Apenas 20% dos municípios possuem projetos estruturados.

7. Drenagem do Lixo

- Descarte irregular: Resíduos sólidos são frequentemente despejados em córregos, agravando enchentes e poluição.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Marco Legal do Saneamento (2020): Meta de universalização até 2033, mas o Piauí está entre os estados mais atrasados.
- Financiamento: Dependência de verbas federais (ex: Ministério do Desenvolvimento Regional) e investimentos privados limitados.
- Desafios: Baixa arrecadação municipal e dificuldades de gestão em cidades pequenas.

9. Inferência de dados

O Piauí enfrenta desafios críticos em saneamento, especialmente em esgotamento sanitário, resíduos sólidos e zonas rurais. Enquanto Teresina concentra os melhores índices, o interior carece de investimentos e fiscalização. A erradicação de lixões e expansão do esgoto tratado são prioridades para cumprir as metas nacionais.

RIO GRANDE DO NORTE

Informações recentes sobre Saneamento Básico nos municípios do estado do Rio Grande do Norte (RN), conforme dados disponíveis no Infosnbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS³² e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 3.446.071 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024).
- IDHM médio: 0,763 (ligeiramente acima da média do Nordeste), mas com desigualdades entre Natal e o interior.
- Urbanização: 81% da população vive em áreas urbanas.
- Pobreza: parte considerável da população rural vive em situação de vulnerabilidade, impactando o acesso a saneamento.

2. Gestão do Saneamento Básico

- Responsabilidade:
 - CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do RN) opera em 154 municípios, mas alguns contratam serviços privados.

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 79,69%.
- Perdas de água: 49,26% (uma das mais altas do Nordeste), devido a vazamentos e infraestrutura antiga.

4. Esgotamento Sanitário

- Cobertura total de esgoto: 30,15%.
- Tratamento de esgoto: 81,73%
- Fossas sépticas: Usadas em 35% das residências urbanas e 65% das rurais, muitas vezes inadequadas.
- Impacto ambiental: Contaminação de lagoas e rios, como o Rio Potengi, por esgoto não tratado.

5. Agrotóxicos na Água

³² https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Monitoramento limitado: Poucos testes são realizados, mas há riscos em regiões agrícolas como Mossoró e Assú.
- Contaminação: Relatos de pesticidas em poços e açudes, sem dados sistemáticos.

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos: Natal e Mossoró sofrem com inundações devido a drenagem precária e ocupação irregular.
- Planos de drenagem: Apenas 25% dos municípios têm projetos estruturados.

7. Drenagem do Lixo

- Descarte irregular: Resíduos sólidos são frequentemente despejados em rios e mangues, agravando enchentes.

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Marco Legal do Saneamento (2020): Meta de universalização até 2033, mas o RN precisa acelerar investimentos.
- Financiamento: Dependência de verbas federais (ex: Ministério das Cidades) e parcerias com a iniciativa privada.
- Desafios: Baixa capacidade técnica em municípios pequenos e falta de fiscalização.

9. Inferência de dados

O Rio Grande do Norte tem cobertura razoável de água, mas esgoto e resíduos sólidos são desafios graves, especialmente no interior e zonas rurais. Natal e Mossoró concentram os melhores índices, enquanto o Sertão precisa de mais investimentos. A erradicação de lixões e expansão do esgoto tratado são prioridades urgentes.

SERGIPE

Informações recentes sobre Saneamento Básico dos municípios do estado de Sergipe (SE), com base nos dados disponíveis no Infosanbas, que tem como base outras fontes oficiais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS³³ e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. Ademais, tomamos como referência os dados disponíveis no Novo Tabuleiro de Saneamento Básico 2024, mediante pesquisa do Instituto Água e Saneamento - IAS. Alguns dados podem variar conforme novas atualizações.

1. Indicadores Populacionais e Socioeconômicos

- População: 2.291.077 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2024),
- Urbanização: 79% da população vive em áreas urbanas.
- IDHM médio: 0,702 (ligeiramente abaixo da média nacional)
- Pobreza: Cerca de 25% da população vive abaixo da linha da pobreza, com maior concentração no interior.

2. Gestão do Saneamento Básico

³³ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

- Responsabilidade:
 - DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe) atende a maioria dos municípios

3. Abastecimento de Água

- Cobertura total de água: 91,62%.
- Perdas de água: 57,60% (acima da média nacional)

4. Esgotamento Sanitário

- Cobertura total de esgoto: 34,71% na zona urbana
- Tratamento de esgoto: 82,47%.
- Fossas sépticas são utilizadas em residências urbanas e rurais.

5. Agrotóxicos na Água

- Monitoramento: Insuficiente, com focos de contaminação na região de Tobias Barreto
- Riscos: Presença de pesticidas em fontes hídricas em áreas agrícolas

6. Infraestrutura e Drenagem Urbana

- Alagamentos: Problemas graves em Aracaju e Itabaiana
- Planos de drenagem: 30% dos municípios possuem

7. Drenagem do Lixo

- Descarte irregular: Comum em rios como o Vaza-Barris
- Impacto ambiental: Contaminação de manguezais

8. Políticas Públicas de Saneamento Básico

- Investimentos: R\$ 450 milhões previstos (2023-2026)
- Metas: Universalização até 2033 (Marco Legal do Saneamento)
- Desafios: Ampliar tratamento de esgoto e erradicar lixões

9. Inferência de dados

Sergipe apresenta boa cobertura de água nas cidades, deficiências críticas em esgotamento sanitário, grande desafio na gestão de resíduos sólidos e disparidades entre zona urbana e rural. Nesse sentido, as principais prioridades é ampliar tratamento de esgoto, erradicar lixões, melhorar saneamento rural e fortalecer regulação e fiscalização.

7.2. Protocolo de consulta pública, prévia, informada e livre



**PROTOCOLO PARA A CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA EM
CONFORMIDADE COM A CONVENÇÃO 169 DA OIT NO ÂMBITO DO
MAPEAMENTO E REGISTRO DE FAMÍLIAS CIGANAS DAS ETNIAS
CALON, ROM E SINTI, DE TERRITÓRIOS E ROTAS DOS POVOS
CIGANOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

1) Introdução:

Este documento traz, em linhas gerais, as orientações para os pesquisadores e para as pesquisadoras sobre como devem proceder no processo de realização da consulta livre, prévia e informada das comunidades ciganas no contexto da pesquisa de campo do Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil, realizado pelo Termo de Execução Descentralizada 05/2023, celebrado entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí, em cooperação técnica com a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

As orientações, que resultaram na elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada das comunidades que irão participar deste estudo do mapeamento, foram pactuadas, no dia 05 de agosto de 2024, às 19:00 horas, por lideranças e representantes de associações ciganas, são elas: Marcelo Vacite, da União Cigana do Brasil, Nardi Casanova, da Confederação Brasileira Cigana, Wanderley da Rocha, da Associação Nacional das Etnias Ciganas, Rosecler Winter, Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul, Washington Silva Ramos, da Associação Municipal de Etnias Ciganas de São Mateus, José Eudo da Silva, Associação de Preservação das Culturas Ciganas do Estado Ceará.

A reunião teve início às 19:00 horas e foi encerrada às 20:30 horas, em que todos e todas pessoas presentes tiveram a oportunidade de falar, para realizar ponderações, reflexões e sugestões ao protocolo de consulta. O presente documento foi aprovado em consenso pelas lideranças e representações ciganas, de modo a assegurar o devido direito à consulta prévia das comunidades ciganas de todas as etnias, Calon, Rom e Sinti no contexto do mapeamento.

Na condição de observadores e observadoras, acompanharam também a reunião de pactuação do protocolo os seguintes profissionais: Emilene Leite de Sousa, pesquisadora do TED 05/2023 e docente efetiva da Universidade Federal do Maranhão; Phillipe Cupertino Salloum e Silva, coordenador geral do TED 05/2023 e docente efetivo da Universidade Federal de Jataí; Lenilson Rocha Portela, pesquisador do TED 05/2023 e discente da Universidade Federal do Piauí; Divino



Borges da Silva, pesquisador do TED 05/2023 e discente da Universidade Federal de Jataí; Daiane Rocha Biam, recém egressa da Faculdade UniBRAS Gama, pesquisadora do TED 05/2023; e Edilma do Nascimento Souza, Coordenadora geral de políticas para Ciganos do Ministério da Igualdade Racial¹ e docente efetiva licenciada da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A Consulta Prévia, em conformidade com a Convenção 169 da OIT, é um dever do Estado brasileiro de perguntar, de forma adequada e respeitosa, aos povos ciganos da etnia Calon, Rom e Sinti sua posição sobre decisões administrativas e legislativas que tenham o potencial de afetar suas vidas e seus direitos, uma vez que os dados obtidos no mapeamento serão utilizados pelo Ministério da Igualdade Racial para a articulação, a elaboração e o fomento de políticas públicas. Neste sentido, é um direito dos povos ciganos de serem consultados e participarem das decisões do Estado brasileiro mediante o diálogo intercultural perpassado pela boa fé.

2) Regras gerais

2.1) Os/as pesquisadores(as) devem realizar em cada localidade uma reunião de abertura com os integrantes da comunidade cigana que irão participar da pesquisa;

2.2) É fundamental que a reunião de abertura seja ampla e previamente divulgada para que todas e todos que tenham interesse possam acompanhar os debates e participar da decisão que pode resultar na anuência ou na rejeição da participação da comunidade na pesquisa;

2.3) É preciso que na ocasião seja dada oportunidade para que as pessoas que estão presentes na reunião de abertura possam fazer indagações, tirem dúvidas, apresentem suas condições e ponderações sobre todo o processo de consulta e também acerca do propósito do mapeamento;

2.4) Os pesquisadores e as pesquisadoras, sejam eles ciganos ou não ciganos, sejam elas ciganas ou não ciganas, devem ter paciência e jamais podem pressionar as pessoas presentes para acelerar o processo de decisão;

2.5) Sempre que for necessário, as pessoas ciganas da comunidade local farão conversas internas, sem a presença dos(as) pesquisadores(as), que devem respeitar esse momento;

2.6) Todas as reuniões que forem realizadas devem acontecer em local indicado pelos integrantes da comunidade local;

¹ A reunião de pactuação do protocolo de consulta foi realizada por meio do aplicativo do Google Meet (<https://meet.google.com/ugr-pfnf-pnt>) e foi gravada com autorização das pessoas presentes.



2.7) As reuniões devem ser convocadas especificamente para tratar do assunto da consulta;

2.8) As pessoas ciganas externas, ou seja, que não vivem na localidade, não podem falar em nome das comunidades;

2.9) Os/as pesquisadoras não podem mentir ou omitir informações às pessoas da comunidade;

2.10) As decisões são tomadas por consenso, não pode haver votação;

2.11) Todas as etapas do processo de consulta devem ser registradas em ata;

2.12) Recomenda-se haver registros do processo de consulta por vídeo e fotografias, que devem ser realizados com anuência das pessoas presentes ao longo do processo. Os registros devem ser realizados preferencialmente pelas pessoas ciganas da comunidade.

2.13) Se a proposta de pesquisa for avaliada como ruim para a comunidade, deve-se garantir o direito de dizer "não". Ou seja, é preciso considerar a possibilidade da comunidade não aceitar a consulta e conseqüentemente não participar da pesquisa. Os(as) pesquisadores têm que respeitar as decisões da comunidade.

3) Passo a passo (etapas)

3.1) Reunião de abertura

- Na ocasião, caberão os(as) pesquisadores(as) apresentar de forma nítida e didática o que consiste e qual a finalidade do mapeamento realizado no âmbito do Termo de Execução Descentralizada 05/2023, celebrado entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí;
- Apresentar de forma nítida e didática os instrumentos (formulários e caderno de campo) que deverão ser utilizados ao longo da pesquisa;
- Assegurar aos participantes da reunião que as informações obtidas têm única e exclusivamente a finalidade de serem utilizadas para a formulação de políticas públicas;



- Assegurar aos participantes da reunião de abertura que as informações registradas sobre a comunidade pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras serão posteriormente apresentadas ao grupo;

3.2) Consulta propriamente dita

- Na ocasião, após a reunião de abertura, deverá ocorrer uma rodada de negociação, em que os participantes da comunidade cigana irão expor suas opiniões, condições e ponderações sobre o processo de consulta e sobre a pesquisa realizada.

- Ocorrido todos os esclarecimentos que forem necessários, deverão os (as) pesquisadores (as) procederem com a consulta da comunidade sobre a participação na pesquisa, não sendo obrigada a aceitar.

3.3) Apresentação dos registros da pesquisa de campo

- Na ocasião, após a realização da pesquisa na comunidade, caberão os(as) pesquisadores(as) novamente se reunir com o grupo e apresentar as anotações feitas no contexto da visita de campo.

- A reunião realizada entre os(as) pesquisador(es) e a comunidade pode acontecer no formato virtual, devendo ser ampla e previamente divulgada para que todas e todos que tenham interesse possam participar.

- Na sequência, deverão os pesquisadores consultar a comunidade se concorda com a inclusão das informações obtidas na comunidade e eventualmente quais informações registradas que não devem ser documentadas por representar risco para o grupo.

Referencial Bibliográfico

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Da barraca ao túmulo: cigana Senbica Christo e as construções de uma devoção.** 284f. 2008. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ANDRADE, Virginia Nunes. **Mulheres Romani (ciganas) na encruzilhada da modernidade: ativismo feminino, tradição e comunicação em rede,** 2019 (Cultura e Sociedade) Universidade Federal da Bahia. – Banca de qualificação _____. Os ciganos e os processos de exclusão. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 68, p. 95-112, 2013.

ATHAYDE, Phydia de. Ciganos vs. sem teto. **Revista Carta Capital.** nº 391, v.03, p. 6-7.
BATISTA, Mércia R. R. et. al. Entre idas e vindas, como interpretar o fluxo cigano? Discutindo as compreensões sobre a diáspora e nomadismo. Disponível.org.br/resources/anais/1/1402009551_ARQUIVO_ARTIGORBAJESSICA2014.pdf. Acessado em: 14 mar. 2012.

BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana na Primeira República.** 128f. 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós- Graduação da UFJF, Juiz de Fora.

BRASIL. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa.** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2015.** Cria o Estatuto do Cigano. Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=4038455&ts=1540922470136&disposition=inline>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto dos Povos Ciganos.** PL nº1328/2022. Disponível em: [EstatutoCiganofim.pdf](#). Acesso em 24 de julho de 2024.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Estatuto dos Ciganos no Brasil.** Projeto de Lei PL nº2703/2020. Disponível em:[prop_mostrarintegra\(camara.leg.br\)](#)Acesso: 25 de julho de 2022.

BRASIL. **V Conferência Nacional de Direitos Humanos.** Brasília, 2000. Disponível em: [v_confnacdh.PDF](#). Acesso: 15 de maio de 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos.** Brasília, 2024. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2012.128-2024&OpenDocument. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

BRASIL. Portaria Ministerial 194/2024. Brasília, 2024. Disponível em: [PORTARIA Nº 194, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024 - PORTARIA Nº 194, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional](#) Acesso em: 11 de novembro de 2024.

BURLEIGHAND, Michael; WIPPERMAN, Wolfgang. The Persecution of Sinti and Roma, and other Ethnic Minorities. In: **The Racial State: Germany, 1933-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 113-135.

CHINA, José B. D'Oliveira. **Os ciganos no Brasil**: subsídios históricos, etnográficos e linguísticos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1936. (Separata da Revista do Museu Paulista Tomo XXI).

COSTA, Elisa Maria Lopes da. **Ciganos em terras brasileiras**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, nº 14, ano 2, p. 16-19, nov. 2006. _____. O povo cigano entre Portugal e terras de além-mar (séculos XVI-XIX). Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

COUTINHO, Cassi. **Os Ciganos nos Registros Policiais Mineiros (1907-1920)**. Salvador, Ba: Saggá, 2024.

ESTEVAM, Márcio E. Dantas. **Territórios de Errância**: uma análise da rede territorial cigana na Bahia, com ênfase às cidades de Governador Mangabeira e Cruz das Almas. In: Ateliê Geográfico, Goiânia, v.3, nº 1, p. 121-141, abr. 2009.

FARIA, Antonio Guerreiro; ARAÚJO, Samuel. Lundu à cigana? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, nº 14, ano 2, p. 26-28, nov. 2006.

FERRARI, Florência. **Ciganos Nacionais**. Acta Literária, nº 32, p. 79-96, 2006. Disponível em : < <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-68482006000100007>> _____. Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano. 264f. 2002. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

FERRARI, Rogério. **Ciganos**. Bahia: Editorial Movimento Contínuo, 2011.

FIGUEIREDO, Francisco Soares. **Calon: História e cultura cigana**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2010.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me de pé**: a longa viagem dos ciganos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRASER, Angus. **História do povo cigano**. Lisboa: Editorial Teorema, 1997.

GODOY, Priscila Paz. **O povo invisível**: os ciganos e a emergência de um direito libertador. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

HANCOCK, Ian. **We are the Romani people**. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2012.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Ciganos: história, identidade e cultura**. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2018.

LIECHOCKI, Sally Edwirges Esmeralda. **Ciganos: a realidade**. São Paulo: Editora Lachâtre, 1999.

- LIÉGEOIS, Jean Pierre. **Los Gitanos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MELO, Fabio J. Dantas de. **Os ciganos Calon de Mambai: a sobrevivência de sua língua**. Brasília: Thesaurus, 2005.
- MOONEN, Frans. **O anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. 3ª edição digital revista e atualizada. Recife, 2011. _____. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba**. MCS/UFPB, Cadernos de Ciências Sociais. João Pessoa, 1994.
- MORAES FILHO, Mello. **Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- MOSCOVICI, Serge. **Os ciganos entre perseguição e emancipação**. In: Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, nº 3, p. 653-678, set/dez. 2009.
- MOTA, Ático Vilas-Boas da (org). **Ciganos: antologia de ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004.
- NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa do; PORTELA, Lenilson Rocha e LIMA, Nilsângela Cardoso. **Ciganos no Brasil: cultura, sociedade e formas de resistência**. Teresina: cancionero, 2023.
- OLIVEIRA, Roberta. **Praça Tiradentes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. _____. **Ciganos: A oralidade como defesa de uma minoria étnica**. [oralidade.pdf](#). Acessado em: 08 jul.2011.
- PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-Colônia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. _____. **Degredados na metrópole e receados na Colônia: os ciganos portugueses degredados no Brasil**. In: Varia História, Belo Horizonte, nº 12, p. 114-127, dez. 1993.
- PORTELA, Lenilson Rocha. **Calins piauienses: identidade, condições de existência e trabalho de mulheres em comunidades ciganas Calons do Norte do Piauí (1970-2023)**. Teresina: cancioneros, 2024.
- SENNA, Ronaldo. **A seda esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga**. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2005. SIBAR, Lina Maria Lourenzon. **Identities and Alteridade nos ciganos**. www.fflch.usp.br/.../GT4%20Lina%20Maria%20Lourenzon%20Sibar. Acessado em 08 jul. 2011.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. **Brasil Cigano: Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos**. Brasília: SEPPPIR, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/porta-antigo/.arquivos/guia-de-politicaspUBLICAS-para-povos-ciganos/view>. Acesso em: 20 set. 2024.
- _____. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Igualdade Racial**. Brasília: SEPPPIR, 2005.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

SIBAR, Lina Maria Lourenzon. **Identidades e Alteridade nos ciganos brasileiros**. Disponível em: www.fflch.usp.br/.../GT4%20Lina%20Maria%20Lourenzon%20Sibar. Acessado em 08 jul. 2011.

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum. “Vai um cafezinho?” Os caminhos da etnografia do processo legislativo do “Estatuto do Cigano”. In: **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**. Vol.3, n.2, p.106-135,2020.

_____. “Vai além do nomadismo”: processos identitários, povos ciganos e o Estado na prática legislativa. In: **Revista Antropolítica**. V.54, n.1, p.163-187, jan.-abril, 2022.

_____. A luta por direitos ciganos no Senado Federal. In: **Revista Direito e Práx.** Rio de Janeiro, vol.13, n.01, p.312 -341, 2022.

_____; LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. Calons: redefinindo as fronteiras dos direitos humanos e do sistema de justiça penal In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v.8, nº1, 2018, p. 514-529.

SOUZA, Indira Silva. **História, Memória e Identidade**: os ciganos no interior da Bahia na segunda metade do Século XX. Dissertação apresentada no curso de História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2015.

SOUZA, Mirian Alves de. et. al. **Os ciganos do Catumbi**: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. In: **Comunidades e Territórios**. nº 18, jun. 2009. _____; MELLO, Antonio da Silva. Meirinhos aristocráticos. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, nº 14, ano 2, p. 29- 32, nov.2006. _____. **Ciganos, Roma e Gypsies: Projetos identitários e codificação política no Brasil e Canadá**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

STANESCON, Mirian. Lila Romani – **Cartas Ciganas**: o verdadeiro oráculo cigano. São Paulo: Smart Videos Editora, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos no Brasil**: uma breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. _____. **Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)**. 143f. 1998. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

VANELLI, Marta. **Nomadismo cigano**: migração dos excluídos. In: **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 23, nº 32: Etnicidades, p. 257-266, 2010.

Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Estado da Bahia – 2016-2019. Diagnóstico Situacional e Socioterritorial para subsidiar a Elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Mossoró – Rio Grande do Norte – Janeiro de 2024.

COUTINHO, C. L. R.; GOLDFARB, M. P. L.; VEIGA, F. B.; CUNHA, J. R.; SOUZA, M. **Discutindo Ciganos em Múltiplos Contextos: história, demandas por direitos e construções identitárias.** João Pessoa: UFPB, 2019 p.178.

OLIVEIRA, Fagner Cruz. **A Identidade Cultural e Relações Étnicas e Contemporaneidade.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual

SILVA, Silvany Ferreira da. **A Construção da Identidade da Mulher Cigana na Participação Neopentecostal em Jequié-Ba,** 2022. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual.